



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

-----ACTA NÚMERO OITO / DOIS MIL-----

-----Aos vinte e dois dias do mês de Março do ano de dois mil, nesta Vila de Oeiras e Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal de Oeiras, sob a Presidência do Senhor Vice-Presidente Doutor José Eugénio Moutinho Tavares Salgado, no impedimento legal do Senhor Presidente Doutor Isaltino Afonso Morais, estando presentes os Senhores Vereadores Engenheiro José Arménio Lopes Neno, Emanuel Silva Martins, Doutor Arnaldo António Pereira, Doutor José David Gomes Justino, Doutor José Eduardo Leitão Pires Costa, Doutora Teresa Maria da Silva Pais Zambujo e Doutora Maria Manuela Augusto.-----

-----Faltaram os Senhores Presidente e Vereadores Luís Filipe Martins Pires e Doutor Jorge Manuel Bicó da Costa, tendo a Câmara considerado justificadas as respectivas faltas. -----

1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS:-----

-----Às dezoito horas e quinze minutos, o Senhor Vice-Presidente declarou aberta a reunião e submeteu à votação a respectiva ordem de trabalhos que foi aprovada por unanimidade dos presentes.-----

2 - DESPACHOS:-----

-----A Câmara tomou conhecimento, de harmonia com o disposto no número três, do artigo sexagésimo quinto, do Decreto-Lei número cento e sessenta e nove, de noventa e nove, de dezoito de Setembro, dos despachos proferidos pelos Senhores Presidente e Vereadores no uso de competências delegadas.-----

3 - SITUAÇÃO FINANCEIRA:-----

-----Foi presente o balancete referente ao movimento de fundos do dia de ontem, o qual acusa um saldo de operações orçamentais no valor de um bilião cento e setenta e um milhões quinhentos e quarenta e seis mil e catorze escudos, tendo o Senhor Vice-Presidente informado da situação financeira, saldos cativos e encargos existentes, traduzindo-se a situação num saldo real

negativo de novecentos e quarenta e três mil seiscentos e doze contos. -----

4 - PAGAMENTOS: -----

----- a) Pagamentos autorizados anteriormente:-----

----- A Câmara tomou conhecimento de terem sido processados os pagamentos a que respeitam as autorizações números dois mil trezentos e oitenta e nove a três mil cento e oitenta e seis, no valor global de seiscentos e sessenta e oito milhões seiscentos e trinta e dois mil e oitenta e nove escudos. -----

----- b) Pagamentos autorizados:-----

----- Sob proposta do Senhor Vice-Presidente a Câmara deliberou , por unanimidade dos presentes, aprovar os seguintes subsídios: -----

----- Ao Centro de Cultura e Desporto, no valor de quatro milhões novecentos e cinquenta mil escudos.-----

----- Aos Bombeiros Voluntários do Concelho, no valor de seis milhões cento e noventa mil e cem escudos, sendo oitocentos e oitenta e quatro mil e trezentos escudos a cada Corporação. -----

----- Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

5 – ASSUNTOS DO C.A. DOS SMAS: -----

----- A Câmara tomou conhecimento dos principais assuntos tratados nas reuniões do Conselho de Administração dos SMAS realizadas nos passados dias catorze e dezasseis de Março, os quais são: -----

----- Reunião ordinária de catorze de Março de dois mil. -----

----- “Foi presente a acta da reunião anterior. -----

----- Tomou conhecimento do Balancete de Movimento de Tesouraria à data. -----

----- Tomou conhecimento da Listagem das Ordens de Pagamento processadas nas semanas transactas. -----

----- Pedido de aposentação requerido pelo funcionário João Rosa Correia. -----

----- Pedido de aposentação requerido pelo funcionário Custódio Farinha Tomé. -----

----- Refacturação de água no valor de um milhão quinhentos e cinquenta e um mil quatrocentos e quarenta e quatro escudos, a emitir em nome de Laboratório Fidelis. -----

----- Sistema de Telegestão da Rede de Distribuição de Água – Manutenção do Software Lerne para o ano de dois mil – Aquisição da prestação de Serviços à empresa A.T.I. – Applications des Technologies de l’Information, pelo valor de um milhão setecentos e cinquenta e três mil oitocentos e quarenta e nove escudos, mais despesas bancárias, sem necessidade de celebração de contrato escrito. -----

----- Aquisição de fardamento para o pessoal das Divisões de Oficinas Gerais e Transportes, Saneamento de Oeiras e Amadora – Fornecimento por ajuste directo com a empresa Vestindustrias, pelo valor de um milhão quinhentos e cinquenta e um mil cento e setenta escudos, mais IVA, não sendo necessário a celebração de contrato escrito. -----

----- Concurso interno de ingresso geral para provimento de um lugar na categoria de operário, da carreira de pedreiro, do grupo de pessoal operário qualificado – abertura do

concurso, aprovação dos métodos de selecção e composição do júri.-----

----- Carreiras de Informática – Transição para as Novas Escalas Salariais-----

----- Processo Disciplinar, por Falta de Assiduidade, instaurado ao cabouqueiro Cipriano Almeida Gomes, afecto à Divisão de Operação e Exploração de Redes (Brandoa). -----

----- Anulação da factura/recibo emitida em nome de Luís Sousa Pádua Soares, no valor de um milhão dez mil quinhentos e trinta e quatro escudos. -----

----- Foi aprovada por unanimidade a Primeira Alteração Orçamental PPI-MOAF -----

----- Louvor público à funcionária, Chefe de Secção, Laura dos Santos Lopes Tavares - Foi aprovado por unanimidade o louvor proposto. -----

----- Regularização e Recuperação da Ribeira de Porto Salvo – Reforço do Emissário de Porto Salvo: Substituição de Ligação entre Caixa Existente e Novo Emissário – Foram aprovados por unanimidade os Trabalhos a Mais, adjudicados à empresa Soproel – Sociedade de Projectos, Obras e Estudos, Limitada, no valor de oitocentos e trinta e três mil cento e quarenta e seis escudos, mais IVA, correspondendo este valor a cerca de cinco vírgula três por cento do valor total da empreitada, sem necessidade de celebração de contrato escrito. -----

----- Concurso Limitado sem publicação prévia de anúncio, para fornecimento de materiais em ferro fundido dúctil – Foi aprovada por unanimidade a Adjudicação à empresa Gonçalves & Gonçalves, Limitada, pelo valor de seis milhões oitocentos e dois mil seiscentos e setenta e quatro escudos, mais IVA, sem necessidade de celebração de contrato escrito. -----

----- Reservatório da Zona Alta da Amadora – Foi aprovada por unanimidade a solução indicada no ponto dois, da informação número duzentos e oitenta e um, de dois mil, da DCET, sobre a solução a adoptar para o sistema de segurança. -----

----- Processo disciplinar mandado instaurar, por eventual violação de deveres profissionais, ao canalizador Carlos Alberto Lopes da Costa, por despacho da Presidente do Conselho de Administração de vinte e seis de Abril de mil novecentos e noventa e nove– Foi



aprovada por unanimidade e votação secreta a Proposta de Decisão apresentada pela Presidente do Conselho de Administração, no sentido da aplicação da pena de suspensão por trinta dias, ser suspensa pelo período de um ano.-----

----- Execução dos Circuitos Hidráulicos para os Reservatórios da Zona Baixa da Brandoa – Foi aprovada por unanimidade a Empreitada por ajuste directo com a empresa Ensul – Empreendimentos Norte Sul, Limitada, no valor de dez milhões oitocentos e quarenta e três mil oitocentos e vinte e sete escudos, mais IVA, com dispensa de celebração de contrato escrito. -----

----- Foi aprovada por unanimidade a Empreitada, por Ajuste Directo, de Conservação e Reparação do Reservatório da Figueirinha.-----

----- Foi aprovada por unanimidade a Empreitada, por Ajuste Directo, de Conservação e Reparação do Reservatório de Porto Salvo.-----

----- Concurso limitado destinado à Instalação, Reabilitação, Ampliação e Desvios das Redes de Água (Amadora) – Foi aprovada por unanimidade a Abertura de Concurso Limitado, Aprovação do Caderno de Encargos, Programa de Concurso, Constituição da Comissão de Abertura do Concurso e Comissão de Análise das Propostas, bem como das empresas a consultar.-----

----- Foi aprovada por unanimidade a Anulação da factura emitida em nome de Oliveira & Peres, Construções, Limitada, no valor de quatro milhões novecentos e vinte e cinco mil cento e sessenta e quatro escudos.-----

----- Empreitada de Remodelação da Rede de Água num Troço na Rua Sete de Junho e Estrada de Leceia – Foi aprovada por unanimidade a Adjudicação, por Ajuste Directo, à empresa Manuel Simão e Filhos, Limitada, pelo valor de oito milhões oitocentos e dez mil escudos, mais IVA, sem necessidade de celebração de contrato escrito.-----

----- Empreitada referente ao Sistema Adutor da Zona Ocidental do Concelho de Oeiras (Conduta Elevatória de Vila Fria/Porto Salvo – Subsistema de Porto Salvo). Foi aprovada por

unanimidade a Adjudicação, por Ajuste Directo, à empresa António Filipe Teodósio & Companhia, Limitada, pelo valor de trinta e um milhões cento e trinta e três mil quinhentos e oitenta e um escudos, mais IVA, com dispensa de celebração de contrato escrito. -----

----- Empreitada destinada à execução da obra de Instalação, Reabilitação, Ampliação e Desvios das Redes de Água (Oeiras) nas Ruas Joseph Bleck e Mata São Mateus – Dafundo – Foi aprovada por unanimidade a Abertura de Concurso Limitado Sem Publicação de Anúncio, Aprovação do Projecto, Caderno de Encargos, Programa de Concurso, Constituição da Comissão de Abertura do Concurso e Comissão de Análise das Propostas, bem como das empresas a consultar. - -----

----- Empreitada de Substituição do Colector Unitário na Avenida General Humberto Delgado, no Concelho da Amadora – Instalação, Reabilitação, Ampliação e Desvios das Redes de Saneamento - Foi aprovado por unanimidade que a metodologia a adoptar para a realização da referida obra fosse a adjudicação imediata, por ajuste directo, recorrendo às empresas sugeridas. -

----- Empreitada de Substituição das redes de Abastecimento de Água no Casal de São Brás – Amadora – Foram aprovados por unanimidade a Aprovação de trabalhos a mais à empresa adjudicatária António Filipe Teodósio & Companhia, Limitada, pelo valor de três milhões duzentos e nove mil e duzentos escudos, mais IVA, sem necessidade de celebração de contrato escrito.-----

----- Revisão do Plano Director de Abastecimento de Água ao Concelho – Foi aprovado por unanimidade o Fornecimento por ajuste directo à empresa Sanágua, pelo valor de cinco milhões e quatrocentos mil escudos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, não sendo necessário a celebração de contrato escrito. -----

----- Recurso Hierárquico apresentado pela empresa Evoluções Técnicas, Sociedade Anónima, referente ao concurso público para adjudicação da empreitada para construção das



novas instalações dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento na Brandoa – Foi deliberado por unanimidade o indeferimento do recurso. -----

----- Empreitada de Remodelação da Rede de Água num Troço na Avenida dos Bombeiros Voluntários, em Algés - Foi aprovado por unanimidade a Adjudicação, por Ajuste Directo à empresa António Filipe Teodósio & Companhia, Limitada, pelo valor de oito milhões novecentos e dez mil escudos, mais IVA, sem necessidade de celebração de contrato escrito. -----

----- Foi deliberado apreciar e votar o Relatório de Actividades do ano de mil novecentos e noventa e nove, em reunião extraordinária a realizar no próximo dia dezasseis de Março de dois mil”. -----

----- Reunião extraordinária de dezasseis de Março de dois mil. -----

----- “Foi aprovado por unanimidade o Relatório de Actividades e Contas do ano de mil novecentos e noventa e nove” -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

6 - ASSUNTOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: -----

-----I - O Senhor Vice-Presidente deu conhecimento à Câmara da remessa pela Assembleia Municipal dos seguintes ofícios:-----

-----Número sessenta e nove, remetendo cópia da deliberação sobre “Concurso público internacional para fornecimento de refeições às Escolas Básicas do Primeiro Ciclo do Concelho de Oeiras“-----

-----“A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta a que se refere a deliberação número setenta e quatro, da reunião da Câmara Municipal realizada em doze de Janeiro último e deliberou por unanimidade com trinta e nove votos a favor, sendo vinte do Partido Social Democrata, doze do Partido Socialista, cinco da Coligação Democrática Unitária e depois do Partido Popular, aprovar o programa de concurso e do caderno de encargos para o Concurso público internacional para fornecimento de refeições às Escolas Básicas do Primeiro Ciclo do Concelho de Oeiras, nos termos e condições propostos pelo Órgão Executivo do Município, traduzidos naquela deliberação.-----

-----Mais foi deliberado também por unanimidade aprovar em minuta esta parte da acta.”

-----Número setenta, remetendo cópia da deliberação sobre “Utilização de Câmaras Frigoríficas existentes no Cemitério de Oeiras “-----

-----“A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta a que se refere a deliberação número cento e vinte e um, da reunião da Câmara Municipal, realizada em nove de Fevereiro findo e deliberou por unanimidade com trinta e sete votos a favor, sendo vinte do Partido Social Democrata, onze do Partido Socialista, quatro da Coligação Democrática Unitária e dois do Partido Popular, aprovar a criação do artigo quadragésimo sétimo, da Tabela de Taxas da rubrica designada de “Depósito temporário de urnas em câmaras frigoríficas” com a taxa diária de mil e quinhentos escudos, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município

traduzido naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado também por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da acta.”

----- Número Setenta e um, remetendo cópia da deliberação sobre “Alteração dos Estatutos da AMTRES“: -----

----- “A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta a que se refere a deliberação número cento e vinte, da reunião da Câmara Municipal, realizada em nove de Fevereiro findo e deliberou, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor, sendo dezasseis do Partido Social Democrata, oito do Partido Socialista, quatro da Coligação Democrática Unitária e um do Partido Popular, aprovar a alteração dos Estatutos da AMTRES, nos termos e condições propostos pelo Órgão Executivo do Município traduzidos naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, também por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da acta.” -----

----- Número, setenta e dois, remetendo cópia da deliberação sobre “Atribuição de menção de Mérito Excepcional à Funcionária Adozinha Ferreira Bicho, Chefe de Repartição de Apoio Administrativo“: -----

----- “A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta a que se refere a deliberação número sessenta e sete, da reunião da Câmara Municipal, realizada em nove de Fevereiro findo e deliberou, por unanimidade, com trinta e seis votos a favor, sendo vinte do Partido Social Democrata, dez do Partido Socialista, quatro da Coligação Democrática Unitária e dois do Partido Popular, aprovar a atribuição da menção de mérito excepcional à funcionária Adozinha Ferreira Bicho, Chefe de Repartição de Apoio Administrativo, no sentido de reduzir em dois anos o tempo de serviço legalmente exigido para a progressão na estrutura indiciária da referida funcionária, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município traduzido naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, também por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da



acta.” -----

-----II - Após tomar conhecimento dos assuntos a Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, dar-lhes execução.-----

-----Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

7 – INFORMAÇÕES – SR. VEREADOR ARNALDO PEREIRA: -----

----- Ao iniciar a sua intervenção, o Senhor Vereador Arnaldo Pereira deu conhecimento à Câmara de que, no passado dia dezasseis de Março, foi convidado a participar na comissão organizadora do Encontro das Colectividades que terá como tema “Que clube desportivo para o ano dois mil ?”, tendo ficado definido a sua data que rondará os finais de Outubro, princípios de Novembro. Referiu ainda a este propósito que a Câmara foi convidada a participar na comissão organizadora, pelo que será representada pela Doutora Carla Silva, da Divisão de Fomento do Desporto.-----

----- Prosseguindo, deu ainda conhecimento que no dia dezoito de Março e juntamente com o Senhor Presidente, assistiu, a convite da C.M. Covilhã, à última etapa do prémio de ciclismo Portugal Telecom – Rota do Marquês e que terminou com um contra-relógio entre Tortosendo e a Covilhã. Gostaria a este propósito de acrescentar que a delegação de Oeiras foi hospitaleiramente recebida pelo Senhor Presidente daquela edilidade e que foi um evento com uma grande repercussão a nível da imprensa desportiva, tendo inclusivamente sido transmitido pela televisão; ademais, continuou, é uma iniciativa que conjuga desporto e cultura, na medida em que, através do desporto, se pretende evidenciar alguns aspectos comuns da história e matriz pombalina dos municípios envolvidos. A este propósito, referiu também que na edição do próximo ano a chegada será ao município de Oeiras, em moldes e condições a anunciar oportunamente.-----

----- Ainda em relação a esta prova, referiu que teve oportunidade de visitar a cidade da Covilhã, que se tem desenvolvido bastante no últimos anos, sendo que um dos aspectos mais marcantes do seu desenvolvimento é a Universidade da Beira Interior, que tem um papel muito importante na dinamização social e cultural da cidade; acrescentou que visitou também o Museu dos lanifícios, considerando que, no conjunto, todos os edifícios “musealizados” são um factor

de promoção turística e cultural de grande importância.-----

----- No próximo dia vinte e seis de Março, referiu que irá realizar-se a Meia Maratona Internacional de Lisboa, que é uma iniciativa à qual a CMO tem dado a sua colaboração logística e da oferta de um jantar a atletas estrangeiros que participam na prova e que se realizará na próxima sexta-feira, na Fábrica da Pólvora, pelo que convidou os Senhores Vereadores interessados em participar.-----

----- De seguida, informou a Câmara que o Clube Desportivo de Paço de Arcos passou à final da Taça CERS de Hóquei em Patins, pelo que teve já oportunidade de enviar um fax de felicitações ao clube, o qual a seguir se transcreve: -----

----- “Em meu nome pessoal e no da Câmara Municipal de Oeiras, quero transmitir as mais vivas felicitações ao C.D.P.A., nas pessoas do Senhor Presidente da Direcção, Seccionistas, Técnicos e Atletas de Hóquei em Patins, pela passagem à Final da Taça CERS. -----

----- Trata-se de mais um feito desportivo que valoriza o brilhante palmarés hoquístico do CDPA, o qual significa o desporto nacional e constitui um motivo de orgulho e satisfação para todos nós.-----

----- Muitos parabéns e felicidades para a final.” -----

----- Seguidamente, referiu que nos passados dias dezoito e dezanove de Março se realizou, em Vilamoura, o Campeonato do Mundo de Corta-Mato, no qual a equipa nacional feminina ganhou o cross curto, a masculina ficou em terceiro lugar, pelo que deu conhecimento do fax que enviou ao Senhor Presidente da Federação Portuguesa de Atletismo, que é do seguinte teor:-----

----- “Em meu nome pessoal e no da Câmara Municipal de Oeiras, quero transmitir as mais vivas felicitações pelos brilhantes resultados obtidos pelas equipas nacionais nos Campeonatos Mundiais de Corta-Mato, disputados em Vilamoura em dezoito e dezanove passado próximo.-----



-----É para esta Câmara Municipal um motivo suplementar de satisfação que para estes resultados contribuiu de forma decisiva, o Maratona Clube de Portugal, equipa sediada no nosso Concelho e que tem vindo a desempenhar um papel essencial no fomento do atletismo nacional e na sua afirmação e projecção internacionais.” -----

-----Deu ainda conhecimento à Câmara que a equipa de andebol feminino da Associação de Solidariedade Social Assomada obteve, no Encontro Nacional de Iniciados Femininos, em Santarém , de quatro a oito do corrente mês, os seguintes resultados: primeiro lugar; melhor ataque; melhor guarda-redes; melhor jogadora em campo e segundo lugar no concurso livre de sete metros, tendo, nesse sentido enviado um fax à Associação, que a seguir se transcreve:-----

-----“Em meu nome pessoal e no da Câmara Municipal de Oeiras, quero transmitir as mais vivas felicitações pelo brilhante comportamento da vossa equipa de andebol no Encontro Nacional de Iniciados Femininos realizado em Santarém, de quatro a oito de Março, passado próximo. -- -----

-----Parabéns à São, às atletas e aos seccionistas por mais este êxito do andebol feminino do nosso concelho, que nos enche de satisfação e orgulho.”-----

-----De seguida, deu conhecimento do relatório da reunião do Comité Executivo do Movimento Europeu para o Fair Play, realizada em Alicante, Espanha, em onze e doze de Fevereiro, o qual a seguir se transcreve:-----

-----“Nos dias onze e doze do corrente teve lugar em Moraira (Alicante) a reunião do Comité Executivo (núcleo central) do EFPM. Esteve ausente por motivos profissionais, o secretário geral Georges Diderich. -----

-----A reunião teve lugar nas instalações do Hotel Swiss, naquela localidade.-----

-----Presentes: -----

-----Fritz Wijk – Presidente -----

-----Erdogan Aripinar – Vice-Presidente -----

----- Carlos Gonçalves – Vice-Presidente-----

----- André Catelin – Tesoureiro -----

----- A reunião decorreu de acordo com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- Um – Aprovação da agenda-----

----- Dois – Comentários sobre a acta da décima sétima reunião do Comité Executivo (Luxemburgo, Outubro de noventa e nove)-----

----- Três – Relações com a European Sports Conference (ESC) -----

----- Quatro – Comentários sobre o relatório relativo à Assembleia Geral dos Comités Olímpicos Europeus (Praga, Novembro de noventa e nove) -----

----- Cinco – Relatório de Manfred Lammer sobre o sexto congresso do EFPM (Jerusalém, Outubro de dois mil)-----

----- Seis – Situação financeira -----

----- Sete – Prémios de Fair Play do EFPM -----

----- Oito – Magazine Play Fair -----

----- Nove – Situação futura do EFPM (dois mil . dois mil e quatro) -----

----- Dez – Diversos -----

----- Todos os presentes manifestaram o seu regozijo pela recuperação completa de Fritz Wijk após o seu acidente vascular cerebral e pelo retomar das suas plenas funções no seio do EFPM -----

----- Um – Agenda -----

----- Aprovada por unanimidade -----

----- Dois – Comentários sobre a acta da décima sétima reunião do Comité Executivo (Luxemburgo, Outubro de noventa e nove)-----

----- Gonçalves e Aripinar esclareceram o Presidente Wijk sobre alguns dos pontos constantes da acta da referida reunião, considerando a sua ausência no referido acontecimento



em especial no que se refere ao ponto três da acta (Prémios de Fair Play; situação do CIFP e relatório sobre a ESC em Malta).-----

-----Três – Relações com a European Sports Conference -----

-----Gonçalves teceu alguns comentários a propósito da resposta recebida do Secretariado da décima quinta ESC sobre o pedido de adesão do EFPM como “partner organisation” da ESC e nessa situação assumir a posição de “observador” no seio do Comité Executivo -----

-----Foi decidido que o Secretário Geral deverá renovar o pedido de adesão e enviar ao Secretariado da ESC um exemplar do livro de actas de Congresso de Paris e quinze exemplares do próximo número do magazine “Play Fair” de modo a que seja possível a sua distribuição por cada membro do Comité Executivo da ESC -----

-----Quatro – Comentários sobre o relatório relativo à Assembleia Geral dos Comités Olímpicos Europeus (Praga, Novembro de noventa e nove)-----

-----Aripinar esclareceu o Presidente sobre a participação do EFPM no acontecimento.---

-----Num encontro posterior havido entre o Presidente do COE, Jaques Rogge e o Presidente do EFPM, Fritz Wijk foi renovada a clara intenção da ambas as instituições procederem a um convite mútuo para a sua presença nas respectivas Assembleias Gerais. Nesta conformidade o EOC será convidado para o sexto congresso e a sexta Assembleia Geral do EFPM, e esta organização continuará a ser convidada para as futuras Assembleias Gerais do EOC.-----

-----Cinco – Relatório de Manfred Lammer sobre o sexto congresso do EFPM (Jerusalém, Outubro de dois mil)-----

-----Lammer enviou um relatório sobre o andamento da organização do referido acontecimento.-----

-----Acabado o período de pré-registo verificaram-se um total de cinquenta e sete pré-

inscrições provenientes de vinte e dois países, Albânia, Bosnia-Herzegovina, Azerbeijão, Croácia, Polónia, República Checa, Macedónia e Arménia, eram os países que até à altura não tinham enviado qualquer inscrição. -----

----- Os membros do Comité Executivo presentes dividiram entre si a tarefa de contactarem as organizações nacionais de Fair Play dos países em falta. -----

----- As inscrições finais deverão ser enviadas impreterivelmente até cinco de Abril próximo futuro. Caso contrário a organização não poderá garantir alojamento no hotel onde decorrerá o congresso e a assembleia geral. -----

----- Tendo em consideração o tema do congresso, a organização sugere que as delegações incluam alguma individualidade ligada a uma Faculdade de Educação Física (de preferência), onde o mesmo seja objecto de estudo. -----

----- Os representantes da UEFA e do IOC (Fekrou Zidane) que irão estar presentes no congresso do EFPM farão um pequeno relato da situação do Fair Play no decorrer do campeonato da europa de futebol (Bélgica – Holanda dois mil) e nos jogos olímpicos de Sidney.

----- Seis – Situação financeira -----

----- Catelin informou os presentes de que até ao final de Janeiro, dez países (entre os quais Portugal) haviam pago a sua filiação para dois mil. O Secretario Geral Diderick, insistirá com os países que não regularizarem a sua situação até ao final do Março. -----

----- Os membros do CE presentes concordaram que não era possível o EFPM continuar a ter como receitas exclusivamente, a verba proveniente do pagamento da taxa de filiação (cerca de dois mil contos por ano) -----

----- Um esforço acrescido irá ser solicitado a todos os membros do EC no sentido de se obterem diferentes patrocínios para as diferentes iniciativas do EFPM (Magazine, Desdobrável, Congressos Regionais, Publicações, Faixas, etc..). Será um dos pontos a incluir na agenda da próxima reunião plenária do EC (Como, Junho de dois mil) -----



-----Sete – Prémios de Fair Play do EFPM-----

-----Wijk apresentou o texto que irá ser proposto ao EOC relativo ao anúncio dos Prémios de Fair Play do EFPM, relativos a mil novecentos e noventa e nove, e a serem atribuídos em dois mil. Os prémios continuarão a ter o apoio do EOC, cujo presidente, Jacques Rogge concordou em suportar em cinquenta por cento as despesas relativas à sua confecção e impressão (dois mil e duzentos euros) -----

-----Os representantes do EFPM no Júri do Prémio continuarão a ser Fritz Wijk e Vladimir Rodichenko e Arturas Poviliunas, e outro elemento a indicar pelo EOC. -----

-----Aripinar fez uma descrição pormenorizada da cerimónia de atribuição do prémio europeu de Fair Play, organizada no comité olímpico da Turquia pela respectiva comissão nacional de Fair Play. Os respectivos comités nacionais dos países dos premiados estudam presentemente a melhor oportunidade para o efeito. A França e a Suiça, procederão à atribuição dos prémios durante o próximo mês de Março. A primeira, no decorrer do jantar de gala comemorativo do aniversário do comité olímpico, e o segundo no decurso de uma cerimónia especialmente organizada para o efeito. -----

-----No que respeita aos prémios a atribuir em dois mil e relativos a mil novecentos e noventa e nove e cujo processo de candidatura terminará a quinze de Maio próximo futuro, os membros do CE presentes concordaram no sentido de que no máximo deve ser atribuído um prémio e um diploma, em cada categoria e somente a organizações ou individualidades que, de preferência fora do âmbito do EFPM, tenham prestado serviços considerados relevantes à causa do Fair Play na Europa. -----

-----Foi acordado que os seguintes membros do EC serão os representantes do EFPM nas respectivas cerimónias de entrega de prémios: -----

-----Turquia – Erdogan e Aripinar e Vladimir Rodichenko (já efectuada) -----

-----França – André Catelin e Fritz Wijk -----

----- - Holanda - Fritz Wijk -----

----- - Alemanha – Manfred Lammer-----

----- - Portugal – Carlos Gonçalves-----

----- - Suiça – Georges Diderich -----

----- - República Checa – Miroslav Cerar-----

----- Oito – Magazine Play Fair -----

----- Erdogan apresentou as provas finais do próximo número (noventa e nove/dois) deste Magazine, que se encontram em fase final de revisão-----

----- O documento apresentado recolheu uma opinião unânime extremamente favorável.--

----- Prevê-se que a sua distribuição possa ocorrer durante a primeira quinzena de Março-

----- Nove – Situação futura do EFPM (dois mil . dois mil e quatro) -----

----- O Presidente Wijk anunciou que tendo em consideração a sua idade e o seu estado de saúde não se candidatará a novo mandato (dois mil – dois mil e quatro), como Presidente ou membro do CE do EFPM -----

----- Lamentando o facto os membros compreenderam e aceitaram as razões aduzidas. Na próxima assembleia geral (Jerusalém) os membros do CE apresentarão uma proposta no sentido de inclusão nos estatutos de um ponto que permita a todos os ex-presidentes do EFPM (Wijk será o primeiro) assumirem as funções de “advisor member” do CE.-----

----- No caso vertente seria uma excelente oportunidade para viabilizar a continuidade da colaboração de Wijk ao EFPM, agora em funções mais relacionadas com os vastos contactos que possui a nível internacional. Wijk aceitou considerar essa possibilidade. -----

----- A eleição do novo CE do EFPM será assunto constante da agenda da próxima reunião do CE (Como, Junho de dois mil). -----

----- Dez – Diversos -----

----- a) Wijk apresentou um relatório sobre as iniciativas em curso na Holanda relativas ao



Euro Dois mil no que respeita ao Fair Play. O Governo holandês atribuiu uma verba específica de cinquenta e cinco mil dólares (cerca de onze mil contos) no sentido da Stichting Fair Play Nederland (organização nacional do fair play neste país) desenvolver conjuntamente com o comité de organização desta competição, um conjunto de iniciativas visando garantir um ambiente cordial, de convívio e festa, nas cidades holandesas onde decorrerão jogos. -----

----- Cabendo à UEFA toda a responsabilidade pelo que se passa no interior dos recintos da competição incluindo todas as questões relativas ao Fair Play, aquele organismo tem desenvolvido um conjunto de acções nas cidades onde aquelas se desenrolarão envolvendo a polícia local, autarquias e organismos desportivos inerentes às províncias (Distritos). Outras acções tem respeitado aos “Fan-Coaches”, ou seja, os elementos que no campeonato nacional e nos respectivos clubes representativos das cidades envolvidas exercem funções dissuadoras de eventuais conflitos agindo preventivamente nesse sentido e que actuarão do mesmo modo no Euro Dois mil.-----

----- b) Catelin informou os presentes sobre um questionário enviado pelo ENGSO a todos os seus membros/colectivos e individuais) auscultando sobre a organização do Fair Play nos seus respectivos países, manifestando a sua estranheza pelo facto do EFPM não ter sido previamente informado.-----

----- Wijk contactará directamente Marco Blatter no sentido de esclarecer a situação.-----

----- c) Wijk informou que se mantém a situação de impasse no CIFP. Vislumbram-se duas candidaturas ao lugar de Presidente: uma a mais credível do Professor Norbert Muller, membro do IOC e outra da norte americana Anita Defranck. O IOC disponibilizou-se a apoiar financeiramente o CIFP qualquer que seja o futuro presidente, de entre os dois mencionados. -----

----- Por agora, Monique Berliox, membro do conselho de administração do CIFP assegura a presidência.-----

----- Wijk encerrou os trabalhos agradecendo a colaboração de todos no sucesso da

reunião.” -- -----

----- Continuando, informou a Câmara que, em Janeiro de mil novecentos e noventa e nove, recebeu em casa um carta registada, enviada pelo Tribunal de Contas e que anexava um relatório sobre uma auditoria do mesmo orientada à Gerência de mil novecentos e noventa e sete desta Câmara, incidindo nas áreas relativas a activos financeiros, transferências e subsídios, e que decorreu entre seis e dezasseis de Outubro de mil novecentos e noventa e oito. Acrescentou que, entre outras anomalias, o relatório considerava irregulares alguns dos subsídios atribuídos a entidades desportivas, por alegada inobservância dos preceitos legais aplicáveis, que estabelecem que apenas devem ser pagos subsídios a entidades legalmente constituídas e que prossigam fins de interesse público na área do município; ora, continuou, o que os Senhores Inspectores entendem por “legalmente constituídas”, é que as entidades devem ter os estatutos publicados em Diário da República e devem estar sediados na área do concelho, acrescentou também que, entretanto já se criou legislação para a criação de clubes de praticantes que permite a atribuição de subsídios e comparticipações financeiras. -----

----- Continuou, referindo que o relatório também dá conta de uma afirmação que o Senhor Vereador Tavares Salgado fez e que considera que, se formalmente é correcta, não corresponde inteiramente à realidade, segundo a qual “salvo raras excepções, não é efectuado qualquer controlo à posteriori dos subsídios atribuídos” e diz que não é verdade, porque a Câmara faz o controlo e acompanhamento de todos os subsídios atribuídos na área desportiva. Por outro lado, continuou, haveria ainda, alguns casos, desconformidade com o Programa de Apoio ao Associativismo Desportivo, nomeadamente no que respeita ao requisito que impõe a prévia apresentação do plano de actividades e do último relatório e contas de colectividades apoiadas, sendo que, nesta ordem de ideias, teriam sido indevidos os subsídios liquidados às seguintes entidades: Federação Portuguesa de Triatlo de Portugal e Federação Portuguesa de Patinagem, que possuem estatuto de utilidade pública desportiva, o Sport Algés e Dafundo, ao



qual foi atribuída, no âmbito de um protocolo entre a CMO e o SAD, uma comparticipação financeira destinada a permitir a viabilização e saneamento financeiro do clube, e nesses termos, a Câmara transferiria uma determinada verba que permitisse ao Algés liquidar as suas responsabilidades de dívida à Segurança Social, o que foi considerado irregular por parte da CMO. Prosseguindo, referiu que outros clubes faziam parte da lista, como o Clube de Carnaxide – Cultura e Desporto, Clube Desportivo Juventude de Vila Fria, Atlético Clube de Porto Salvo, União Recreativa do Dafundo, Grupo Desportivo Joaninhas de Leião, Grupo Desportivo e Recreativo da Ribeira da Lage e Grupo Desportivo, Cultural e Recreativo de Leião, aos quais foram atribuídas comparticipações para pequenas obras de beneficiação, pela não apresentação atempada de elementos informativos previstos no Programa de Apoio às Actividades Desportivas, sublinhando que o Programa da Câmara estabelece que, no início de cada época desportiva, as colectividades devem apresentar os seus planos de actividades e contas de gerência, dando-se no entanto, a circunstância de algumas não o fazerem por razões várias, como por exemplo, o facto de ser eleita uma nova direcção, ou um atraso verificado na apresentação o que não implica que não os enviem mais tarde, o que realmente acontece.-----

-----Por outro lado, continuou, sublinhou o facto de a Câmara avaliar sempre muito bem os subsídios atribuídos para obras de beneficiação de instalações, quer através de documentos comprovativos da despesa efectuada, quer através de uma observação “in loco”.-----

-----Ainda a este propósito, referiu que é conhecida a resposta da Câmara ao Tribunal de Contas, a qual subscreveu e na qual, sem prejuízo do reconhecimento de algumas irregularidades puramente formais, se apresenta a fundamentação substantiva e consequente legalidade dos subsídios atribuídos, acrescentando que, no passado dia treze recebeu, em sua casa, a resposta do Tribunal de Contas, acolhendo, na sequência de pronunciamento do Ministério Público no essencial, a argumentação da CMO e dando conta que relativamente aos subsídios atribuídos a entidades desportivas, se devia proceder ao arquivamento dos autos, enfatizando o facto de, do

ponto de vista substantivo se reconhecer que, na atribuição dos subsídios a entidades culturais e desportivas, não houve, efectivamente qualquer ilegalidade ou irregularidade por parte da Câmara; por outro lado, é também importante sublinhar que em relação à resposta dada pela Câmara, permitiu que o Executivo se identificasse com as razões que levaram à aprovação destes subsídios, pois se fossem considerados ilegais, teriam de ser repostos, por todos os elementos que os tinham anteriormente aprovado. -----

----- Ainda em relação a este assunto, referiu que está a organizar-se neste momento, no âmbito da Divisão do Desporto, uma base de dados sobre o movimento associativo desportivo, bem como o cadastro de cada uma das colectividades e está também, a ser dado apoio a todas, nomeadamente as que, por serem muito antigas, centenárias até, não têm publicados os seus estatutos em Diário da República, o que as torna formalmente ilegais, pelo que esse apoio é atribuído no sentido de se regularizar a situação das entidades que têm desenvolvido actividades meritórias na área do desporto, actualizando a sua situação estatutária e tentando obter o estatuto de utilidade pública. A este propósito, referiu que recebeu um ofício do Linda-a-Pastora Sporting Clube, dando conta do despacho favorável do Gabinete do Senhor Primeiro Ministro ao pedido de declaração de utilidade pública do clube; ainda relativamente a esta colectividade e no seguimento de uma carta por ela recebida do Senhor Vereador Emanuel Martins, visando a situação do bar daquele clube, tem a dizer que há clubes que, tendo preenchido os requisitos no que respeita a intervenções que devem fazer para garantir as condições mínimas indispensáveis de segurança e salubridade dos bares, a curto prazo têm dificuldades em obter a respectiva licença, porque as próprias instalações ainda não foram licenciadas, casos estes que são de excepção. -----

----- Seguidamente, deu conhecimento de uma notícia em relação ao Sport Algés a Dafundo e que reside no facto de estar a surgir uma contestação por parte nomeadamente dos pais das crianças que frequentam o externato relativamente a uma decisão que a Direcção terá



tomado de o encerrar a partir do próximo ano lectivo, o que está a provocar uma grande polémica e mal-estar entre os encarregados de educação; do mesmo modo, foi-lhe dado conhecimento de um abaixo-assinado e de um requerimento feito por um conjunto de associados a requerer uma assembleia geral para o assunto ser discutido e já teve oportunidade de falar com o Presidente do Clube que o informou que irá receber os encarregados de educação, para com eles se chegar a um consenso no sentido de, se possível se manter o externato a funcionar, pois, segundo a Direcção a escola está neste momento a causar um prejuízo anual na ordem dos sete-oito mil contos, pelo que não há condições para o suportar.-----

-----De seguida referiu que a audiência da Quinta dos Aciprestes que se realizou no passado dia dez, no Tribunal de Oeiras, foi suspensa, não tendo sido abertas as propostas para aquisição da Quinta; esta audiência, continuou, terá sido suspensa, não sabe bem se por iniciativa do advogado da massa falida, se por iniciativa do Tribunal de Aveiro, porque é lá que está a correr o processo, até porque há uma questão que continua a não estar devidamente esclarecida e que se prende com o facto de a empresa Ofshore Investment, em Gibraltar, ter accionado a FRASAC por dívidas que perfazem o total de nove milhões de contos, pelo que há suspeitas de conluio entre as duas empresas.-----

-----Seguidamente, deu conhecimento de dois agradecimentos recebidos do Clube de Carnaxide – Cultura e Desportos e do Centro Nuno Belmar da Costa, os quais, respectivamente, se transcrevem:-----

-----“Vimos por este meio agradecer reconhecidamente a Vossa Excelência, a cedência de transporte da Câmara a fim de transportar a nossa equipa de Iniciados Femininos ao Encontro Nacional, realizado em Coruche entre os dias quatro e oito de Março.” -----

-----“Em nome dos utentes do Centro Nuno Belmar da Costa, venho agradecer a oferta de camisolas e bonés, que teve a gentileza de oferecer.” -----

-----Por último, colocou uma questão que resultou da leitura que fez de uma notícia no

suplemento de Economia do Expresso do passado dia três e que lhe causou grande surpresa e perplexidade, a qual reproduz uma afirmação do Senhor Secretário de Estado da Administração Marítima e Portuária, Narciso Miranda, dizendo que “o World Trade Center pode voltar a Algés”, pelo que não comprehende a notícia, pois ela não corresponde àquilo que resulta do convénio estabelecido entre a CMO e a Administração do Porto de Lisboa, pelo que julga que o Senhor Secretário de Estado está mal informado em relação a esta matéria.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

8 - INFORMAÇÕES – SR. VEREADOR JOSÉ EDUARDO COSTA:-----

-----O Senhor Vereador José Eduardo Costa iniciou a sua intervenção distribuindo a cada um dos Senhores Vereadores uma cópia do Relatório de Actividades da AMTRES do ano transacto e cuja conclusão a seguir se transcreve:-----

-----“Conclusão -----

-----A reconversão dos equipamentos existentes e sua complementarização, foi o objectivo da AMTRES para o ano de mil novecentos e noventa e nove, dando assim seguimento às deliberações da Assembleia Intermunicipal, no sentido de dotar os municípios membros de meios técnicos que possibilitem uma gestão adequada dos RSU.-----

-----Com a requalificação da Central e Construção da Estação de Triagem, podem agora os municípios prosseguir uma política ecologicamente correcta, em cumprimento das directivas europeias, no que respeita ao tratamento de resíduos urbanos.- -----

-----A paragem da Estação de Compostagem, originou um acréscimo de deposição em aterro, que viu assim a sua capacidade reduzida, e motivou igualmente a Construção de uma ETAR de Lixiviados que posteriormente são canalizados para o emissário da Sanest. -----

-----O aumento demográfico, e ou, o aumento da produção “per capita” e a então, eventual, adesão do Município de Mafra, alertaram a Administração da AMTRES para a necessidade de negociar novos financiamentos ao nível do QCA Três, com vista a investimentos a curto prazo. A colaboração do Instituto de Resíduos, e da DRARNLVT , bem como do Ministério do Ambiente, têm sugerido algumas propostas no sentido de soluções regionais e intermunicipais poderem vir a ser concretizadas, com o auxílio do próximo Quadro Comunitário de Apoio.-- -----

-----A conclusão física do investimento da candidatura anterior, só não foi acompanhada pela entrega a trinta e um de Dezembro do Relatório Final do Projecto, por manifesta

impossibilidade da AMTRES em liquidar a facturação de algumas obras, situação que motivou a contracção de empréstimo a curto prazo junto da Caixa Geral de Depósitos, cuja amortização será feita com o reembolso das comparticipações comunitárias após a aprovação do Dossier de Saldo e Rlatório Final. -----

----- Verificaram-se igualmente algumas situações de dificuldades de tesouraria, pois as transferências dos municípios foram com a excepção do Município de Sintra, bastante irregulares, motivando atrasos em pagamentos, quer nas obras, quer em relação aos pagamentos à Tratolioxo, Sociedade Anónima. -----

----- Neste último caso, não foi possível regularizar os atrasos de mil novecentos e noventa e oito, tendo sido no entanto solicitado aos representantes da AMTRES no Conselho de Administração da Tratolioxo, Sociedade Anónima, após a realização da Assembleia Geral da referida empresa que, sem pôr em causa o Contrato de Concessão, a AMTRES considerava que as receitas obtidas em actividades complementares à exploração da Central, fossem contabilizadas para redução do eventual déficit de exploração.” -----

----- De seguida, deu conhecimento que, na última quinta-feira, esteve, em representação do Senhor Presidente, na reunião da Junta Metropolitana de Lisboa, na qual se propôs a aquisição por parte da presidência da Junta de um edifício da pastelaria Versalhes, na Avenida da República, para as suas futuras instalações, o que não foi acolhido pela maioria dos presentes na reunião, solicitando que se apresentassem outras alternativas, pelo que uma das pospostas que teve mais acolhimento foi que se tentasse arranjar alguns pisos ou um edifício na zona da Export Noventa e Oito, que é uma área moderna e com outra visibilidade, pois a Junta Metropolitana de Lisboa tem, neste momento, largas centenas de milhares de contos em depósitos a prazo por ter recebido subvenções governamentais para aquisição de imóvel e não o tem feito. -----

----- Ainda nessa mesma reunião, prosseguiu, foi proposta uma moção, subscrita pela Presidente Edite Estrela e por si próprio, em relação ao repúdio da Junta Metropolitana de



Lisboa pelos ataques de que foi alvo o seu Presidente Doutor João Soares, por parte de elementos do Governo de Angola e essa proposta inicial subscrita pelo PS e PSD foi depois posta à consideração, pelo que foi feita uma proposta de deliberação de consenso entre todos, em que a Junta repudia os termos em que foi feita a acusação ao seu Presidente, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

----- Seguidamente, informou a Câmara de que, também na semana passada, se realizou no Salão Nobre uma reunião com os comandos da GNR e PSP do Concelho, para se debater os problemas de segurança e na qual foi feita uma exposição por parte das duas forças: ainda na mesma reunião, referiu que foram convidados alguns presidentes de Junta das zonas mais críticas em termos de segurança, como os de Carnaxide, Algés e Paço de Arcos, bem como alguns representantes de escolas secundárias, professores de escolas primárias em zonas de bairros de habitação social, como o do Alto da Loba, o Gabinete Municipal de Protecção Civil e técnicos e dirigentes dos Departamentos de Habitação e dos Assuntos Sociais.-----

----- Na reunião, continuou, foram abertamente expostos os problemas de segurança existentes no concelho e, embora haja alguns focos de tensão, as forças presentes consideraram que a situação não é preocupante, nomeadamente o facto de os furtos serem todos de pequeno montante, tendo sido referido, por outro lado, o alto nível de sinistralidade rodoviária existente em vários pontos do concelho e o grau elevado de criminalidade juvenil.-----

----- Por último, deu conhecimento de que começou a ser distribuído na passada terça-feira, nas caixas de correio, um envelope do Gabinete de Protecção Civil da Câmara que contém a reedição de um conjunto de folhetos de, nomeadamente, acidentes com gás em casa, tremores de terra, prevenção de incêndios nas escolas, os números de telefone actualizados de vários corpos de bombeiros e um guia de como evitar alguns acidentes domésticos; tudo isto, continuou, resulta de uma compilação feita de alguns folhetos antigos, que deu origem a este envelope sobre prevenção e segurança e que teve uma tiragem de cerca de setenta e cinco mil

exemplares a serem distribuídos por todo o concelho. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

9 – INFORMAÇÕES – SR. VEREADOR LOPES NENO: -----

----- Ao iniciar a sua intervenção o Senhor Vereador Lopes Neno deu conhecimento que no passado dia catorze de Março se realizou a reunião do Conselho de Administração seguido da Assembleia Intermunicipal da AMAGÁS, em Sintra, na qual foram nomeados, no seu ponto um os seguintes membros para a Mesa da Assembleia Intermunicipal: -----

----- “- Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal -----

----- Município de Sintra Presidente Doutora Edite Estrelada por inerência (número dois, do artigo décimo nono e número um, do artigo vigésimo quinto, dos Estatutos) -----

----- Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Intermunicipal-----

----- Município de Sintra (número três, do artigo décimo nono, dos Estatutos) Vereador Doutor Luís Patrício por inerência e por ter sido indicado pelo Município de Sintra para o Conselho de Administração que, decorrente do número um, do artigo vigésimo quinto dos Estatutos corresponderá à função de Presidente do Conselho de Administração-----

----- Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Intermunicipal-----

----- Município de Oeiras (número três, do artigo décimo nono, dos Estatutos) que, por inerência corresponderá ao Presidente do Conselho de Administração cessante, Engenheiro José Neno.” -----

----- Ainda na mesma reunião, nomeadamente no seu ponto dois, foram nomeados os seguintes membros para o Conselho de Administração: -----

----- “- Presidente do Conselho de Administração -----

----- Município de Sintra (número um, do artigo vigésimo quinto, dos Estatutos) Vereador Doutor Luís Patrício, por indicação do Município de Sintra comunicado através da deliberação do Executivo Municipal de nove de Junho de mil novecentos e noventa e nove.-----

----- Vogais do Conselho de Administração -----

----- Torres Vedras -----
----- Vila Franca de Xira -----
----- Amadora -----
----- Oeiras -----
----- - Municípios Observadores no Conselho de Administração -----
----- (alínea b), do número dois, do artigo vigésimo quarto, dos Estatutos) -----
----- Cadaval -----
----- Cascais -----
----- Loures -----
----- Mafra -----
----- Odivelas -----
----- - Suplentes dos membros do Conselho de Administração da AMAGÁS -----
----- (alínea a), do número dois, do artigo vigésimo quarto, dos Estatutos) -----
----- Sintra -----
----- Torres Vedras -----
----- Vila Franca de Xira -----
----- Amadora -----
----- Oeiras.“ -----
----- Por último, deu conhecimento da acta da vigésima reunião da Assembleia Intermunicipal da AMAGÁS, bem como do Relatório de Actividades e Contas do Exercício de mil novecentos e noventa e nove, os quais a seguir se transcrevem: -----
----- “Vigésima Reunião da Assembleia Intermunicipal da AMAGÁS-----
----- No dia vinte e um de Junho de mil novecentos e noventa e nove, realizou-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho da Câmara Municipal de Oeiras, pelas onze horas e trinta minutos, a Vigésima Reunião da Assembleia Intermunicipal da AMAGÁS, com a seguinte Ordem de



Trabalhos:- -----

----- Um – Aprovação da acta da Décima Nona Reunião da Assembleia Intermunicipal da AMAGÁS; -----

----- Dois – Apreciação e deliberação da proposta do Plano de Actividades e Orçamento da AMAGÁS para o ano dois mil; -----

----- Três – Ponto da situação da actividade desenvolvida até Novembro; -----

----- Quatro – Ponto da situação dos projectos de diploma eu alteram os Decretos-Lei números trezentos e setenta e quatro, de oitenta e nove e duzentos e trinta e dois, de noventa; -----

----- Cinco – Informações. -----

----- Participaram na Assembleia, presidida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Doutor Isaltino Morais, os Senhores Vereadores José Neno e Eduardo Costa da Câmara Municipal de Oeiras, Senhor Presidente Carvalho Matias da Câmara Municipal do Cadaval, Vereador Mendes do Carmo da Câmara Municipal de Cascais, Vereadores Judite Esteves Pinto e Fernando Pereira da Câmara Municipal da Amadora, Vereador Dantas Ferreira da Câmara Municipal de Loures, Vereador Luís Patrício da Câmara Municipal de Sintra, Vereador Gil Ricardo da Câmara Municipal de Mafra, Vereador Simões Luís da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Senhor Presidente Manuel Varges e Vereador Fernando Ferreira do Município de Odivelas. -----

----- O representante do Município de Torres Vedras justificou a sua falta, alegando compromissos inadiáveis. -----

----- Participaram ainda nesta reunião, os Assessores da AMAGÁS, Doutor Duarte Nuno Clímaco e Doutora Gracinda Veloso e a Senhora Dona Cristina Segurado que secretariou a reunião. -----

----- Primeiro ponto da ordem de trabalhos: Aprovação da Acta da Décima Nona Reunião da Assembleia Intermunicipal da AMAGÁS; -----

----- Após leitura e análise foi a acta da Décima Nona Reunião aprovada por maioria, com a abstenção dos Senhores Presidente Carvalho Matias da Câmara Municipal do Cadaval, Vereador Dantas Ferreira da Câmara Municipal de Loures, Presidente Manuel Varges e Vereador Fernando Ferreira do Município de Odivelas, que declararam não terem participado na referida reunião. -----

----- Segundo ponto da ordem de trabalhos: Apreciação e deliberação da proposta do Plano de Actividades e Orçamento da AMAGÁS para o ano dois mil; -----

----- Após apreciação e deliberação da proposta do Plano de Actividades e do Orçamento da AMAGÁS para o ano dois mil, foi a mesma aprovada por unanimidade, com o desdobramento da rubrica zero quatro zero nove zero um e a celebração do dia do GNV na data da constituição da AMAGÁS em trinta de Junho. -----

----- Terceiro ponto da ordem de trabalhos: Ponto da situação da actividade desenvolvida até Novembro; -----

----- Analisada que foi a documentação referente ao ponto da situação desenvolvida até Novembro, foi por todos os membros presentes, tomado conhecimento do mesmo. -----

----- Quarto ponto da ordem de trabalhos:: Ponto da situação dos projectos de diploma que alteram os Decretos-Lei números trezentos e setenta e quatro, de oitenta e nove e duzentos e trinta e dois, de noventa; -----

----- Foi distribuída diversa documentação enviada às várias entidades envolvidas, para conhecimento das acções desenvolvidas pela AMAGÁS, nesta matéria. -----

----- Quinto ponto da ordem de trabalhos: Informações: -----

----- Foi distribuída diversa documentação sobre reuniões efectuadas e acções desenvolvidas pela AMAGÁS-----

----- Foi solicitado que a documentação para apreciação, seja remetida, aos seus membros, com antecedência. -----



----- Sexto ponto da ordem de trabalhos: Minuta da Acta da Vigésima Reunião da A.I. -----

----- A minuta da acta desta reunião foi aprovada por unanimidade. -----

----- Não havendo nada mais a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal encerrou a reunião, eram doze horas e trinta minutos.” -----

----- “Relatório de Actividades e Contas do Exercício de mil novecentos e noventa e nove

----- Um – A actividade do Conselho de Administração teve por objectivo concretizar a totalidade do Plano de Actividades, aprovado para mil novecentos e noventa e nove, mas cedo se veio a verificar que por motivos exógenos tal não se verificaría. -----

----- No entanto, temos a assinalar que um objectivo para o qual desenvolvemos esforços significativos, nomeadamente, a consolidação da cobrança pelos Municípios da taxa de abertura de valas e instalação de redes de gás no subsolo do espaço urbano, do domínio público, seria atingido. Este objectivo era importante pois é do conhecimento que as empresas gestoras das redes de gás vinham a reivindicar a isenção das taxas municipais, a exemplo do que ocorria com a EDP e Telecom. -----

----- Assim, na base da intervenção da AMAGÁS, junto da ANMP, veio a ser contemplado na Lei das Finanças Locais (alínea c), do artigo décimo nono, da lei quarenta e dois, de noventa e oito, de seis de Agosto) a supressão das isenções que a EDP, PT e TV Cabo beneficiaram, na nossa opinião, unconstitutionalmente. -----

----- É inquestionável que a AMAGÁS teve papel determinante neste objectivo que poderá desempenhar um papel importante nas receitas municipais. -----

----- Dois- De salientar, também, a actividade do Conselho de Administração no destaque que tem dado ao projecto ambiental para o uso do Gás Natural Veicular (GNV). -----

----- Para o efeito promoveram-se diversas reuniões com a Direcção-Geral de Energia (DGE), Direcção-Geral de Viação (DGV), Gás de Portugal (GDP), Gás de Lisboa (Lisboagás) e Transgás. -----

----- Apesar de solicitada não se concretizou a reunião com o Ministério do Ambiente, para abordar este projecto, na perspectiva ecológica e ambiental, com destaque para os grandes centros urbanos. -----

----- Têm sido diversos os aspectos abordados com estas entidades, de que destacamos: --

----- a) Legislação sobre o uso do GNV;-----

----- b) Licenciamento dos postos de abastecimento de GNV;-----

----- c) Transformação de viaturas particulares para o GNV;-----

----- d) Aplicação de “Carga Fiscal Negativa” para viaturas de GNV; -----

----- e) Eventual viabilidade de os municípios aprovarem, para determinadas zonas urbanas, a circulação exclusiva para viaturas não poluentes (GNV, GPL e Eléctricas).-----

----- Deverá salientar-se que o uso do GNV, nos transportes colectivos, já saiu da fase experimental, tendo-se iniciado a aquisição, pela Carris de setenta e cinco viaturas, STCP de setenta e cinco viaturas, Transportes Colectivos de Braga vinte viaturas, Transportes Colectivos de Coimbra dez viaturas e estando a Rodoviária de Lisboa em fase de decisão quanto à aquisição de viaturas a GNV.-----

----- Nos contactos efectuados com a Transgás, GDP e GDL foi assumido que faz parte da sua estratégia o GNV sem que seja, contudo, a primeira prioridade.-----

----- Na perspectiva do uso do GNV pelas frotas municipais de recolha de resíduos sólidos, vão ser instalados Postos de Abastecimento de GNV na incineradora da Valorsul em São João da Talha – Loures e admitiu-se instalar outro em Trajouce, na Estação de Triagem e Tratamento de Resíduos Sólidos da AMTRES, em Cascais.-----

----- Três – Tem vindo, ainda, o Conselho de Administração a acompanhar e interceder Junto da GDL quanto às prioridades na instalação de redes de Gás Natural na base de solicitações dos municípios associados.-----

----- Quatro – No que se refere à adesão de novos municípios à AMAGÁS, veio a



verificar-se a filiação do Município de Odivelas, o que constituiu o décimo associado. Quanto ao Município de Lisboa, mantém-se numa posição indefinida apesar dos contactos efectuados com responsáveis autárquicos que, individualmente, mostram interesse nos projectos da AMAGÁS. --

----- Cinco – Através da Consultadoria Técnica que a AMAGÁS tem com a Exergia, foi elaborada diversa documentação técnica que nos permitiu ter um papel interveniente na apreciação da legislação sobre o uso do Gás natural, a exploração das redes e instalação de postos de abastecimento de GNV, que veio a ser publicado no início do ano dois mil.-----

----- Seis – Quanto à execução orçamental destacamos os principais resultados, remetendo para discriminação exaustiva o documento que se anexa, referente á conta de gerência de mil novecentos e noventa e nove. -----

----- Receitas -----

----- Foram cobrados seis milhões quinhentos e vinte e sete mil cento e vinte escudos aos Municípios Associados, sendo o total das receitas de onze milhões quatrocentos e oito mil seiscentos e vinte e sete escudos, tendo sido contributo significativo o resultado do saldo de Gerência do ano anterior. -----

----- A receita cobrada corresponde a quarenta e cinco vírgula vinte e quatro por cento da receita prevista. -----

----- Despesa-----

----- Quanto às despesas totais foram de dez milhões oitocentos e noventa mil quatrocentos e cinquenta e cinco escudos, ou seja quarenta e três vírgula dezanove por cento do previsto. -----

----- Sete – Propõe-se por último que se aprove o ponto quatro da Conta de Gerência correspondente à Primeira Revisão Orçamental para o ano dois mil, com o objectivo de integrar o saldo apurado na Gerência de mil novecentos e noventa e nove, de quinhentos e dezoito mil cento e setenta e dois escudos, no Orçamento do ano dois mil, cujos totais passaram a ser de

trinta e dois milhões noventa e cinco mil trezentos e doze escudos para as Receitas e igual montante para as Despesas."-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

10 – INFORMAÇÕES – SR^a. VEREADORA TERESA ZAMBUJO: -----

----- A Senhora Teresa Zambujo iniciou a sua intervenção dando conhecimento à Câmara de que participou, no dia dez de Março, na sessão de abertura do encontro “A Criança, a Sociedade e a Sida”, organizada pelo Amigos do Hospital São Francisco Xavier, num dos auditórios da Gulbenkian e que foi presidida pela Senhora Doutora Maria José Ritta; referiu ainda que foi uma sessão extremamente interessante, em que foram elencadas muitas respostas a serem trabalhadas no sentido de poderem responder a problemas que têm surgido no dia-a-dia- --

----- No dia vinte e um de Março, foi assinalado o Dia da Árvore, no qual participaram os Pelouros do Ambiente e da Educação, tendo tido oportunidade de proceder a plantações e visitar os viveiros da Fábrica da Pólvora, juntamente com as duas escolas primárias de Barcarena, de maneira a poderem, de alguma forma, sentir como é que todo o processo se desenrola. -----

----- Hoje, dia vinte e dois, comemora-se o Dia Mundial da Água, pelo que seleccionou algumas escolas no sentido de se fazerem acções de sensibilização, tendo em conta a explicação do ciclo da água e o que deveria ser feito com vista à sua poupança; assim sendo, informou que os SMAS juntamente com a Divisão de Educação, foram a essas escolas realizar precisamente essa tarefa de chamar a atenção para determinados aspectos. -----

----- Ontem e juntamente com o Senhor Presidente, assistiu à abertura dos bailes de Primavera, no Centro Paroquial da Figueirinha, destinado aos idosos e deve dizer que a casa estava cheia, sendo, portanto, uma das actividades preferidas desta camada da população.-----

----- Hoje, teve a oportunidade de abrir, encerrar e moderar o painel das primeiras jornadas técnicas subordinadas ao tema “Oeiras- Município Acessível”, acrescentando que trará oportunamente o vídeo do tema referido e no qual se pretende espelhar o que é a boa e má prática nesta matéria; do mesmo modo, prosseguiu e visto que a primeira etapa está vencida, passou-se à segunda na qual se discutiu internamente esta problemática, com a presença de dois

peritos na matéria , bem como uma troca de experiências com intervenções das Câmaras Municipais do Seixal, de Lisboa e de Cascais, pelo que considera o balanço francamente positivo.---

----- Por último, fez distribuir por todo o Executivo as actividades programadas de dezoito a vinte e oito de Março de dois mil, no programa “Oeiras – Jovem Terra Cinco”.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

11 – INFORMAÇÕES – SR. VICE-PRESIDENTE: -----

----- Ao iniciar a sua intervenção, o Senhor Vice-Presidente deu conhecimento à Câmara de que, no dia dezoito esteve, em representação da CMO, na inauguração de um marco rotário que se encontra à entrada de Algés para demarcar a entrada na área rotária do concelho e na qual esteve também presente uma delegação de rotários de Ovar, ao qual se serviu um almoço. -----

----- Seguidamente, informou o Executivo que, hoje de manhã, deu as boas-vindas a uma delegação de quatro elementos da República Checa, da cidade de Kralov e que está, através do Instituto acional de Administração de visita ao Concelho de Oeiras, para se inteirarem do funcionamento da Câmara; do mesmo modo, amanhã deslocar-se-ão ao Taguspark, na sexta-feira aos SMAS e almoçarão e visitarão a Fábrica da Pólvora. -----

----- Por último, referiu que o Serviço Municipal de Informação e Apoio ao Consumidor (SMIAC) comemorou, no dia quinze de Março, o Dia Mundial dos Direitos do Consumidor, junto a jovens de várias escolas e no qual foram apresentados sessenta trabalhos, com entrega de prémios a vinte deles, prémios esses que foram conseguidos através de parcerias com empresas que os ofereceram. A este propósito, deu conhecimento do relatório da acção “Segundo Concurso de Educação Visual e Tecnológica”, desenvolvido no âmbito das referidas comemorações, que a seguir se transcreve: -----

----- “Segundo Concurso de Educação Visual e Tecnológica” -----

----- “O Consumo” -----

----- Início de concurso: um de Outubro de mil novecentos e noventa e nove -----

----- Entrega de trabalhos: onze de Março de dois mil -----

----- Atribuição de prémios: quinze de Março de dois mil -----

----- Exposição de trabalhos: dezasseis de Março a trinta e um de Março de dois mil -----

----- Temas -----

----- “Oeiras, Um Concelho Ecológico” -----

----- ”A Europa dos Consumidores”-----

----- “Euro, Uma Moeda Para a Europa”-----

----- Objectivos -----

----- Celebração do dia quinze de Março – “Dia Mundial do Consumidor” -----

----- Sensibilizar os jovens para a temática do “Consumo” e introdução da nova moeda “Euro” através de apresentação e exposição de desenhos e trabalhos manuais. -----

----- Organização-----

----- Serviço Municipal de Informação e Apoio ao Consumidor -----

----- Colaboração e apoio logístico de outros serviços municipais -----

----- Gabinete da Juventude-----

----- Gabinete Info-Euro-----

----- Senhor Bernardo – Economato -----

----- Júri -----

----- Doutora Paula Saraiva – Chefe da Divisão Administrativa-----

----- Carlos Milhais – Gabinete de Relações Públicas – Sector de Audiovisuais-----

----- Doutora Suzana Dias – Instituto do Consumidor -----

----- Doutor José Manuel – Divisão de Educação -----

----- Doutora Teresa Tomás – Gabinete da Juventude -----

----- Espectáculo -----

----- Grupo de Dança da Escola Vieira da Silva -----

----- Grupo de Dança da Escola Sophia Mello Breyner-----

----- Escolas participantes-----

----- Escola Vieira da Silva (EB Dois, Três) – Carnaxide -----

----- Escola Sophia Mello Breyner (EB Um, Dois, Três) – Outurela/Portela -----



- Externato Nova Oeiras (EB Um) – Nova Oeiras -----
- Externato Balão Azul -----
- Escola Valejas (EB Um) -----
- Número de participantes -----
- Número de trabalhos – sessenta -----
- Número de presenças na cerimónia de entrega de prémios – cento e cinquenta alunos -----
- Número de professores – dezoito -----
- Trabalhos premiados -----
- Primeiro escalão -----
- Primeiro prémio – “Balão Euro” -----
- Autora – Ana Mafalda Faria -----
- Externato Balão Azul -----
- Segundo prémio – “Mapa Euro” -----
- Autor – Pedro Alves -----
- Externato Balão Azul -----
- Terceiro prémio – “Euro Moeda” -----
- Autor – Alexandre Magalhães -----
- Externato Balão Azul -----
- Terceiro prémio – “Marioneta Euro” -----
- Autora – Marta Mendes -----
- Externato Balão Azul -----
- Segundo escalão -----
- Primeiro prémio – “Carrinho de Compras” -----
- Autora – Joana Ferreira -----
- Externato Balão Azul -----

----- Segundo prémio – “Relógio Euro”-----

----- Autora – Madalena Magalhães -----

----- Externato Balão Azul -----

----- Segundo prémio – “Aquário”-----

----- Autora – Andreia Santos -----

----- Escola Vieira da Silva -----

----- Terceiro prémio – “Barco/Ninho” -----

----- Autora – Marisa -----

----- Escola Vieira da Silva -----

----- Terceiro escalão -----

----- Constatada a fraca qualidade e o número exíguo dos trabalhos apresentados, foi ainda deliberado atribuir um terceiro prémio ao primeiro escalão, um segundo prémio ao segundo escalão, com o fundamento na importância e actualidade da mensagem veiculada.-----

----- Primeiro prémio – “Carro de Lata” -----

----- Autor – Wanderley Russo-----

----- Escola Sophia Mello Breyner-----

----- Nota – Na sequência do trabalho desenvolvido durante o ano lectivo decorrente (mil novecentos e noventa e oito/mil novecentos e noventa e nove), do qual resultou o desdobrável oficial do Gabinete Info-Euro e SMIAC versando a temática da introdução da nova moeda, foi atribuída por este SMIAC uma bicicleta à escola Sophia Mello Breyner.-----

----- Constituição da mesa da cerimónia de entrega de prémios -----

----- Doutor Frederico de Frias Macedo Branco – Director do Gabinete de Contencioso e Apoio Jurídico -----

----- Doutora Teresa Tomás – Directora do Gabinete da Juventude -----

----- Patrocínios -----



- Nestlé – cinquenta canetas -----
- Cinquenta T-shirts -----
- CMO – quinze sacos brindes para professores -----
- Cinquenta T-shirts -----
- Quarenta jogos Dominó -----
- Quarenta puzzles -----
- Duzentos sacos de plástico -----
- Lanche para duzentas e trinta e uma pessoas -----
- Hipermercado Jumbo – três bicicletas -----
- Makro – uma bicicleta -----
- SMAS – cem livros banda desenhada -----
- Ramazotti – duzentos e quarenta Power Rangers (miniaturas) -----
- Duzentos e dez discos voadores Weetos -----
- Bonés de papel Weetos -----
- Duzentas e dezasseis unidades de Queijo Tigre cento e setenta gramas -----
- Taguspark – cinquenta mil escudos (vale) – Game Boy -----
- TV Cabo – cinquenta bonés -----
- Trinta T-shirts -----
- SIC – sete T-shirts -----
- Nove bonés -----
- Cinquenta lápis de cera -----
- Continente Cascais – vinte mil escudos (vale) – Estojo de pintura -----
- Oeiras Parque -----
- Intersport – três vales de dez mil escudos -----
- Jardim Zoológico – duzentos calendários -----

----- Comissão Euro Finanças – canetas -----

----- Puzzles-----

----- Descrição-----

----- No quadro das iniciativas que o SMIAC se propõe a realizar, foi levado a efeito o segundo concurso de “Educação Visual e Tecnológica”, publicitado junto de todas as escolas do concelho de Oeiras, assim como nos meios de comunicação social local, regional e nacional. -----

----- Conclusão -----

----- É de enaltecer o elevado número de participantes, levando a que houvesse um aumento na quantidade/qualidade de trabalhos expostos.-----

----- Alguns dos trabalhos apresentados corresponderam às nossas expectativas atendendo ao facto que o concurso foi suficientemente divulgado, tendo havido mesmo um apelo directo à participação junto dos professores de algumas escolas, facto que se deve em nosso entender, em muito, à divulgação e informação do concurso pelos respectivos Conselhos Directivos e/ou Directores das escolas juntos dos professores das áreas relacionadas com o tema. -----

----- No entanto, no que respeita à qualidade, verificou-se grande criatividade e originalidade na maior parte dos trabalhos, onde a relação com o tema se apresentou sugestiva.--

----- É de salientar o esforço e dedicação das escolas participantes e dos respectivos educadores/professores, quer na elaboração dos trabalhos, quer na mobilização de outros educandos para a cerimónia de entrega dos prémios, realizada no dia quinze de Março, das catorze às dezassete horas, no Gabinete da Juventude, o que, julgamos, incentivará e motivará uma maior participação e sensibilização em concursos e outros eventos desta natureza que no futuro se venham a realizar.” -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

12 – INFORMAÇÕES – SR. VEREADOR EMANUEL MARTINS: -----

-----O Senhor Vereador Emanuel Martins iniciou a sua intervenção dirigindo um pedido de desculpas ao Executivo pela forma como se dirigiu à Câmara na última reunião pública, embora frise bem que esse pedido não se estenda ao conteúdo da sua manifestação; do mesmo modo, assegurou à Câmara que não se trata de nada pessoal e que continua a respeitar todos os outros Senhores Vereadores mas que respeita acima de tudo, as suas ideias e sentimentos, pelo que aquilo que disse na altura disse-o também ao Senhor Presidente tendo estado, inclusivamente na disposição de ficar sem pelouro e volta a dizer que entende que o público que se dirige à Câmara não tem, da parte da vereação, o tratamento que merece como quem, com os seus impostos, paga o seu vencimento e dos seus colegas. -----

-----Seguidamente, informou a Câmara que reuniu com os concessionários do Mercado de Paço de Arcos, no sentido de se tratar de assuntos inerentes à vida daquele conturbado mercado, bem como com os de Queijas para, nomeadamente, lhes dar a boa nova que, em reunião com o Senhor Presidente da Câmara foi possível baixar os valores de licitação daqueles espaços, pelo que aproveitou para fazer um apelo no sentido de a Parques Tejo acelerar o processo de entrada em funcionamento do parque de estacionamento do Mercado e aproveita para dizer que lamenta profundamente que na reunião que o Senhor Vereador José Eduardo Costa teve com a GNR e PSP não tenha sido debatida a questão dos vendedores ilícitos no mercado (pese embora o tema fulcral fosse a segurança) e diz isto porque, na verdade a polícia não faz nada em relação à venda ilícita que se verifica à volta do mercado, o que retira utentes e torna menos conseguido um equipamento que foi caro à Câmara e que esta quer ver ser bem utilizado. -----

-----De seguida, informou o Executivo que visitou, no âmbito do que são as intenções do Senhor Presidente, o mercado de Oeiras, onde está a ser feito um estudo para a sua alteração

estrutural. -----

----- Seguidamente, louvou a atitude do Gabinete de Protecção Civil, no que respeita à nova carta elaborada por aquele Gabinete e relativa à atitude pedagógica de prevenção e segurança junto dos municípios. -----

----- Prosseguindo, referiu que repudia veementemente a atitude dos responsáveis governamentais de Angola em relação a dois cidadãos portugueses com provas dadas na política e na democracia e que não merecem lições de ninguém; esta atitude, continuou, considera-a inqualificável, pois, na sua opinião, a política, hoje em dia, tem de se fazer com lisura e não com golpes baixos, de maneira que envia a sua total solidariedade aos dois portugueses que estão, concerteza, acima de atitudes tão baixas. -----

----- Continuando, esclareceu o Senhor Arnaldo Pereira que, em relação à inspecção que se tem feito aos estabelecimentos do ramo alimentar do concelho, é justo dizer que tem sido feito pela Divisão de Abastecimento Público e Fiscalização Sanitária – DAPFS um esforço muito grande no sentido de se dar cumprimento à lei em relação a estes equipamentos; do mesmo modo, continuou, compete a esta Divisão avaliar da circunstância da legalidade em que se encontram os estabelecimentos. Na verdade, prosseguiu, de há uns tempos a esta parte, verificava-se uma situação que considera anómala, tendo por isso pedido aos chefes de divisão um encontro para que pudessem levar o problema ao Senhor Presidente e que se resumia no seguinte: antigamente, o Gabinete Médico-Veterenário, quando avaliava os bens perecíveis, fazia-o também às instalações dos estabelecimentos, criando até situações que lhe pareciam de mau gosto, pois é evidente que não pode, como Vereador, dizer que as pessoas têm que alterar isto ou aquilo, sem terem consentimento da Câmara, vindo depois esta dizer “isto está mal” e as pessoas terem de mudar tudo de novo, sendo este o procedimento que se tomava há uns tempos, pelo que propôs ao Senhor Presidente que, no futuro, quando houver casos de licenciamentos novos para estabelecimentos de ramo alimentar e em que o Gabinete Médico-Veterenário seja



chamado a pronunciar-se do ponto de vista técnico, não seja permitido ao mesmo fazer qualquer comentário em relação às estruturas, o que lhe parece perfeitamente desadequado. -----

----- Ainda a este propósito, referiu que em relação aos bares dos clubes, a acção da DAPFS confirma-se apenas em dizer o que está errado do ponto de vista higienico-sanitário, sendo que existem outros departamentos na Câmara que têm a responsabilidade da legalidade que a CMO confere aos estabelecimentos e a quem o Gabinete Médico-Veterenário tem que fazer a comunicação. -----

----- De seguida, reportou-se a uma queixa feita por um concessionário sobre um funcionário da Câmara e, como tal, accionou os inquéritos necessários à resolução do problema, achando assaz curioso que, tendo os mesmos tido conclusão, até à data não foi minimamente informado sobre a mesma, o que pensa estar errado pois, se são funcionários que estão na sua dependência e se é ele próprio que pede a abertura do inquérito, acha que deve ser informado daquilo que é do seu total interesse. -----

----- Prosseguiu, referindo que, hoje em dia com a celeridade verificada na apreciação dos processos e propostas que vêm à Câmara para aprovar, não há tempo para se poder debruçar sobre elas com o interesse que devia, ficando muitas vezes apenas com uma ideia geral daquilo que viu e, nesse sentido, entende que deve, no período de informações, fazer as perguntas que achar convenientes em relação às propostas, pelo que inquiriu o Senhor Vereador Lopes Neno sobre as marinas de Oeiras, pois foi imputada àquele Senhor Vereador a afirmação de que não punha de parte, caso o Fundo de Turismo recusasse o financiamento, ser lançado o concurso para a construção e exploração das mesmas, ficando sem saber se esta afirmação é ou não do Senhor Vereador, tendo pedido que este lhe faça um ponto da situação e, nomeadamente, sobre os estudos que são feitos e que levam a este tipo de afirmação. -----

----- Seguidamente, inquiriu aquele Senhor Vereador sobre a situação dos parquímetros na baixa do Dafundo, pois é sabido que a função dos mesmos é permitir a facilidade dos utentes

de chegarem a todo o lado e é também conhecimento geral que aquela zona do Dafundo tem maior afluência a partir das dezoito horas, quando as pessoas começam a regressar casa e, sabendo que, nessa circunstância, há cartões de utente, gostaria de perceber qual a razão de ser dos parquímetros.

Continuando, referiu que leu na comunicação social que existem situações de pessoas que, não ocupando as casas que lhes estão destinadas pela CMO, esta lhes atribui uma participação de dez por cento por não o fazerem sendo que o público entende isto como estando a Câmara a comprar as casas de forma a chegar mais depressa ao final do PER, pelo que pediu ao Senhor Vereador David Justino que o esclareça sobre este assunto, pois, embora concorde com a política de habitação social da Câmara, pensa que há certas notícias que são dadas lá para fora e que convém serem esclarecidas.

De seguida, dirigiu-se ao Senhor Vereador José Eduardo Costa, dizendo que, em Janeiro, aquele Senhor Vereador lhe tinha dito que tinha seis toneladas de pilhas guardadas em garrafões e que, já na altura, se propunha negociar com o Instituto de Resíduos o destino das mesmas, pelo que inquiriu o Senhor Vereador se já foi encontrada alguma solução para esta quantidade de pilhas que, entretanto, concerteza que aumentou.

Dirigindo-se ainda ao Senhor Vereador José Eduardo Costa, referiu que, há uns tempos, na Assembleia Municipal e em resposta a uma sugestão que tinha a ver com a criação de um forno crematório em Oeiras, aquele Senhor Vereador tinha respondido que não havia tal necessidade, pois não se justificava e como se iria expandir os cemitérios do Concelho, não seria necessário haver um equipamento daqueles; assim sendo, inquiriu o Senhor Vereador José Eduardo Costa no sentido de saber se ainda pensa do mesmo modo e sobre quais as obras que estão a ser realizadas nos cemitérios.

Por último referiu que a limpeza dos Mercados do Concelho era feita por várias empresas por concessão, mas como se verificou, com o passar dos tempos que essa limpeza era



deficiente, o que originava alguns problemas, resolveu-se, no início deste ano, que seriam os próprios trabalhadores dos mercados a proceder à sua limpeza, apesar de não terem essa obrigação , e o que se verifica é que sem custos para a Câmara a limpeza agora é melhor do que no passado, razão pela qual não pode deixar de o dizer publicamente louvando a acção daqueles trabalhadores, dado que o merecem. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

13 – INFORMAÇÕES – SR^a. VEREADORA MARIA MANUELA AUGUSTO:-----

-----A Senhora Vereadora Maria Manuela Augusto começou por saudar a chegada da Primavera, o seu equinócio e os Dias Mundiais da Árvore, da Floresta e da Água, pois, durante poucas horas que sejam, sempre se despertam algumas consciências para estes assuntos. -----

-----De seguida, inquiriu a Senhora Vereadora Teresa Zambujo sobre a expansão da rede pública do pré-escolar, pois sabe que hoje é possível estabelecer protocolos entre as autarquias e a DREL no sentido de se obterem comparticipações quer para equipamento, quer para a componente lectiva e, nesse seguimento, gostaria de saber se a CMO se apresentou a concurso e em que termos, bem como quais as outras candidaturas apresentadas.-----

-----Por último, referiu que, embora não tenha um pelouro e a sua participação na vida da Câmara não seja muito activa, esteve presente, em substituição do Senhor Vereador Emanuel Martins num jantar com uma delegação turca e um grupo de conceituados urbanistas, tendo sido, para si, um evento muito grato. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

14 – RESPOSTAS ÀS INTERVENÇÕES DOS SRS. VEREADORES: -----

-----Reportando-se à questão colocada pelo Senhor Vereador Emanuel Martins, o **Senhor Vereador Arnaldo Pereira** referiu que, em relação aos bares e restaurantes das colectividades, chamou a atenção para o facto de sempre ter solicitado que as mesmas requeressem a licença ao abrigo da nova legislação, que impõe determinadas normas e, havendo algumas que, tendo preenchido as exigências pedidas do ponto de vista substantivo (o que quer dizer que, a nível de segurança e higiene pública, os bares já funcionam satisfatoriamente), o mesmo já não se passa do ponto de vista jurídico-formal, pois as instalações ainda nem sequer estão licenciadas; assim sendo, tomou a iniciativa de propor ao Senhor Presidente que, enquanto decorre o processo de regularização das instalações, as colectividades sejam dispensadas da licença, se preencherem os requisitos para o funcionamento dos bares, que são uma fonte de receita indispensável dos clubes.-----

-----De seguida, sublinhou o facto de o assunto relativo aos problemas verificados na última reunião pública ter sido discutido na reunião anterior, pelo que deu do facto conhecimento ao Senhor Vereador Emanuel Martins. -----

-----No uso da palavra e em resposta à questão colocada pelo Senhor Vereador Emanuel Martins, o **Senhor Vereador José Eduardo Costa** referiu que, em relação às seis toneladas de pilhas, a sua solução tem de ser enquadrada no âmbito da AMTRES, pois esta está a estudar várias hipóteses, de entre elas a exportação para uma unidade de tratamento em França, onde o custo é de aproximadamente cento e vinte contos por tonelada, o que dá cerca de oito mil contos e o que se passa é que a exportação tem que ser alvo de autorização dos respectivos Ministérios; entretanto, continuou, chegou à AMTRES uma proposta de uma empresa para constituição de uma pequena unidade de reciclagem de pilhas e de tratamento para exportar os seus resíduos, de maneira que se encontram em fase de negociações, pois é sempre uma actividade rentável

associada a uma empresa privada. -----

----- Seguidamente e ainda no uso da palavra, o Senhor Vereador José Eduardo Costa reportou-se a outra questão colocada pelo Senhor Vereador Emanuel Martins e que tem a ver com os cemitérios, esclarecendo que o de Oeiras atravessou uma fase de ruptura, dado que houve um período de elevada mortalidade; deste modo, começou a fazer-se o levantamento dos ossos aos três anos e meio e iniciou-se a aplicação de um enzima que acelera o processo de decomposição mais depressa do que a cal, o que diminuiu a situação de ruptura em que o cemitério se encontrava, juntamente com as obras que estão no momento a decorrer. -----

----- Ainda a este propósito, referiu que o cemitério de Carnaxide estará pronto ainda este ano, tendo este a vantagem de a decomposição ser feita do ponto de vista aeróbio e não na terra, o que aumenta significativamente o espaço disponível; continuando, disse que a Câmara comprou terrenos para ampliação do cemitério de Barcarena e, se até agora a Junta de Freguesia tem feito alguma resistência a que alguns municíipes vão para lá, vai ter de deixar de a fazer pois terão mesmo que passar a ir. -----

----- Em relação ao forno crematório, prosseguiu, aquilo que disse foi que o de Lisboa estave com graves problemas de espera, tendo a Câmara de Cascais afirmado estar a pensar na criação e instalação de um forno no seu cemitério, pelo que pensa que não se justifica a Câmara fazer um investimento de milhares de contos em Oeiras, visto que já há um em Lisboa e haverá outro em Cascais que servirá perfeitamente aquela área e ainda Oeiras e Sintra. -----

----- **O Senhor Vereador Lopes Neno**, no uso da palavra, reportou-se à questão colocada pelo Senhor Vereador Emanuel Martins e esclareceu que em relação ao parque de estacionamento de Queijas, está neste momento a decorrer a formação para o pessoal que cobrará as tarifas e fará a vigilância do local, pelo que já na próxima segunda-feira abrirá as portas e iniciará o seu funcionamento. -----

----- Em relação ao Porto de Recreio e Marina de Oeiras, esclareceu que a obra, de



momento, comprehende os molhes de protecção e o seu terrapleno; assim, nesta obra, que está orçada em cerca de um milhão de contos, não está previsto todo o porto de recreio nem as docas secas, nem a construção de armazéns de apoio, pelo que aquilo que afirmou era em relação ao acabamento, ou seja: o porto de recreio foi dividido em duas subfases e o financiamento atribuído pelo Fundo de Turismo de meio milhão de contos era precisamente para a subfase de construção dos molhes de abrigo e, nessa base, será apresentada uma nova candidatura do Fundo de Turismo no sentido de ser financiada a segunda fase e, caso seja aceite, o que defende é que se encare a criação de uma empresa pública para proceder à gestão de um equipamento destes, podendo até integrar a Piscina Oceânica; de todo o modo, continuou, pensa que para finalizar o projecto, será necessária uma verba que rondará dois milhões de contos, pelo que, ou se arranja uma ajuda, ou então não se faz a obra, pois com as receitas do município, o esforço seria brutal, de maneira que propõe que, para que o equipamento não fique muito tempo parado, se abram as portas à iniciativa privada, fazendo a Câmara o grosso do investimento numa fase inicial e abrir um concurso público de concepção, construção, gestão e exploração do equipamento. -----

-----No uso da palavra, o **Senhor Vereador Emanuel Martins** referiu que ficou de ser trazido à Câmara o teor do protocolo com a APL que especifique quais as responsabilidades de cada parte, pois nunca o leu e gostaria de conhecer o seu teor ao que o **Senhor Vereador Lopes Neno** respondeu que, muito genericamente, tudo o que envolve os financiamentos da praia da Torre é da responsabilidade da Câmara e, se houver verba do Fundo de Turismo para a candidatura que já referiu, avançar-se-á para a próxima fase. -----

-----Em relação aos parquímetros na baixa do Dafundo, deve dizer que a tarificação foi feita em colaboração e com a concordância da Junta de Freguesia, sendo este um caso em que a empresa está a intervir sem a lógica do lucro, que é zero, porque há investimento e não há retorno, visto que na zona há pouca actividade económica; assim, a Câmara colocou os parquímetros visto que havia reclamações sobre a ocupação abusiva de automóveis do stand de

vendas na via pública e, embora tendo encaminhado a situação para a Polícia Municipal, o que é certo é que voltaram de lá dizendo que não se passava nada de anormal, pelo que propôs na altura que se introduzissem os parquímetros, porque, desta forma, os moradores são salvaguardados, visto que têm cartão de residência e os que não são pagam as tarifas a que estão sujeitos, de maneira que não colocou os parquímetros no sentido de lucrar com isso, mas sim de ordenamento do espaço público. -----

----- No uso da palavra, o **Senhor Vice-Presidente** reportou-se à questão colocada pelo Senhor Vereador Arnaldo Pereira sobre o relatório do Tribunal de Contas, dizendo que aquele Senhor Vereador se esqueceu de um pormenor muito importante e que tem a ver com o facto de o relatório não ter sido feito pelo Tribunal de Contas mas sim pelo Ministério Público junto do Tribunal de Cotas; assim sendo, o Procurador da República considera que a actuação do Tribunal em relação à Câmara não é correcta, fazendo interpretações erradas da lei, havendo uma frase sintomática que diz que “na verdade, isto significa que um acto praticado por uma Câmara Municipal relativo a um assunto que esteja fora da lista expressa do Código Administrativo, não é necessariamente nulo; será válido se se demonstrar que diz respeito aos interesses próprios e específicos da população respectiva e só será nulo se se demonstrar que nada tem a ver com eles; por isso, sempre poderá ser entendido que tal competência tinha que estar contemplada no dispositivo residual do artigo quinquagésimo primeiro, da Lei cem, de oitenta e quatro”, o que é precisamente aquilo que o Tribunal de Contas não interpreta, pois só o faz com o que está exactamente transcrito na lei e por isso, é importante que se diga que é o Procurador que manda arquivar todas as queixas apresentadas pelo Tribunal de Contas relativas à Câmara de Oeiras. ---

----- Ainda no uso da palavra, o Senhor Vice-Presidente, reportando-se à questão dos bares das colectividades, esclareceu que é evidente que existem situações que têm que ser analisadas com toda a atenção, visto que há que ter em atenção as queixas que são feitas em relação aos bares e ainda esta semana, despachou no sentido de ser feita a medição de ruídos a



dois deles, que por acaso até estão licenciados, embora isso não seja relevante, pois a Câmara tem que actuar na mesma e o facto de os bares serem uma ajuda para os clubes, muitas vezes os próprios edifícios não estão legalizados segundo a nova legislação, o que faz com que a Câmara queira que os mesmos funcionem dentro de alguma legalidade. -----

----- A este propósito e no uso da palavra, o **Senhor Vereador Arnaldo Pereira** referiu que esta situação aponta para uma questão diversa, que tem a ver com o facto de algumas instalações de clubes funcionarem em espaços que, eventualmente ,não são os mais adequados para o efeito, nomeadamente, em edifícios de habitação, como é o caso da Liga de Recreios e Melhoramentos de Algés, que até está licenciado, pelo que o **Senhor Vereador Emanuel Martins**, no uso da palavra, referiu ter situações bem piores do que essa e que são o caso de dois estabelecimentos comerciais de bens alimentares aos quais a Câmara concedeu o respectivo alvará de usufruto e que é impossível, do ponto de vista da sanidade, continuarem com as portas abertas, acrescentando o facto de nenhum deles ter sequer o licenciamento necessário para ali existirem, estando, no fundo, numa situação ilegal que a Câmara legaliza ao atribuir-lhes o alvará. -----

----- De seguida e de novo no uso da palavra, o **Senhor Vice-Presidente** esclareceu o Senhor Vereador Emanuel Martins na sua questão sobre os processos de averiguações, referindo que irá pedir no sentido de lhe serem fornecidos os elementos; no entanto, a sua dúvida prende-se com o facto de os serviços poderem ou não fornecer atempadamente essa informação, pois não sabe se os mesmos têm o registo de quem pediu o processo e talvez fosse mais simples se aquele Senhor Vereador lhe fizesse chegar os nomes dos funcionários para que lhe possa fornecer os resultados. -----

----- Por último e em relação à questão colocada também pelo Senhor Vereador Emanuel Martins, sobre a atribuição de dez por cento de comparticipação na habitação social, o Senhor Vice-Presidente prestou alguns esclarecimentos, acrescentando que o Senhor Vereador David

Justino responderá melhor quando chegar. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

15 – PROPOSTA Nº. 340 – “RECONDUÇÃO DOS ACTUAIS MEMBROS DO C.A. DOS SMAS DA CMO”: -----

-----Relativamente à proposta mencionada em título, a Câmara por consenso decidiu mantê-la em agenda a fim de ser analisada na presença do Senhor Presidente, em próxima reunião.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

16 – PROPOSTA Nº. 345 – “PROJECTO DE IMAGEM, UNIFORMIZAÇÃO GRÁFICA E SUAS APLICAÇÕES À CMO PARA O SÉC. XXI”: -----

-----Relativamente à proposta mencionada em título, a Câmara por consenso decidiu mantê-la em agenda a fim de ser analisada na presença do Senhor Presidente, em próxima reunião.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

17 – PROPOSTA N°. 550 – “PROPOSTA DE CRIAÇÃO DA NOVA FREGUESIA DE CAXIAS”:--

-----Relativamente à proposta mencionada em título, a Câmara por consenso decidiu mantê-la em agenda a fim de ser analisada em próxima reunião, uma vez faltarem elementos solicitados pelo Senhor Vereador Emanuel Martins e porque, de acordo com a opinião do Senhor Vereador Arnaldo Pereira que disse que a criação da Freguesia de Caxias tem o seu apoio, mas a fronteira da mesma tal como está apresentada na planta oferece-lhe certas dúvidas, pelo que o assunto deverá ser melhor analisado. -----

-----No decurso das intervenções havidas entrou na sala o Senhor Vereador David Justino. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

18 - PROPOSTA N°. 551 – “PARQUE DOS POETAS. EXECUÇÃO DE OBRAS DE ARTE”: -----

-----Relativamente à proposta mencionada em título, a Câmara por consenso decidiu mantê-la em agenda a fim de ser analisada na presença do Senhor Presidente, em próxima reunião.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

19 – PROPOSTA Nº. 552 – “PARQUE DOS POETAS – POETAS A REPRESENTAR NO PARQUE”: -----

-----Relativamente à proposta mencionada em título, a Câmara por consenso decidiu mantê-la em agenda a fim de ser analisada na presença do Senhor Presidente, em próxima reunião.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

20 – PROPOSTA Nº. 553 – “PARQUE DOS POETAS – POETAS A REPRESENTAR NO PARQUE”: -----

-----Relativamente à proposta mencionada em título, a Câmara por consenso decidiu mantê-la em agenda a fim de ser analisada na presença do Senhor Presidente, em próxima reunião.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

21 – EMPREITADA DE ARRUAMENTOS DE ACESSO AOS ATELIERS DA QUINTA DO SALES – AUTO DE MEDAÇÃO N.º 1 – CP 10.01.03.23.:-----

-----I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Presidente: -----

-----“De acordo com o parecer da fiscalização, foram analisados os trabalhos da empreitada, “Arruamento de acesso aos Ateliers da Quinta do Sales”, realizados pela firma Solátia, Sociedade Nacional de Investimentos Imobiliários, Sociedade Anónima, no valor de seis milhões dois mil setecentos e vinte e cinco escudos, mais IVA, à taxa legal em vigor, pelo que se propõe o seu pagamento.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

**22 – ATRIBUIÇÃO DE LICENÇA DE USO PRIVATIVO DE BENS MUNICIPAIS COM
OBJECTIVO DE INSTALAÇÃO DE UM BAR NO EDIFÍCIO DAS GALGAS, NA FÁBRICA DA
PÓLVORA DE BARCARENA – ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO: -----**

-----I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Presidente: -----

-----“A Fábrica da Pólvora de Barcarena é neste momento um ponto de visita obrigatório, quer dentro do concelho de Oeiras, quer na própria Área Metropolitana de Lisboa. O número de pessoas que, desde a sua abertura oficial, tem visitado este complexo, é grande e justificativo de uma maior preocupação com aquele espaço.-----

-----A necessidade de continuar com a política de promoção e dinamização da Fábrica da Pólvora, obriga à abertura de novos espaços de encontro e lazer destinados ao público, outros espaços que favoreçam a visita ao lado Sul da Fábrica, onde se localiza o Jardim da Memória. ---

-----O Edifício das Galgas, quer pela forma como está construído, quer pela sua própria localização, é o local indicado para a instalação de um novo Bar.-----

-----Neste sentido, proponho à Câmara que aprove: -----

-----abertura de concurso público para atribuição de licença de uso privativo de bens municipais, para instalação de um bar no Edifício das Galgas, na Fábrica da Pólvora de Barcarena;

-----processo de concurso – anúncio e programa de concurso; -----

-----a constituição das comissões que presidirão ao concurso: Comissão que presidirá ao acto público e Comissão de Análise das Propostas.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

**23 – Pº. 11-GPE/94 – SPORT ALGÉS E DAFUNDO – RESTAURO DA PISCINA – ATRIBUIÇÃO
DE SUBSÍDIO – CP 02.02.09.06.:-----**

----- I – O Senhor Vereador Arnaldo Pereira apresentou á Câmara a seguinte proposta: ---

----- “Tendo sido executadas as obras de montagem de equipamentos de aquecimento de águas na piscina do Sport Algés e Dafundo no âmbito do acordo com a Câmara Municipal de Oeiras, e na sequência da solicitação do Sport Algés e Dafundo, para a atribuição de parte do subsídio relativo às obras de restauro da piscina, propõe-se:-----

----- Um – Que seja atribuído ao Sport Algés e Dafundo, a comparticipação de quinhentos e doze mil seiscentos e dezoito escudos, mais nove milhões novecentos e quarenta e cinco mil seiscentos e setenta e sete escudos, no total de dez milhões quatrocentos e cinquenta e oito mil duzentos e noventa e cinco escudos.-----

----- Dois – Que se crie cabimento contabilístico para a verba em causa.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

**24 – Pº. 11-GPE/93 - RECUPERAÇÃO DA CAPELA SR. JESUS DOS NAVEGANTES -
APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 10º AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS NORMAIS -
CP 02.03.02.08.:-----**

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Pela fiscalização do Gabinete de Projectos Especiais foi elaborado o décimo auto de medição de trabalhos normais referente à empreitada de Recuperação da Capela Senhor Jesus dos Navegantes, no valor de nove milhões quatrocentos e trinta e cinco mil oitocentos e oitenta e um escudos. -----

----- Os trabalhos foram executados de acordo com o caderno de encargos. -----

----- Assim, e em face do acima exposto, propõe-se:-----

----- Um - Que seja aprovado o presente auto de medição cujo valor total é de nove milhões quatrocentos e trinta e cinco mil oitocentos e oitenta e um escudos, ao qual acresce o valor do IVA à taxa legal em vigor cujo montante é de quatrocentos e setenta e um mil setecentos e noventa e quatro escudos, totalizando a importância de nove milhões novecentos e sete mil seiscentos e setenta e cinco escudos, bem assim o sequente pagamento à firma Edicon Limitada.”

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

25 – Pº. 7-GPE/97 - APROVAÇÃO DO PROJECTO BASE DE ARQUITECTURA PARA A CONSTRUÇÃO DO NOVO QUARTEL DA ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE PAÇO DE ARCOS – CP 07.01.09.02.: -----

----- I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Presidente:-----

----- “Atendendo que o actual quartel dos Bombeiros Voluntários de Paço de Arcos não reúne as melhores condições para prestar o serviço que se espera à sua população e assim poder desenvolver as suas atribuições e competências com mais qualidade e meios adequados para o efeito em prol dos cidadãos, nomeadamente, devido à sua localização e acessos pouco eficazes, limitação do espaço físico do quartel e instalações desadequadas, desenvolveram-se estudos que permitiram que fosse atribuída, em função da população da área de intervenção, um programa do tipo B.-----

----- O futuro quartel será implantado entre a Cooperativa de Habitação Nova Morada e a Estrada Nacional Duzentos e Quarenta e Três-Três. O projecto desenvolvido responde às condicionantes da categoria B. Tendo em conta a proximidade da Ribeira de Porto Salvo, a construção do quartel obrigará ao desvio do leito da Ribeira.-----

----- Neste âmbito foi desenvolvido o Estudo Prévio que foi aprovado na reunião de Câmara de dia vinte e três de Junho de mil novecentos e noventa e nove, tendo também merecido a aprovação por parte do Serviço Nacional de Bombeiros.-----

----- Neste contexto, foi desenvolvido o Projecto de Base de Arquitectura, cuja obra se estima em cento e oitenta mil contos e que permite em termos de instalações, albergar o sector operacional e associativo do corpo de Bombeiros. O edifício desenvolve-se em três pisos: no piso térreo destaca-se um parque para viaturas pesadas, oficina e parada de exercícios; no piso intermédio recepção, sala de reuniões, gabinetes de chefia, sala do bombeiro e posto médico; no



último piso o Gabinete de Direcção, museu, biblioteca, sala de aula e fanfarra, camaratas. -----

-----Procurou-se com o presente projecto propôr um edifício funcional, de carácter público, numa linguagem viva e que evidêncie o prestígio da Instituição.-----

-----Nesta conformidade, propõe-se que seja aprovado o Projecto Base de Arquitectura para a construção do novo quartel da Associação dos Bombeiros Voluntários de Paço de Arcos.”

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta.-----

O Presidente,

-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

**26 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO CENTRO DE CONVÍVIO DO JARDIM MUNICIPAL DE
OEIRAS – CP 03.03.13.01.:-----**

----- I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Presidente:-----

----- “Um – Introdução -----

----- O Centro de Convívio do Jardim Municipal de Oeiras encontra-se sob gestão de uma Comissão de utentes organizada para o efeito, de acordo com regulamento junto ao processo.----

----- Para manter este espaço em funcionamento, torna-se necessário, que os elementos que constituem a Comissão desenvolvam alguns trabalhos, dos quais, podemos destacar: limpeza interna e externa do espaço, manutenção das instalações, assim como, garantir o bom relacionamento entre os utentes que frequentam o Centro de Convívio. -----

----- Dois – Proposta -----

----- Tendo em vista suportar as despesas de manutenção, propõe-se:-----

----- Dois.um – A atribuição de uma compensação mensal no valor de cinquenta mil escudos. Esta deve ser disponibilizada mensalmente, durante o período de um ano, processando-se após Janeiro de dois mil, e com respectiva compensação aos meses de Novembro e Dezembro de mil novecentos e noventa e nove.-----

----- Dois.dois – O valor mensal da compensação seja processado em nome de Albino Martins Fernandes.-----

----- Dois.três – Cabimento contabilístico. -----

----- Dois.quatro – Pagamento sequente.-----

----- Dois.cinco – Comunicação à Comissão.-----

----- Dois.seis . Aprovação em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----



O Presidente,

-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

**27 – ALIENAÇÃO DO LOTE DE TERRENO SITO NO Nº. 28, DA RUA GENERAL NORTON
DE MATOS, Bº 25 DE ABRIL, EM LINDA-A-VELHA:** -----

----- I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Presidente:-----

----- ““Um- Na sequência de meu despacho, a Comissão Municipal de Avaliações procedeu à avaliação do lote de terreno cedido em regime de direito de superfície a José Pereira Gomes e correspondente ao lote trinta e oito, da Rua General Norton de Matos, em Linda-a-Velha, avaliação essa efectuada através do Parecer três, de dois mil, para o qual se remete para todos os efeitos, fazendo o mesmo parte integrante da presente proposta de deliberação, avaliação essa tendo em vista a alienação do referido lote de terreno ao seu superficiário, à semelhança de iguais alienações que têm sido realizadas no referido Bairro.-----

----- Dois - Nos termos da referida avaliação, foi atribuído o valor global de dois milhões quinhentos e setenta e três mil seiscentos e quatro escudos, valor esse determinado pelos circunstancialismos referidos no citado parecer e pelo desconto de cinquenta por cento deliberado em reunião ordinária de doze de Março de noventa e sete, para as alienações aos superficiários dos lotes do Bairro Vinte e Cinco de Abril.-----

----- Três - Assim sendo, proponho que seja proposta a alienação, pelo valor global de dois milhões quinhentos e setenta e três mil seiscentos e quatro escudos, do lote de terreno anteriormente cedido em regime de direito de superfície a José Pereira Gomes.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

28 - ADJUDICAÇÃO DA CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO EDIFÍCIO Nº 2 (ANTIGA BARBEARIA DE APOIO AO PARQUE DE CAMPISMO), SITO NO JARDIM DE OEIRAS: -----

----- I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Presidente:-----

----- “Por deliberação de treze de Outubro de mil novecentos e noventa e nove, foi decidido submeter a concurso a concessão de exploração de três espaços destinados a restauração, sitos no Jardim de Oeiras (antigo Parque de Campismo), designados Edifício número um, Edifício número dois e Edifício número três. -----

----- Relativamente ao Edifício número dois (antiga barbearia de apoio ao Parque de Campismo), que foi a concurso com a base de licitação de vinte mil escudos por mês, foi apresentada uma única proposta com a oferta de trinta e cinco mil escudos por mês, não se tendo verificado ofertas sobre os dois restantes.-----

----- Considerando o interesse em dar utilização àqueles espaços e que a oferta para o referido edifício ultrapassa, em quinze mil escudos, a base de licitação;-----

----- Proponho: -----

----- Primeiro - A adjudicação da concessão de exploração do Edifício número dois a Adelaide Jesus Rodrigues Fachada, pelo prazo de dois anos, anualmente renováveis, até ao máximo de seis anos, pelo preço de trinta e cinco mil escudos por mês, actualizáveis de acordo com os critérios legais aplicáveis aos arrendamentos comerciais, a partir do primeiro ano de exploração; -----

----- Segundo - Que esta proposta seja aprovada em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

----- Mais foi deliberado remeter o assunto à Assembleia Municipal para aprovação. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

29 - TRANSFERÊNCIA DE VERBAS NO ÂMBITO DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS -

JUNTA DE FREGUESIA DE BARCARENA:-----

----- I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Presidente:-----

----- “Foi apresentado pela Junta de Freguesia de Barcarena o relatório referente às actividades, que no âmbito do Protocolo de Delegação de Competências, desenvolveu na sua área de jurisdição no decorrer do quarto trimestre de mil novecentos e noventa e nove.-----

----- Verificados a sua execução, submete-se à aprovação do Executivo:-----

----- Um - a transferência de dois milhões e quinhentos mil escudos, relativo à primeira tranche do ano de dois mil, para a Junta de Freguesia de Barcarena, no âmbito do Protocolo de Delegação de Competências; -----

----- Dois - desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

30 - TRANSFERÊNCIA DE VERBAS NO ÂMBITO DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS -

JUNTA DE FREGUESIA DA CRUZ QUEBRADA/DAFUNDO:-----

----- I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Presidente:-----

----- “Foi apresentado pela Junta de Freguesia da Cruz Quebrada/Dafundo o relatório referente às actividades, que no âmbito do Protocolo de Delegação de Competências, desenvolveu na sua área de jurisdição no decorrer de mil novecentos e noventa e nove. -----

----- Verificados a sua execução, submete-se à aprovação do Executivo:-----

----- Um - a transferência de dois milhões e quinhentos mil escudos, relativo à primeira tranche do ano de dois mil, para a Junta de Freguesia da Cruz Quebrada/Dafundo, no âmbito do Protocolo de Delegação de Competências; -----

----- Dois - desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

31 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS PARA APOIO À EDUCAÇÃO FÍSICA, AO DESPORTO ESCOLAR E AOS CLUBES DE ACTIVIDADES FÍSICAS – CP 01.05.13.07. E 01.05.13.08.: -----

----- I – A Senhora Vereadora Teresa Zambujo apresentou à Câmara a seguinte proposta:

----- “Um – Introdução -----

----- As Escolas EB Dois, Três e Secundárias da rede pública do concelho vêm desenvolvendo, para além da dinâmica curricular, em complemento e aplicação da Educação Física, processos de animação desportiva mobilizadores dos seus alunos em actividades de ocupação educativa, formativa e salutar dos tempos livres, para cuja realização têm necessitado de meios e recursos, alguns dos quais não dispõem, mas vêm conseguindo graças a apoios exteriores, com destaque para os desta Câmara Municipal. -----

----- Por isso o Plano de Actividades camarário contém duas rubricas que visam contemplar e apoiar financeiramente as actividades dos âmbitos da Educação Física, do Desporto Escolar e dos Clubes respectivos, das escolas da rede pública do município.-----

----- Dois – Proposta -----

----- Com base na informação número oitenta, de dois mil, da Divisão de Educação, proponho: -----

----- Dois.um – Que sejam atribuídos para apoio à Educação Física, ao Desporto Escolar e aos Clubes de Actividades Físicas , a cada uma das respectivas escolas, as seguintes participações: -----

----- Escola EB Dois, Três Miraflores – duzentos e cinquenta mil escudos -----

----- Escola EB Um, Dois, Três Sophia de Melo Breyner – trezentos mil escudos -----

----- Escola EB Dois, Três João Gonçalves Zarco – duzentos mil escudos -----

----- Escola EB Dois, Três Caxias – duzentos mil escudos -----

----- Escola EB Dois, Três Vieira da Silva – duzentos e cinquenta mil escudos -----



-----Escola EB Dois, Três Conde de Oeiras – duzentos e cinquenta mil escudos-----
-----Escola EB Dois, Três São Julião da Barra – trezentos mil escudos-----
-----Escola EB Dois, Três Doutor Joaquim de Barros – duzentos e cinquenta mil escudos
-----Escola EB Dois, Três Professor Noronha Feio – duzentos mil escudos-----
-----Escola Secundária de Miraflores – duzentos e cinquenta mil escudos -----
-----Escola Secundária Camilo Castelo Branco – trezentos mil escudos -----
-----Escola Secundária Linda-a-Velha – trezentos mil escudos -----
-----Escola Secundária Quinta do Marquês – duzentos e cinquenta mil escudos -----
-----Escola Secundária Sebastião e Silva – duzentos mil escudos-----
-----Escola Secundária Luís de Freiras Branco – trezentos mil escudos -----
-----Escola Secundária Aquilino Ribeiro – duzentos e cinquenta mil escudos -----
-----Escola Secundária Amélia Rey Colaço – cem mil escudos -----
-----Dois.dois – Cabimento contabilístico no valor total de quatro milhões cento e cinquenta mil escudos. -----
-----Dois.três – Pagamento subsequente a cada uma das escolas. -----
-----Dois.quatro – Aprovação em minuta.”-----
-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,

-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

**32 - OPÇÕES JOVENS - OCUPAÇÃO DE TEMPOS LIVRES DOS JOVENS -
APRESENTAÇÃO GLOBAL DO PROJECTO PARA O ANO DE 2000 – CP 03.02.07.15.: -----**

----- I – A Senhora Vereadora Teresa Zambujo apresentou à Câmara a seguinte proposta:

----- “Serve a presente proposta e de acordo com antecedentes focados na informação número catorze, de dois mil , do Gabinete de Apoio à Juventude, para submeter à aprovação do Executivo o projecto “Opções Jovens / Dois Mil”. -----

----- A experiência positiva do projecto de ocupação dos tempos livres dos jovens – “Opções Jovens” – que a C.M.O. tem implantado desde mil novecentos e noventa e dois, com êxito assegurado de ano para ano, recomenda que no ano de dois mil o mesmo prossiga com regras que permitam a optimização dos meios e possam permitir aos jovens atingir os objectivos traçados como alvo, tendo-se alargado a faixa etária de participação. -----

----- Salienta-se que o projecto “Opções Jovens / Dois Mil” tem como objectivo fundamental a ocupação dos tempos livres do dia a dia dos jovens, através do contacto com actividades estruturadas e organizadas do mundo real das várias formas de actividade profissional.-----

----- Este projecto não poderá nunca ser encarado como um “Part-Time” ou “Primeiro Emprego”, por consequência os Organismos ou Serviços, para os quais os jovens sejam encaminhados não poderão contar com eles como forças de trabalho indispensáveis ao funcionamento normal dos mesmos ou à implementação de novos projectos.-----

----- De igual modo, não deverão nunca ser utilizados como substituição de funcionários, pois tal situação se nos oferece como de particular complexidade a vários níveis.-----

----- Para o desenvolvimento do Projecto “Opções Jovens / Dois Mil” no corrente ano, proponho os seguintes critérios:-----

----- Um – Objectivos -----



-----O Projecto “Opções Jovens” é um programa de ocupação de tempo livres dos jovens munícipes, da responsabilidade da Câmara Municipal de Oeiras que visa a participação da juventude em actividades de utilidade social e comunitária, assim como o contacto com o mundo do trabalho autárquico e institucional. -----

-----Dois – Funções e Tarefas a Desempenhar no Âmbito do projecto-----

----- Apoio a tarefas de índole administrativa e informática; -----

----- Apoio a infantários e a ATL’s; -----

----- Realização de inquéritos; -----

----- Divulgação de iniciativas; -----

----- Apoio a actividades culturais recreativas e desportivas; -----

----- Apoio à realização de tarefas específicas e pontuais (destinado exclusivamente a estudantes universitários)-----

-----Três – Candidatos -----

-----Três.um – Este projecto destina-se a jovens residentes no concelho de Oeiras com idades compreendidas entre os dezoito e os trinta anos e tendo como habilitações literárias mínimas o décimo primeiro ano de escolaridade. -----

-----Três. dois – Os filhos de funcionários da CMO e SMAS, com idades compreendidas entre os dezasseis e os trinta anos, caso não reúnam as condições mencionadas na alínea anterior, poderão participar neste projecto num dos meses de Verão (Julho, Agosto ou Setembro) -----

-----Quatro – Duração e Horários:-----

-----O projecto decorre de Março a Dezembro de dois mil sendo composto pelos seguintes períodos de funcionamento, candidatando-se o jovem apenas a um deles: -----

-----Quatro.um – nove horas e trinta minutos / doze horas e trinta minutos -----

-----Quatro.dois – catorze horas e trinta minutos / dezassete horas e trinta minutos -----

-----Quatro.três – outro horário de acordo com as necessidades da secção / entidade -----

enquadadora-----

----- Quatro.quatro – sessenta horas mensais, a realizar por jovens estudantes universitários em projectos específicos.-----

----- Cinco – Participação-----

----- A participação em mais do que um turno só será possível em caso de número insuficiente de jovens inscritos pela primeira vez.-----

----- Seis – Turnos -----

----- Primeiro turno: -----

----- De um de Março a vinte e oito de Abril -----

----- Segundo turno: -----

----- De dois de Maio a trinta de Junho -----

----- Terceiro turno:-----

----- De três de Julho a trinta e um de Agosto-----

----- Quarto turno:-----

----- De um de Setembro a trinta e um de Outubro -----

----- Quinto turno:-----

----- De dois de Novembro a vinte e nove de Dezembro -----

----- Sete – Apoios -----

----- A participação neste projecto implica os seguintes apoios por parte da C.M.O.:-----

----- Sete.um – Compensação económica de mil duzentos setenta e cinco escudos (seis ponto trinta e cinco euros) por dia (no caso do jovem fazer três horas diárias), correspondente a quatrocentos e vinte e cinco escudos (dois ponto onze euros) por cada hora desempenhada. -----

----- Sete.dois – O pagamento será efectuado através da Secção de Contabilidade da C.M.O., a partir do dia quinze do mês seguinte ao da colocação do jovem. -----

----- Sete.três – Seguro de Acidentes Pessoais. -----



-----Oito – Informações e Inscrições -----

-----A recepção de candidaturas, selecção de candidatos, acompanhamento do projecto e informações relacionadas com o mesmo são da responsabilidade do Gabinete de Apoio à Juventude da C.M.O., devendo o (a) jovem no acto de inscrição fazer entrega de fotocópia do Bilhete de Identidade e de um comprovativo das habilitações literárias (fotocópia do cartão de estudante, ou outro documento), no Centro de Juventude de Oeiras, nos Postos de Atendimento da Autarquia (em Carnaxide e Linda-a-Velha), em Paço de Arcos no Centro Comunitário do Alto da Loba, Gabinete Integrado da Lage, Juntas de Freguesia de Algés, Barcarena, Cruz Quebrada/Dafundo, Porto Salvo e Queijas. -----

-----Nove – Capacidade -----

-----O projecto prevê sessenta e seis jovens por mês (cinquenta e seis no regime de três horas diárias e dez no regime de sessenta e horas mensais) sendo este número alargado nos meses de Verão.-----

----- Julho: cento e trinta e seis jovens -----

----- Agosto: cento e vinte e seis jovens -----

----- Setembro: cento e vinte e seis jovens, devido ao período de férias escolares e à necessidade de se ocupar mais jovens, nomeadamente os filhos de funcionários da CMO e SMAS -----

----- Para efeitos de pagamento será comunicado à Contabilidade em informação própria, no final de cada mês o nome de cada participante e a importância devida, de acordo com os dados da respectiva folha de assiduidade. -----

----- A acção está prevista em Plano de Actividades de dois mil, - “Opções Jovens/Dois Mil” – código zero três zero dois zero sete quinze, com a dotação de vinte e dois mil e quinhentos contos. -----

----- Mais se propõe a sua aprovação em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

**33 – ACTUALIZAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA PARA O ANO 2000 –
ORQUESTRA METROPOLITANA DE LISBOA – CP 02.01.07.44.: -----**

----- I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

----- “Na sequência do protocolo celebrado entre esta Câmara Municipal e a Associação “Música, Educação e Cultura” beneficia a primeira, enquanto Promotor Regional da referida Associação, de três recitais de Música de Câmara, vinte e quatro Animações Escolares, um Concerto com a Orquestra Académica Metropolitana de Lisboa e um Concerto com a Orquestra Metropolitana de Lisboa, a realizar no período de um ano. -----

----- Para o corrente ano, a contribuição financeira da Câmara Municipal de Oeiras tem o valor de sete milhões cento e oitenta e dois mil setecentos e vinte e nove escudos, montante que resulta do atribuído no ano de mil novecentos e noventa e nove, com a actualização de dois vírgula três por cento de acordo com o índice de inflação do Instituto Nacional de Estatística, em conformidade com o protocolo – Cláusula Quinta. -----

----- Assim, propõe-se que o pagamento da referida verba seja efectuado em quatro fases, conforme o seguinte:-----

----- - um milhão setecentos e noventa e cinco mil seiscentos e oitenta e dois escudos, a ser pago até final do mês de Março, (referente a Janeiro, Fevereiro e Março). -----

----- - um milhão setecentos e noventa e cinco mil seiscentos e oitenta e dois escudos, a ser pago no início do mês de Abril, (referente a Abril, Maio e Junho). -----

----- - um milhão setecentos e noventa e cinco mil seiscentos e oitenta e dois escudos, a ser pago no início do mês de Julho, (referente a Julho, Agosto e Setembro). -----

----- - um milhão setecentos e noventa e cinco mil seiscentos e oitenta e três escudos, a ser pago no início do mês de Outubro, (referente a Outubro, Novembro e Dezembro). -----

----- Mais se propõe a aprovação em minuta.” -----



-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,

-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

**34 – REEMBOLSO AOS ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DO JARDIM DE INFÂNCIA DE
OEIRAS Nº. 2, DE PAGAMENTOS EFECTUADOS COM SERVIÇOS DE APOIO À FAMÍLIA,
QUE NÃO USUFRUÍRAM:**-----

----- I – A Senhora Vereadora Teresa Zambujo apresentou à Câmara a seguinte proposta:

----- “Um – Introdução -----

----- Os Encarregados de Educação do Jardim de Infância Número Dois de Oeiras, solicitam o reembolso das verbas que despenderam e não usufruíram, durante os meses de Setembro, Outubro e Novembro de mil novecentos e noventa e nove. -----

----- Devido ao atraso verificado na conclusão das novas instalações e para fazer face aos encargos assumidos com alarme, serviço de almoço e serviço de prolongamento de horário, os Encarregados de Educação procederam ao pagamento dos serviços sem os usufruírem, no valor de noventa e três mil trezentos e cinquenta escudos. -----

----- Dois – Proposta -----

----- Assim, proponho: -----

----- Dois.um – O reembolso aos Encarregados de Educação no valor total de noventa e três mil trezentos e cinquenta escudos. -----

----- Dois.dois – Cabimento contabilístico para esta importância. -----

----- Dois.três – Comunicação ao A.T.L. do Jardim de Infância Oeiras Número Dois. -----

----- Dois.quatro – Aprovação em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

35 - FESTA DO DESPORTO COM ESPÍRITO DESPORTIVO – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO –
CP 02.02.13.04.: -----

----- I – O Senhor Vereador Arnaldo Pereira apresentou à Câmara a seguinte proposta: ---

----- “No desenvolvimento do Programa de Promoção do Espírito Desportivo, a Autarquia vai organizar no próximo dia cinco de Maio, no Estádio Nacional a Festa do Desporto com Espírito Desportivo que envolverá dez Escolas do Ensino Básico e Secundário do Concelho. ---

----- Competirá à Autarquia a atribuição a cada uma daquelas Escolas, de um apoio financeiro capaz de satisfazer os encargos referentes às despesas com o aluguer do transporte dos jovens participantes para o Estádio Nacional e regresso às Escolas, e com as inerentes à sua participação na Festa. -----

----- Assim proponho para o efeito a atribuição de um apoio global de quinhentos e oitenta mil escudos, com a seguinte distribuição discriminada:-----

----- Escola Básica Dois mais Três Professor Noronha Feio – cinquenta e cinco mil escudos -----

----- Escola Básica Dois mais Três Conde de Oeiras – setenta e cinco mil escudos -----

----- Escola Básica Dois mais Três de Caxias - cinquenta mil escudos -----

----- Escola Básica Dois mais Três João Gonçalves Zarco - setenta e cinco mil escudos -----

----- Escola Básica Dois mais Três Miraflores – cinquenta mil escudos -----

----- Escola Básica Dois mais Três Vieira da Silva – setenta e cinco mil escudos -----

----- Escola Secundária Quinta do Marquês – cinquenta mil escudos -----

----- Escola Secundária Linda-a-Velha – cinquenta mil escudos -----

----- Escola Secundária Luís de Freitas Branco – cinquenta mil escudos -----

----- Escola Secundária Miraflores – cinquenta mil escudos”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem



como, aprovar em minuta esta parte da acta.-----

O Presidente,

-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

36 - PROGRAMA ESPECIAL DE APOIO AO ASSOCIATIVISMO DESPORTIVO -

MANUTENÇÃO DE ACTIVIDADES CP 02.02.13.03.: -----

----- I – O Senhor Vereador Arnaldo Pereira apresentou à Câmara a seguinte proposta: ---

----- “O Programa de Apoio ao Associativismo Desportivo aprovado pela Câmara Municipal de Oeiras, procura reconhecer o valor social e desportivo que as colectividades desportivas prestam às comunidades onde se inserem, representando por vezes a única ou principal via de acesso à prática do desporto pelos diferentes grupos de cidadãos. -----

----- No entanto, existem no Concelho três clubes, a Associação Desportiva de Oeiras, o Clube Desportivo de Paço de Arcos e o Sport Algés e Dafundo, que pelo seu historial associativo, património desportivo, bem como pelo número de modalidades e praticantes envolvidos nas mesmas, se destacam das demais colectividades. -----

----- Neste sentido, a proposta que aqui se apresenta procura reflectir esse mesmo trabalho desenvolvido pelas três colectividades desportivas no ano que findou e os projectos de prossecução apresentados para o presente ano respeitantes ao subprograma de Manutenção e Desenvolvimento das Actividades Desportivas. -----

----- Desta forma, no âmbito do Programa de Apoio ao Associativismo Desportivo e de acordo com os princípios, critérios e metodologias previstos no subprograma de Apoio à Manutenção e Desenvolvimento de Actividades Desportivas, apresenta-se à Câmara Municipal as comparticipações financeiras a conceder no corrente ano. -----

----- Associação Desportiva de Oeiras - dez milhões de escudos-----

----- Clube Desportivo de Paço de Arcos - dez milhões de escudos -----

----- Sport Algés e Dafundo - dez milhões de escudos-----

----- A verba global proposta é de trinta milhões escudos.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem



como, aprovar em minuta esta parte da acta.-----

O Presidente,

-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

**37 – COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA AO CLUBE DESPORTIVO DE PAÇO DE ARCOS
NO ÂMBITO DA PARTICIPAÇÃO NA TAÇA CERS DE HÓQUEI EM PATINS - 2^a
ELIMINATÓRIA – CP 02.02.13.08.:-----**

----- I – O Senhor Vereador Arnaldo Pereira apresentou à Câmara a seguinte proposta: ---

----- “O Clube Desportivo de Paço de Arcos, no âmbito da participação no Campeonato Nacional, foi apurado para participar na Taça CERS de Hóquei em Patins. Na primeira eliminatória defrontou uma equipa portuguesa, tendo eliminado a mesma. Para a segunda eliminatória o Clube Desportivo de Paço de Arcos deslocou-se a Itália, de dezoito a vinte de Fevereiro passado próximo, para defrontar o A. S. Bassano Hockey.-----

----- Assim, tendo em atenção que a participação do clube nas competições europeias é um factor de prestígio para o clube e também para o Município, propõe-se à Câmara Municipal a atribuição de uma comparticipação financeira no valor de quinhentos mil escudos, no sentido de ajudar ao custeamento das despesas inerentes à participação nas mesmas.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

**38 – PER / ATRIBUIÇÃO DE COMPENSAÇÃO ECONÓMICA POR RENÚNCIA AO
REALOJAMENTO AO AGREGADO FAMILIAR DE PEDRO JOSÉ SIMÃO . CP 05.01.09.01.:--**

----- I – O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “De acordo com a informação número seiscentos e dezassete, de dois mil, do Departamento de Habitação e atendendo à renúncia ao direito de realojamento do agregado familiar de Pedro José Simão recenseado no âmbito do Programa Especial de Realojamento e residente no número quarenta e dois, do Bairro de Salregos, em Carnaxide, propõe-se: -----

----- A comparticipação económica a título de compensação ao munícipe Pedro José Simão, no valor de setecentos setenta e um mil e seiscentos escudos, montante correspondente a dez por cento do valor fixado pela Portaria oitocentos e vinte e um, de noventa e nove, para fogo T Um, tipologia a que o agregado teria direito em situação de realojamento. -----

----- Um – A demolição do alojamento número quarenta e dois, do Bairro de Salregos, em Carnaxide; -----

----- Dois – A aprovação da proposta em minuta.” -----

----- II – A propósito deste assunto, e visto já estar presente na reunião o Senhor Vereador David Justino, o **Senhor Vereador Emanuel Martins** reportando-se à questão por si posta no período de “Antes da Ordem do Dia” solicitou esclarecimentos àquele Senhor Vereador sobre a matéria, dizendo ter sido contactado por uma jornalista do “Diário de Notícias” que lhe pôs a questão de ter sido aprovado na Câmara que as pessoas que desistissem do realojamento ou que vendessem as casas à Câmara (é assim que vem a notícia) esta comprava esse direito por dez por cento do valor das casas. Como é óbvio negou esta afirmação mas disse à jornalista que não se encontrava suficientemente esclarecido, pelo que na reunião de Câmara iria pedir para ser esclarecido pelo Senhor Vereador do Pelouro, ao que o **Senhor Vereador David Justino** esclareceu haver dois tipos de compensação económica, sendo uma relativa às famílias que



adquirem habitação no mercado privado prescindindo do direito ao realojamento e aquilo que se faz é não utilizar o PER/Famílias, porque se a família utilizasse o PER/Famílias, tinha que pagar dez por cento de entrada, a Câmara dava um subsídio de dez por cento, o INH dava quarenta por cento a fundo perdido e havia mais quarenta por cento de financiamento com juros bonificados. Ora a família , resolvendo o seu problema de outra forma prescinde do realojamento e aquilo que a Câmara faz para evitar que a barraca possa ser transaccionada ou ocupada por outras pessoas é o seguinte: paga os dez por cento (que já pagaria no caso das pessoas recorrerem ao PER/Famílias) na condição da barraca ser demolida, a fim de auxiliar nas despesas de mudança dessa família. -----

-----No fundo, prosseguiu, trata-se de um expediente que serve para a Câmara poder manter o controlo das barracas por forma a que as mesmas não possam ser cedidas, transaccionadas, ou outra situação idêntica mas tudo isto é feito após se chegar a acordo com o morador. -----

-----Portanto, não se trata de comprar barracas, nem casas, mas sim de facilitar e ajudar as pessoas com os dez por cento a que teriam direito se optassem por ser realojadas; todavia, a verba só é atribuída após saber-se para onde vão as pessoas. Ou seja, tem que se ter a garantia que a família não vai deixar a barraca para ir ocupar outra, seja neste Município ou outro, e, para tal, a compensação é atribuída mediante cópia da escritura da casa que vão adquirir. Deve, no entanto, adiantar que todas as compensações económicas vêm à Câmara casuisticamente. -----

-----Acrescentou haver um outro tipo de compensação atribuída aos isolados ou a pessoas que vivem em conjunto, como é o caso de vários homens que são trabalhadores e que vivem na mesma barraca, e isto porque se vivem em conjunto são realojados em conjunto. Solução que eles próprios não querem e, assim sendo, nesses casos a Câmara atribui uma compensação económica a cada um para que possam organizar-se e comprar a sua casa se assim o entenderem, sendo que neste caso a compensação é um valor fixo de mil contos que é atribuída mediante uma

declaração de que prescindem do direito ao realojamento. -----

----- Portanto, convém salientar que, em primeiro lugar, está sempre garantido o realojamento mas se a pessoa ou pessoas preferem ir organizar a sua vida para outro lado, então a Câmara, como forma de compensação atribuiu-lhes esse valor. -----

----- Esclareceu ainda que não há nenhuma deliberação de Câmara a atribuir os dez por cento, os quais se baseiam num critério que teve oportunidade de explicar ao Executivo quando fez a primeira proposta neste sentido, realçando que todos os casos são trazidos à aprovação da Câmara pontualmente. -----

----- No uso da palavra o **Senhor Vereador Arnaldo Pereira** opinou tratar-se de um assunto que deve ser abordado e aprofundado numa outra reunião, mas, entretanto, solicitaria ao Senhor Vereador David Justino que apresentasse uma listagem das situações que foram objecto de compensação económica, tendo aquele Senhor Vereador respondido que durante a próxima semana entregará esses elementos aos Senhores Vereadores. -----

----- Interveio, de novo o **Senhor Vereador Emanuel Martins** para solicitar uma relação das casas que, estando devolutas, são objecto de obras e respectivos custos relativamente a cada caso, tendo o **Senhor Vereador David Justino** respondido que irá providenciar nesse sentido. --

----- Continuando, o Senhor Vereador David Justino referiu que este problema, tal como foi colocado pela jornalista perfigura má-fé pois dá a entender que a Câmara está a fazer tudo à pressa porque esta a pagar para acabar mais rapidamente com as barracas, e isto perfigura má-fé pela simples razão de que se houver cento e cinquenta casos de compensação económica já é muito, informação esta que gostaria de ter dado à jornalista do Diário de Notícias se ela o tivesse contactado, ao que o **Senhor Vereador Emanuel Martins** respondeu que a jornalista em causa tentou contactar hoje, tanto o Senhor Vereador David Justino, como o Senhor Presidente e não conseguiu, razão pela qual falou consigo. -----

----- Voltando a usar da palavra o **Senhor Vereador David Justino** disse poder fornecer



os dados do ano passado e, assim, referiu que em mil novecentos e noventa e nove foram solucionados setecentos e quarenta e seis casos; em mil novecentos e noventa e oito foram solucionados setecentos e dezasseis ou setecentos e dezoito casos e para se ter uma ideia, pode dizer que dos setecentos e quarenta e seis casos de mil novecentos e noventa e nove, cerca de quatrocentos e cinquenta a quinhentos tratou-se de realojamentos em fogos municipais; no entanto, há mais, como seja, a habitação jovem, o PER/Famílias, a venda de fogos e as compensações e, portanto, quando diz que se resloveram setecentos e quarenta e seis casos está a referir-se precisamente à combinação de vários programas que, no fundo, contribuem para a resolução do problema das barracas; todavia, é preciso ter em atenção que a esmagadora maioria são os realojamentos.

Quanto ao problema das barracas o panorama é o seguinte: das setecentas barracas que ainda existem, duzentas e tal vão ser demolidas devido ao realojamento dos seus moradores em duzentos e catorze ou duzentos e dezanove fogos em São Marçal no dia seis de Maio. Depois existem cerca de setenta/oitenta fogos em Talaíde que estão a ser entregues pontualmente, ou seja, sem ser entregas em bloco, o que significa que logo que Talaíde esteja completo deverão ficar à volta de quatrocentas famílias as quais irão ser realojadas em duzentos e noventa e cinco fogos do Alto dos Barronhos e as restantes na segunda fase do Páteo dos Cavaleiros, que são dois programas que estão agora em fase de arranque e que se atrasaram devido fundamentalmente a problemas de ordem burocrática.

Ora isto leva a que o objectivo e a promessa que havia feito de acabar com as barracas no concelho até ao final deste ano, vá resvalar até Maio/Junho do próximo ano, no máximo, sendo que nessa altura não haverá uma única barraca no Concelho de Oeiras.

Referiu, por último, respondendo a uma pergunta do Senhor Vice-Presidente sobre o CDH da Terrugem, que este programa se destina essencialmente a funcionários, uma pequena parte a arrendamento (porque se trata de fogos construídos em terreno que foi expropriado para

habitação social), outra parte destina-se à habitação jovem e por último trinta e cinco fogos destinam-se aos sócios mais jovens da CHEPA na sequência de um protocolo estabelecido com aquela Cooperativa.-----

----- Interveio, por último, o **Senhor Vereador Arnaldo Pereira** que se reportou ao Alto dos Barronhos, dizendo estar à vontade para falar porque é sabido que a CDU se opôs a esta urbanização, mas o que pretende dizer vale para o Alto dos Barronhos e vale para o conjunto do Concelho de Oeiras e, nessa conformidade recorda o compromisso aqui assumido pelo Senhor Presidente da Câmara no sentido de resolver a questão das acessibilidades senão a situação torna-se insustentável. A verdade é que para além de não haver coordenação nos Planos Directores Municipais das Câmaras desta área e para além de se estar a verificar um crescimento que está a consistir apenas no aumento de urbanizações e loteamentos, recorda que na freguesia de Carnaxide com o desenvolvimento urbanístico que se está a verificar e com o avanço do Alto dos Barronhos e da segunda fase do Pátio dos Cavaleiros, sem que esteja pelo menos resolvido o problema do acesso e da ligação por viaduto ao nó de Miraflores, não se vai poder entrar, nem sair, nem circular e nem estacionar, em Carnaxide situação que é de uma extrema gravidade e para a qual volta a chamar a atenção da Câmara com vista à sua resolução, conforme promessa feita pelo Senhor Presidente.-----

----- III - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

39 – ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA AV^a DIOGO LOPES SEQUEIRA, 71, 2º. DTº. , Bº. DOS NAVEGADORES, AO AGREGADO FAMILIAR DE CARLOS ALBERTO DA COSTA REBELO: -----

----- I – O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “De acordo com despacho superior à informação duzentos e noventa, de dois mil, do Departamento de Habitação, propõe-se: -----

----- Um – A atribuição do fogo T Três, sito na Avenida Diogo Lopes de Sequeira, setenta e um, segundo direito, no Bairro dos Navegadores, ao agregado familiar de Carlos Alberto da Costa Rebelo. -----

----- Dois – A aprovação da renda mensal no valor de cinco mil setecentos e dez escudos, com entrada em vigor em Abril de dois mil. -----

----- Três – A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

**40 – REPARAÇÃO DO FOGO DEVOLUTO, SITO NA RUA DR. OLIVEIRA MARTINS, Nº. 36,
2º. D, CDH DO MOINHO DAS ROLAS – CP 05.01.03.07.:-----**

----- I – O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “De acordo com a informação quatrocentos e sessenta e dois, de dois mil, do Departamento de Habitação, propõe-se: -----

----- Um – A adjudicação por ajuste directo à empresa “Sociedade de Construções José Moreira, Limitada, das obras de reparação do fogo referido em epígrafe, pelo valor de quatrocentos e quarenta e três mil e quinhentos escudos, que acrescido do montante do IVA de vinte e dois mil cento e setenta e cinco escudos, totaliza quatrocentos e cinquenta e seis mil seiscentos e setenta e cinco escudos. -----

----- Dois – Aprovação da proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

**41 – ANULAÇÃO DA ATRIBUIÇÃO DE REALOJAMENTO DO FOGO SITO NO LOTE 18,
C/V-C, NO Bº. DOS NAVEGADORES, A ALBERTO MARIA DIAS:**-----

----- I – O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “De acordo com despacho superior à informação seiscentos e nove, de dois mil, do Departamento de Habitação, propõe-se: -----

----- Um – A anulação da atribuição a Alberto Maria Dias, do fogo de tipologia T Zero, sito no lote dezoito, cave-C., no Bairro dos Navegadores.-----

----- Dois – A anulação da respectiva renda. -----

----- Três – A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

42 - ATRIBUIÇÃO DE TOPÓNIMO NA FREGUESIA DE PAÇO DE ARCOS - VINHA DO TORNEIRO:-----

----- I – O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Existindo arruamentos sem denominação no loteamento localizado em Paço de Arcos e para os quais se pretende atribuir designação topográfica, proponho à Câmara a aprovação dos topónimos a seguir discriminados, de que se junta as respectivas biografias e para os quais foi recebido parecer favorável da Junta de Freguesia de Paço de Arcos, transmitido pelo ofício que ficou registado sob o número quatro mil quatrocentos e sessenta e seis, de onze de Fevereiro, do corrente ano.-----

----- Rua Manuel Viegas Guerreiro - Etnólogo e Professor Catedrático (mil novecentos e treze / mil novecentos e noventa e sete) - Arruamento com início na Rua Calvett de Magalhães e fim na Rua Álvaro Rodrigues de Azevedo.-----

----- Rua José Leite de Vasconcelos - Etnólogo, Filósofo e Professor Universitário (mil oitocentos e cinquenta e oito / mil novecentos e quarenta e um) - Arruamento com início na Rua Manuel Viegas Guerreiro e fim na Rua Fernando Pires de Lima. -----

----- Rua Fernando Pires de Lima - Etnógrafo (mil novecentos e oito / mil novecentos e setenta e três) - Arruamento com início na Rua José de Leite de Vasconcelos e fim junto à Rua Álvaro de Azevedo.-----

----- Rua António Jorge Dias - Etnólogo (mil novecentos e sete / mil novecentos e setenta e três) - Arruamento com início na Rua Álvaro Rodrigues de Azevedo e fim sem saída. -----

----- Rua Álvaro Rodrigues de Azevedo - Etnógrafo (mil oitocentos e vinte e quatro / mil oitocentos e noventa e oito) - Arruamento com início na Rua Manuel Viegas Guerreiro e fim na Rua Fernando Pires de Lima.”-----

----- “Curriculum de Topónimo -----



-----Nome: Manuel Viegas Guerreiro -----

-----Data de Nascimento: um de Maio de mil novecentos treze (Querença / Loulé) -----

-----Falecido: mil novecentos e noventa e sete -----

-----Actividade Profissional - Etnólogo e Professor Universitário -----

-----Professor catedrático jubilado da Faculdade de Letras de Lisboa, foi um dos maiores etnólogos portugueses de sempre, tendo desenvolvido um trabalho de investigação notável sobre os povos Maconde e Bociman, de África, assim como várias comunidades portuguesas, como Pitões das Júnias, em Trás-os-Montes.-----

-----Da sua extensa bibliografia, destacam-se algumas obras fundamentais, que marcaram a ciência etnográfica portuguesa: -----

-----Os Macondes de Moçambique; Língua, Leitura e Jogos (mil novecentos e sessenta e seis); Bocimanes Skhu de Angola (tese de doutoramento, mil novecentos e sessenta e oito). -----

-----Para a História da Literatura Popular Portuguesa (mil novecentos e sessenta e oito); Pitões das Júnias (monografia etnográfica, mil novecentos e oitenta e um); Leite de Vasconcelos e a Ciência Etnografia em Portugal (mil novecentos e noventa e dois) -----

-----Foi um homem simples, de uma simpatia irradiante, que nunca renegou as suas origens e soube manter, em todas as circunstâncias, uma atitude de grande firmeza e coerência relativamente à autonomia e papel da instituição universitária, bem como de independência, exigência e abertura crítica em relação à função docente.” -----

-----“Curriculum de Topónimo -----

-----Nome: José Leite de Vasconcelos -----

-----Data de Nascimento: sete de Julho de mil oitocentos e cinquenta e oito (Ucanha / Tarouca) -----

-----Falecido: dezassete de Janeiro de mil novecentos e quarenta e um (Lisboa) -----

-----Actividade Profissional - Etnólogo, Filósofo e Professor Universitário-----

----- No Porto formou-se em Ciências Naturais (mil oitocentos e oitenta e um) e em Medicina (mil oitocentos e oitenta e seis). De mil oitocentos e oitenta e sete a mil novecentos e onze foi conservador da Biblioteca Nacional. Doutorou-se em Filologia Românica na Universidade de Paris com a tese *Esquisse d'Une Dialectologie Portugaise* (mil novecentos e um). -----

----- De mil novecentos e onze a mil novecentos e vinte e nove ensinou na Faculdade de Letras de Lisboa, tendo lecionado disciplinas de Filologia Românica. Empenhado em escrever a história do povo português, fundou a Revista Lusitana, mil oitocentos e oitenta e nove, O Arqueólogo Português, mil oitocentos e noventa e cinco, e o Museu Etnológico de Belém (mil oitocentos e noventa e três). -----

----- Publicou mais de três centenas de estudos relacionados com as antiguidades, a linguagem e a vida do povo português, domínio em que se torna uma autoridade de renome mundial. -----

----- Obras principais: *O Dialecto Mirandês*, mil oitocentos e oitenta e dois, *Religiões da Lusitânia* mil oitocentos e noventa e sete - mil novecentos e treze, em três volumes, *Estudos de Filologia Mirandesa*, mil e novecentos - mil novecentos e um, em dois volumes, *Lições de Filologia Portuguesa*, mil novecentos e onze, *Opúsculos*, mil novecentos e vinte e oito - mil novecentos e vinte e nove, em quatro volumes, *Etnologia Portuguesa*, mil novecentos e trinta e três - mil novecentos e oitenta e dois, em oito volumes, *Romanceiro Português*, mil novecentos e cinquenta e oito, em dois volumes e *Contos Populares e Lendas*, mil novecentos e sessenta e quatro, em dois volumes.”-----

-----“Curriculum de Topónimo-----

----- Nome: Fernando de Castro Pires de Lima -----

----- Data de Nascimento: dez de Junho de mil novecentos e oito (Porto) -----

----- Falecido: três de Janeiro de mil novecentos e setenta e três -----



-----Actividade Profissional – Etnógrafo -----

-----Formou-se na Faculdade de Medicina da sua cidade natal, tendo sido director de enfermaria no Hospital Geral de Santo António. Foi presidente do Instituto de Etnografia e director do Museu de Etnografia e História da Junta Distrital do Porto. -----

-----Deixou vasta produção etnográfica, contando-se entre ela Cantares do Minho, mil novecentos e trinta e sete - mil novecentos e quarenta e dois, em dois volumes, Tradições Populares de Entre Douro e Minho, mil novecentos e trinta e oito, (com seu pai, Joaquim Alberto), O Vinho Verde na Cantiga Popular, mil novecentos e trinta e nove (com sua irmã Maria Clementina), Ensaios, mil novecentos e quarenta e três (com seu pai), A Sereia na História e na Lenda, mil novecentos e cinquenta e dois, A Nau Catrineta, mil novecentos e cinquenta e quatro, Romanceiro Português, mil novecentos e cinquenta e nove, Cancioneiro, mil novecentos e sessenta e dois, A Chula, Verdadeira Canção Nacional, mil novecentos e sessenta e dois, e Ensaios Etnográficos, mil novecentos e sessenta e oito, em dois volumes.” -----

-----“Curriculum de Topónimo -----

-----Nome: António Jorge Dias -----

-----Data de Nascimento: trinta e um de Julho de mil novecentos e sete (Porto)-----

-----Falecido: cinco de Fevereiro de mil novecentos e setenta e três (Lisboa) -----

-----Actividade Profissional – Etnólogo -----

-----Trabalhador-estudante e desportista, iniciou os estudos liceais aos vinte e dois anos. Licenciado em Filologia Germânica pela Universidade de Coimbra, em mil novecentos e trinta e oito passou a leitor de Português na Alemanha. Doutorou-se em Munique (mil novecentos e quarenta e quatro) com Vilarinho das Furnas. Uma Aldeia Comunitária, mil novecentos e quarenta e oito.-----

-----A partir de mil novecentos e quarenta e sete dedicou-se ao ensino superior em Coimbra e desde mil novecentos e cinquenta e seis em Lisboa, tendo leccionado na Faculdade de

Letras (mil novecentos e cinquenta e sete - mil novecentos e sessenta e dois) as disciplinas de Antropologia Cultural, Instituições Nativas e Etnologia. Na mesma faculdade doutorou-se em Etnologia no ano mil novecentos e sessenta e cinco. Em mil novecentos e sessenta e sete, como professor catedrático, passou a leccionar no Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, onde criou o Centro de Estudos de Antropologia Cultural.-----

----- Publicou mais de uma centena de trabalhos, vários deles em volume, como Os Arados Portugueses e as Suas Prováveis Origens, mil novecentos e quarenta e oito, Vilarinha das Furnas, Uma Aldeia Comunitária, mil novecentos e quarenta e oito, Rio de Onor, Comunitarismo Agro-Pastoril, mil novecentos e cinquenta e três, e Os Macondes de Moçambique, mil novecentos e sessenta e quatro - mil novecentos e setenta, em três volumes (colaboração de sua mulher, Margot Dias). -----

----- Deve-lhe o renascimento em Portugal dos estudos científicos das tradições nacionais e das leis locais da cultura vigentes em território português.” -----

-----“Curriculum de Topónimo -----

----- Nome: Álvaro Rodrigues de Azevedo -----

----- Data de Nascimento: mil oitocentos e vinte e quatro -----

----- Falecido: mil oitocentos e noventa e oito -----

----- Actividade Profissional – Etnógrafo -----

----- Natural de Benavente, bacharelou-se em Direito na Universidade de Coimbra em mil oitocentos e quarenta e nove. De mil oitocentos e cinquenta e cinco a mil oitocentos e oitenta ao mesmo tempo que exercia a advocacia, foi professor liceal na cidade do Funchal. -----

----- Publicou uma dezena de volumes versando temas jurídicos, históricos, literários, políticos, etc., mas a sua obra mais valiosa é de Etnógrafo, de valor ímpar quanto à recolha que fez da literatura oral da Madeira e Porto Santo. -----

----- Em mil oitocentos e setenta e três promoveu a edição da segunda parte (relativa ao



arquipélago madeirense) do livro inédito *Saudades da Terra*, de Gaspar Frutuso.-----

-----Obras principais: *Manual Prático dos Testamentos*, mil oitocentos e sessenta e cinco, *Corografia do Arquipélago da Madeira*, mil oitocentos setenta e dois, *Romanceiro do Arquipélago da Madeira*, mil oitocentos e oitenta e dois, e *Benavente - Estudo Histórico-Discritivo*, mil novecentos e vinte e seis.-----

-----Deixou manuscrito o *Cancioneiro do Arquipélago da Madeira*.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta.-----

O Presidente,

-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

43 - AMPLIAÇÃO DO RESERVATÓRIO DA ZONA BAIXA DA BRANDOA - CONTENÇÃO DO TALUDE OESTE - TRABALHOS A MAIS – SMAS: -----

----- I – A Senhora Vereadora Teresa Zambujo apresentou à Câmara a seguinte proposta:

----- “O Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora, em reunião ordinária de vinte e nove de Fevereiro de dois mil, deliberou aprovar os trabalhos supracitados à empresa Ensul - Empreendimentos Norte e Sul, Sociedade Anónima, no valor de nove milhões quatrocentos e noventa e dois mil duzentos e setenta e dois escudos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, tendo em conta a proposta de deliberação junta ao processo. -----

----- Face ao exposto, proponho: -----

----- Um - A ratificação da mencionada deliberação do Conselho de Administração dos SMAS, da aprovação de trabalhos a mais da empreitada de Ampliação do Reservatório da Zona Baixa da Brandoa, Contenção do Talude Oeste à empresa Ensul - Empreendimentos Norte e Sul, Sociedade Anónima, no valor de nove milhões quatrocentos e noventa e dois mil duzentos e setenta e dois escudos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----

----- Dois - A não celebração de contrato escrito, de acordo com o disposto na alínea a), do número um, do artigo quinquagésimo nono, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de Junho; -----

----- Três - A aprovação da presente proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

**44 – AQUISIÇÃO DE UM AUTOCARRO DE 24 LUGARES PARA O MUNICÍPIO – CP
11.07.05.07.:-----**

----- I – O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

----- “Considerando que a frota de autocarros de passageiros é composta por algumas viaturas já com bastantes anos de existência, que, como óbvio, se encontram já bastante desgastadas, torna-se imperioso a aquisição de uma nova viatura com qualidade e capacidade para assegurar os serviços de apoio a várias actividades camarárias. -----

----- Considerando que após várias consultas efectuadas ao mercado, a escolha recaiu no autocarro da marca Toyota, modelo Optimo Dois K, atendendo ao facto de apresentar as melhores características técnicas e excelente robustez. -----

----- Considerando que ao abrigo da Portaria número seiscentos e noventa e seis, de noventa e oito (segunda Série) de vinte e cinco de Julho, está prevista a dispensa de formalidades previstas no artigo octogésimo sexto, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de Junho. -----

----- Foi consultada a empresa Salvador Caetano – Indústrias Metalúrgicas e Veículos de Transporte, Sociedade Anónima, que tem contrato público de aprovisionamento de veículos automóveis homologado pela Direcção-Geral do Património, sob o número oitocentos e onze mil novecentos e trinta e cinco, que através do registo número cinco mil trezentos e sessenta e cinco, de dois mil, de vinte e um de Fevereiro, apresentou uma proposta para o fornecimento de um autocarro da marca Toyota, com carroçaria Caetano, modelo Optimo Dois K (quarenta e três BB cinquenta), lotação de vinte e três lugares mais motorista (versão de luxo), pelo preço de quinze milhões duzentos e oitenta mil escudos, acrescido do valor do IVA à taxa de dezassete por cento.

----- Em face do que antecede, proponho: -----

----- - A adjudicação de um autocarro da marca Toyota, com carroçaria Caetano, modelo



Optimo Dois K (quarenta e três BB cinquenta), com lotação de vinte e três lugares mais motorista (versão de luxo), com as características técnicas do chassi e da carroçaria especificadas na opção B da sua proposta referência DMP-A barra cento e vinte e um barra dois mil, de dezassete de Fevereiro, à empresa Salvador Caetano – Indústrias Metalúrgicas e Veículos de Transporte, Sociedade Anónima, pelo preço global de dezassete milhões oitocentos e setenta e sete mil e seiscentos escudos, já com IVA incluído à taxa de dezassete por cento, nos termos da alínea a), do número um, do artigo octogésimo sexto, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de Junho.

----- A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,

-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

45 - PROPOSTA 580 - “AQUISIÇÃO DE TRÊS VIATURAS LIGEIRAS PARA A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL”:-----

----- A proposta em título, a pedido do Senhor Vereador José Eduardo Costa, foi retirada da agenda, visto estar a ser estudado um modelo de aquisição diferente do proposto o qual é mais favorável para a Câmara. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

**46 – RENOVAÇÃO DO CONTRATO DE MANUTENÇÃO DE ZONAS VERDES NA AV^a.
EMBAIXADOR AUGUSTO DE CASTRO, EM OEIRAS – CP 10.01.07.08.:-----**

----- I – O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

----- “Na sequência da informação número quatrocentos e sessenta e seis, de noventa e nove, da Divisão de Espaços Verdes e Equipamento Urbano, foi renovado o contrato de manutenção de zonas verdes da Avenida Embaixador Augusto de Castro, em Oeiras a ser efectuada pela firma Lusifor, desde um de Outubro de mil novecentos e noventa e nove terminando o contrato em trinta de Setembro de dois mil, tendo para tal a Repartição de Aprovisionamento e Economato efectuado uma requisição de três meses no ano de mil novecentos e noventa e nove e deveria em Janeiro efectuar requisição complementar para nove meses.-----

----- Esta situação verifica-se ano após ano, sempre que se têm verificado condições para o contrato ser renovado, pelo que em cada ano fiscal a Repartição de Aprovisionamento e Economato tem que efectuar duas requisições, para cada manutenção. Em termos de controlo por parte da fiscalização da Divisão de Espaços Verdes e Equipamento Urbano este procedimento também gera alguma perturbação de funcionamento e obriga a uma verificação permanente de cada caso.-----

----- No sentido de se diminuir o trabalho de elaboração de requisições e de facilitar o controlo de facturação / requisições, deveria elaborar-se a requisição para o corrente ano de doze meses, terminando em trinta e um de Dezembro de dois mil, em substituição dos nove meses previstos. -----

----- Em face do que antecede, proponho: -----
----- - A requisição da manutenção de zonas verdes na Avenida Embaixador Augusto de Castro, em Oeiras à firma Lusifor, Limitada, para o corrente ano, terminando em trinta e um de



Dezembro de dois mil em substituição dos nove meses, pelo valor global de três milhões duzentos e quarenta mil escudos (duzentos e setenta mil escudos vezes doze meses), acrescido do valor do IVA, em vez do valor global previsto de dois milhões quatrocentos e trinta mil escudos. ---

----- A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,

-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

**47 - RENOVAÇÃO DO CONTRATO DE MANUTENÇÃO DE ZONAS VERDES NO BAIRRO
DA FIGUEIRINHA E NA RUA DO PIAUÍ DO BRASIL, EM OEIRAS – CP 10.01.07.08.: -----**

----- I – O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

----- “Em sua reunião ordinária realizada em vinte e nove de Setembro do ano transacto, esta Câmara Municipal deliberou aprovar a renovação do contrato de manutenção de zonas verdes no Bairro da Figueirinha e na Rua do Piaui do Brasil, em Oeiras a ser efectuada pela firma Teleflora, desde um de Novembro de mil novecentos e noventa e nove terminando o contrato em trinta de Outubro de dois mil, tendo para tal a Repartição de Aprovisionamento e Economato efectuado uma requisição de dois meses no ano de mil novecentos e noventa e nove e deveria em Janeiro efectuar requisição complementar para dez meses. -----

----- Esta situação verifica-se ano após ano, sempre que se têm verificado condições para o contrato ser renovado, pelo que em cada ano fiscal a Repartição de Aprovisionamento e Economato tem que efectuar duas requisições, para cada manutenção. Em termos de controlo por parte da fiscalização da Divisão de Espaços Verdes e Equipamento Urbano este procedimento também gera alguma perturbação de funcionamento e obriga a uma verificação permanente de cada caso. -----

----- No sentido de se diminuir o trabalho de elaboração de requisições e de facilitar o controlo de facturação / requisições, deveria elaborar-se a requisição para o corrente ano de doze meses, terminando em trinta e um de Dezembro de dois mil, em substituição dos dez meses previstos. -----

----- Em face do que antecede, proponho: -----

----- A requisição da manutenção de zonas Bairro da Figueirinha e na Rua do Piaui do Brasil, em Oeiras à firma Teleflora, Limitada, para o corrente ano, terminando em trinta e um de Dezembro de dois mil em substituição dos dez meses, pelo valor global de dois milhões



quinhentos e vinte mil escudos (duzentos e dez mil escudos vezes doze meses), acrescido do valor do IVA, em vez do valor global previsto de dois milhões e cem mil escudos. -----

----- A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,

-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

**48 - Pº. 280-DIM/DEIM/97 - EXECUÇÃO DA 1ª. FASE DA EXPANSÃO DO CEMITÉRIO DE
CARNAXIDE APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 6º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS -
CP 06 03 02 01.:-----**

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Pela Divisão de Edifícios e Infra-Estruturas Municipais, foi elaborado o sexto auto de medição de trabalhos, da empreitada designada em epígrafe, no montante de catorze milhões novecentos e cinquenta mil seiscentos e treze escudos, o qual corresponde a: -----

----- Trabalhos previstos – sete milhões seiscentos e vinte e sete mil e oitocentos escudos;

----- Trabalhos a mais de natureza prevista – dois milhões quinhentos e vinte mil duzentos e cinquenta e cinco escudos; -----

----- Trabalhos a mais de natureza não prevista – quatro milhões oitocentos e dois mil quinhentos e cinquenta e oito escudos. -----

----- Segundo a informação número duzentos e trinta e nove, de dois mil, do Serviço de Infra-Estruturas Municipais, os trabalhos a mais de natureza prevista, no valor de dois milhões quatro mil oitocentos e oitenta e dois escudos, referem-se à construção de muro de suporte em betão, aprovados em reunião de Câmara de nove de Dezembro de noventa nove. -----

----- Os trabalhos a mais de natureza prevista, no valor de quinhentos e quinze mil trezentos e setenta e três escudos, resultaram do facto de terem sido ultrapassadas as quantidades previstas para execução das sapatas e pilares em betão dos portões de entrada, fornecimento e assentamento de tés em PVC, de cones de redução de tubagem D igual a duzentos milímetros em PVC PN quatro, alvenaria de tijolo furado zero vírgula três por zero vírgula dois por zero vírgula onze metros em paredes e cabos enterrados VAV quatro vezes seis mais T, carecendo de aprovação e envio ao Tribunal de Contas. -----

----- Os trabalhos a mais de natureza não prevista, no valor de quatro milhões oitocentos e



dois mil quinhentos e cinquenta e oito escudos, resultaram da necessidade de execução dos seguintes trabalhos:-----

-----Escavação em terra e rocha branda para obtenção das cotas de projecto necessárias à implantação no local dos nichos D, que foram aprovados em reunião de Câmara de nove de Dezembro de noventa e nove;-----

-----Escavação em terra e rocha branda para implantação de jazigos enterrados, que foram aprovados em reunião de Câmara de vinte e dois de Dezembro de noventa e nove; -----

-----Aterro da zona envolvente aos jazigos, que foram aprovados em reunião de Câmara de vinte e dois de Dezembro de noventa e nove ; -----

-----Transporte para o cemitério de Carnaxide de produtos previamente levados a vazadouro, que foram aprovados em reunião de Câmara de vinte e dois de Dezembro de noventa e nove;-----

-----Fornecimento e colocação de acessórios e tubos de queda em jazigos, que foram aprovados em reunião de Câmara de vinte e dois de Dezembro de noventa e nove; -----

-----Alteração de sumidouros para sumidouros sifonados, que foram aprovados em reunião de Câmara de treze de Outubro de noventa e nove no montante de um milhão duzentos e sessenta e cinco mil e cem escudos, carecendo de aprovação do valor de cento e oitenta e nove mil setecentos e sessenta e cinco escudos e envio ao Tribunal de Contas.-----

-----A percentagem de trabalhos a mais realizados no auto é de cinco ponto quarenta e quatro por cento.-----

-----Ainda segundo a mesma informação número duzentos e trinta e nove, de dois mil , do Serviço de Infra-Estruturas Municipais, os trabalhos foram executados em boas condições, pelo que, em face do que antecede, proponho:-----

----- A aprovação de trabalhos a mais de natureza prevista no montante de quinhentos e quinze mil trezentos e setenta e três escudos;-----

----- - A aprovação de trabalhos a mais de natureza não prevista no montante de cento e oitenta e nove mil setecentos e sessenta e cinco escudos; -----

----- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante de quinze milhões seiscentos e noventa e oito mil cento e quarenta e quatro escudos, o qual inclui a importância de setecentos e quarenta e sete mil quinhentos e trinta e um escudos, de IVA à taxa de cinco por cento, e o sequente pagamento à firma Quinagre – Estudos e Construções, Limitada; -

----- Remeter ao Tribunal de Contas os trabalhos a mais de natureza prevista e não prevista, que não tenham sido anteriormente aprovados; -----

----- A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

**49 - Pº. 280-DIM/DEIM/97 - EXECUÇÃO DA 1ª. FASE DE EXPANSÃO DO CEMITÉRIO DE
CARNAKIDE – EXECUÇÃO DE CAIXAS EM ALVENARIA COM TAMPA E ARO METÁLICO
- APROVAÇÃO DE TRABALHOS A MAIS E PREÇOS UNITÁRIOS – CP 06.03.02.01.: -----**

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “No âmbito da empreitada designada em epígrafe estava prevista a execução de caixas de alvenaria de tijolo, sobre fundo queimado a colher e paredes rebocadas com argamassa de cimento, com tampa em betão. Foi proposto pela projectista a substituição das tampas em betão, por tampas com aro metálico, preparadas para receber revestimento de pavimento em calçada, conforme o referido no ponto número dois, da telecópia número cento e trinta, junta ao processo.-----

----- A firma Quinagre – Estudos e Construções, Limitada, através da carta com a referência dezanove barra JQ, apresentou uma proposta para a execução dos referidos trabalhos, a qual se considerou aceitável, estimando-se o custo dos trabalhos em dois milhões cento e quarenta e cinco mil escudos (vinte e seis unidades vezes oitenta e dois mil e quinhentos escudos), conforme informação número duzentos e setenta e dois, de dois mil do Serviço de Infra-Estruturas Municipais.-----

----- Em face dos trabalhos que não vão ser executados, no valor de um milhão setecentos e sessenta e dois mil cento e vinte e dois escudos, o agravamento do custo da obra é de trezentos e oitenta e dois mil oitocentos e setenta e oito escudos.-----

----- Em face do que antecede, proponho: -----

----- - A aprovação do preço unitário;-----

----- - A aprovação de trabalhos a mais no montante de dois milhões cento e quarenta e cinco mil escudos, mais IVA à taxa de cinco por cento;-----

----- - A aprovação dos trabalhos a menos no valor de um milhão setecentos e sessenta e



dois mil cento e vinte e dois escudos; -----

----- Remeter ao Tribunal de Contas os trabalhos a mais acima referidos; -----

----- A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,

-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

**50 – Pº. 26-DIM/DAD/98 – REMODELAÇÃO DO PARQUE INFANTIL JUNTO AO MERCADO
DE TERCENA – APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. AUTO DE MEDAÇÃO DE
TRABALHOS – CP 10.01.03.11.: -----**

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Pela Divisão de Administração Directa foi elaborado o primeiro auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de três milhões cento e oitenta e dois mil quatrocentos e sessenta e sete escudos, o qual corresponde a trabalhos previstos. -----

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: -----

----- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de três milhões trezentos e quarenta e um mil quinhentos e noventa escudos, o qual inclui a importância de cento e cinquenta e nove mil cento e vinte e três escudos de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma Mateus & Irmãos, Limitada; -----

----- - Aprovação desta proposta em minuta”.-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

**51 - Pº 198-DIM/DAD/98 - NOVAS INSTALAÇÕES DA JUNTA DE FREGUESIA DE ALGÉS -
APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 7º AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS - CP**

11.05.03.05.:-----

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Pela Divisão de Administração Directa foi elaborado o sétimo auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de quatro milhões quatrocentos e vinte e um mil quatrocentos e dois escudos, o qual corresponde a: -----

----- - Trabalhos previstos – um milhão setecentos e setenta e um mil quatrocentos e dois escudos; -----

----- - Trabalhos a mais de natureza não prevista – dois milhões seiscentos e cinquenta mil escudos. -----

----- Os trabalhos a mais de natureza não prevista, referem-se ao fornecimento e colocação de armários em módulos para a zona de open space. -----

----- Os trabalhos a mais implicam um encargo financeiro de vinte e dois por cento, nesta fase da obra. -----

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: -----

----- - A aprovação dos trabalhos a mais no valor de dois milhões seiscentos e cinquenta mil escudos; -----

----- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de quatro milhões seiscentos e quarenta e dois mil quatrocentos e setenta e dois escudos, o qual inclui a importância de duzentos e vinte e um mil e setenta escudos de IVA à taxa de cinco por cento, e o sequente pagamento à firma Projeconsult - Sociedade de Consultadoria de Engenharia Civil e Construções, Limitada; -----



----- Aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,

-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

**52 - Pº. 198-DIM/DAD/98 - NOVAS INSTALAÇÕES DA JUNTA DE FREGUESIA DE ALGÉS -
APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 8º AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS – CP**

11.05.03.05.:-----

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Pela Divisão de Administração Directa foi elaborado o oitavo auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de três milhões novecentos e sessenta mil quatrocentos e vinte e seis escudos, o qual corresponde exclusivamente a trabalhos previstos. -----

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: -----

----- - Aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de quatro milhões cento e cinquenta e oito mil quatrocentos e quarenta e sete escudos, o qual inclui a importância de cento e noventa e oito mil e vinte e um escudos de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma Projecconsult - Sociedade de Consultadaria de Engenharia Civil e Construções, Limitada; -----

----- - Aprovação desta proposta em minuta.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

**53 - Pº 198-DIM/DAD/98 - NOVAS INSTALAÇÕES DA JUNTA DE FREGUESIA DE ALGÉS -
APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 9º AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS – CP**

11.05.03.05.:-----

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Pela Divisão de Administração Directa foi elaborado o nono e último auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de um milhão duzentos e sessenta e sete mil e cem escudos, o qual corresponde a trabalhos a mais de natureza não prevista, referentes a: puxadores para a porta principal; isolamento lateral das clarabóias com chapa; tapamento com chapa das grelhas de ventilação, dos maciços existentes no terraço; painel indicativo da Junta incluindo iluminação; letras identificativas de Junta, na bandeira central da montra; espelhos para wc; trabalhos de construção civil de apoio às instalações mecânicas e eléctricas.-----

----- Verificou-se ainda a existência de trabalhos a menos no montante de um milhão quatrocentos e vinte e um mil escudos.-----

----- Os trabalhos a mais implicam um encargo financeiro total para a obra de quarenta e nove por cento. -----

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: -----

----- A aprovação dos trabalhos a mais no valor de um milhão duzentos e sessenta e sete mil e cem escudos; -----

----- A aprovação dos trabalhos a menos no valor de um milhão quatrocentos e vinte e um mil escudos; -----

----- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de um milhão trezentos e trinta mil quatrocentos e cinquenta e cinco escudos, o qual inclui a



importância de sessenta e três mil trezentos e cinquenta e cinco escudos de IVA à taxa de cinco por cento, e o sequente pagamento à firma Projecconsult - Sociedade de Consultadoria de Engenharia Civil e Construções, Limitada; -----

----- Aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,

-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

**54 - Pº. 268-DIM/DEIM/98 - RECUPERAÇÃO DO FORTE DE S. BRUNO – FASE 1B -
APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 4º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS - CP
02.03.03.07.:-----**

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Pela Divisão de Edifícios e Infra-Estruturas Municipais, foi elaborado o quarto auto de medições de trabalhos, da empreitada designada em epígrafe, no montante global de dois milhões seiscentos e setenta e cinco mil duzentos e dois escudos, referente a trabalhos a mais de natureza prevista.-----

----- Segundo informação número cinquenta e seis, de dois mil, do Serviço de Edifícios Municipais, o presente auto representa dezasseis vírgula oito por cento, de trabalhos a mais e a sua aprovação foi solicitada na informação número trinta e oito, de dois mil, do Serviço de Edifícios Municipais, aguardando aprovação.-----

----- Em face do que antecede, proponho: -----

----- A aprovação dos trabalhos a mais no valor de dois milhões seiscentos e setenta e cinco mil duzentos e dois escudos;-----

----- A aprovação do presente auto de medições de trabalhos no montante de dois milhões oitocentos e oito mil novecentos e sessenta e dois escudos, o qual inclui a importância de cento e trinta e três mil setecentos e sessenta escudos, de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à Firma Celconstroi – Construções e Empreitadas, Limitada;-----

----- A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

**55 - Pº. 268-DIM/DEIM/98 - RECUPERAÇÃO DO FORTE DE S. BRUNO – FASE 1B -
APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 5º AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS – CP
02.03.03.07.: -----**

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Pela Divisão de Edifícios e Infra-estruturas Municipais, foi elaborado o quinto auto de medições de trabalhos, da empreitada designada em epígrafe, no montante global de cinco milhões setenta e oito mil quatrocentos e trinta e um escudos, sendo: -----

----- - Trabalhos Previstos – dois milhões cinquenta e seis mil seiscentos e doze escudos;

----- - Trabalhos a mais de natureza não prevista - três milhões vinte e um mil oitocentos e dezanove escudos.-----

----- Segundo informação número cento e setenta sete, de dois mil do Serviço de Edifícios Municipais, o presente auto representa dezanove por cento de trabalhos a mais que foram aprovados na Reunião de Câmara de vinte e quatro de Novembro de mil novecentos e noventa e nove e foram executados em boas condições.-----

----- Em face do que antecede, proponho: -----

----- A aprovação do presente auto de medições de trabalhos no montante de cinco milhões trezentos e trinta e dois mil trezentos e cinquenta e três escudos, o qual inclui a importância de duzentos e cinquenta e três mil novecentos e vinte e dois escudos, de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à Firma Celconstroi – Construções e Empreitadas, Limitada. -----

----- A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

**56 - Pº. 26-DIM/DAD/99 - REMODELAÇÃO DO PARQUE INFANTIL JUNTO AO MERCADO
DE TERCENA - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 2º AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS**
- CP 10.01.03.11.:-----

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Pela Divisão de Administração Directa foi elaborado o segundo auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de cinco milhões setecentos e trinta e dois mil quatrocentos e quarenta e seis escudos, o qual corresponde a: -----

----- Trabalhos previstos - cinco milhões cento e setenta e oito mil oitocentos e setenta e um escudos; -----

----- Trabalhos a mais de natureza prevista – quinhentos e cinquenta e três mil quinhentos e setenta e cinco escudos. -----

----- Os trabalhos a mais referem-se a diferenças na medição das áreas dos pavimentos, carecendo de aprovação, implicando um encargo financeiro de seis vírgula sessenta e dois por cento. -----

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições. -----

----- Proponho: -----

----- Aprovação dos trabalhos a mais no valor de – quinhentos e cinquenta e três mil quinhentos e setenta e cinco escudos; -----

----- Aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de seis milhões dezanove mil e sessenta e oito escudos, o qual inclui a importância de duzentos e oitenta e seis mil seiscentos e vinte e dois escudos de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma Mateus & Irmãos, Limitada; -----

----- Aprovação desta proposta em minuta.” -----



-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,

-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

57 - Pº 38-DIM/DSA/99 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA ZONA ENVOLVENTE DO RANCHO FOLCLÓRICO DE CAXIAS - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 2º AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS – CP 05.03.03.01.: -----

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Pela Divisão de Serviços de Apoio foi elaborado o segundo auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de um milhão trezentos e quarenta e dois mil oitocentos e sessenta escudos, o qual corresponde a trabalhos a mais, aprovados por despacho de catorze de Outubro de noventa e nove.-----

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: -----

----- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de um milhão quatrocentos e dez mil e três escudos, o qual inclui a importância de sessenta e sete mil cento e quarenta e três escudos de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à empresa João Jacinto Tomé, Sociedade Anónima; -----

----- - Aprovação desta proposta em minuta.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

**58 – Pº. 119-DIM/DAD/99 - COLOCAÇÃO DE PLACAS EM DIVERSOS PARQUES INFANTIS -
APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS – CP**

10.01.03.09.:-----

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Pela Divisão de Administração Directa foi elaborado o primeiro e único auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de três milhões oitocentos e oitenta e três mil quinhentos e trinta escudos, o qual corresponde exclusivamente a trabalhos previstos.-----

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: -----

----- Aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de quatro milhões setenta e sete mil setecentos e sete escudos, o qual inclui a importância de cento e noventa e quatro mil cento e setenta e sete escudos de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma Copi – Construções Civis, Obras Públicas e Industriais, Limitada; --

----- - Aprovação desta proposta em minuta.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

59 - Pº 127-DIM/DSA/99 - ILUMINAÇÃO DA PRAIA DE PAÇO DE ARCOS - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS – CP 05.03.03.02: -----

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Pela Divisão de Serviços de Apoio foi elaborado o primeiro auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de seis milhões setecentos e sessenta e dois mil e duzentos escudos, o qual corresponde a trabalhos previstos.-----

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: -----

----- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de sete milhões cem mil trezentos e dez escudos, o qual inclui a importância de trezentos e trinta e oito mil cento e dez escudos de IVA à taxa de cinco por cento, e o sequente pagamento à firma Alberto Roque, Limitada; -----

----- Aprovação desta proposta em minuta.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

60 – Pº. 143-DIM/DAD/99 - RIBEIRA DE ALGÉS - TROÇO DEMOLIDO - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS – CP 10.01.03.01.: -----

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Pela Divisão de Administração Directa foi elaborado o primeiro e único auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de sete milhões vinte e três mil novecentos e nove escudos, o qual corresponde a: -----

----- Trabalhos previstos – cinco milhões quinhentos e quarenta e três mil e trinta e sete escudos: -----

----- Trabalhos a mais de natureza prevista – seiscentos e trinta e seis mil e setenta e dois escudos; -----

----- Trabalhos a mais de natureza não prevista – oitocentos e quarenta e quatro mil e oitocentos escudos. -----

----- Os trabalhos a mais de natureza prevista, referem-se a rectificações de medições de fornecimento e aplicação de armadura e betão em muro. -----

----- Os trabalhos a mais de natureza não prevista referem-se ao fornecimento e colocação de cantaria. -----

----- Verificou-se ainda a existência de trabalhos a menos no montante de um milhão cento e trinta e nove mil quinhentos e noventa e sete escudos, e referem-se a trabalhos cuja medição foi rectificada e relativamente ao artigo “dois ponto sete de colocação de cantaria”, foi considerado como trabalhos a menos, e feita a sua rectificação no artigo A de trabalhos a mais de natureza não prevista, visto que para além da colocação houve fornecimento de cantaria. -----

----- Os trabalhos a mais implicam um encargo financeiro total para a obra de cinco por cento. -----

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas



condições, proponho:-----

----- A aprovação dos trabalhos a mais no valor de um milhão quatrocentos e oitenta mil oitocentos e setenta e dois escudos; -----

----- A aprovação dos trabalhos a menos no montante de um milhão cento e trinta e nove mil quinhentos e noventa e sete escudos; -----

----- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de sete milhões trezentos e setenta e cinco mil cento e quatro escudos, o qual inclui a importância de trezentos e cinquenta e um mil cento e noventa e cinco escudos de IVA à taxa de cinco por cento, e o sequente pagamento à empresa Teixeira Duarte, Sociedade Anónima; -----

----- Aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,

-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

61 – Pº. 198-DIM/DAD/99 - NOVAS INSTALAÇÕES DA JUNTA DE FREGUESIA DE ALGÉS - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 6º AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS – CP 11.05.03.05.:-----

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Pela Divisão de Administração Directa foi elaborado o sexto auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de três milhões oitocentos e cinquenta e um mil e novecentos escudos, o qual corresponde a: -----

----- Trabalhos previstos – dois milhões trezentos e cinquenta e seis mil e novecentos escudos; -----

----- Trabalhos a mais de natureza não prevista – um milhão quatrocentos e noventa e cinco mil escudos. -----

----- Os trabalhos a mais de natureza não prevista, referem-se a: -----

----- Colocação de mais uma grade motorizada, para permitir a abertura da porta de entrada; Fornecimento e montagem de grupo de motobombas, incluindo quadro eléctrico e ligações; Tubagem necessária à ligação das motobombas; Substituição da porta de entrada, incluindo estrutura, vidro e mola superior; Alterações no equipamento de cozinha, não previsto no projecto: placa eléctrica, prateleiras. -----

----- Os trabalhos a mais não implicam encargos financeiros, nesta fase da obra. -----

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: -----

----- A aprovação dos trabalhos a mais no valor de um milhão quatrocentos e noventa e cinco mil escudos; -----

----- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de quatro milhões quarenta e quatro mil quatrocentos e noventa e cinco escudos, o qual inclui a



importância de cento e noventa e dois mil quinhentos e noventa e cinco escudos de IVA à taxa
de cinco por cento e o sequente pagamento à firma Projeconsult, Limitada; -----
----- Aprovação desta proposta em minuta.” -----
----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,

-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

**62 – Pº. 232-DIM/DEIM/99 - ARRANJO DA PRACETA ANTÓNIO FERRO, EM OEIRAS -
ADJUDICAÇÃO DE EMPREITADA - CP 09.01.02.06.: -----**

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Tendo em vista a execução da empreitada mencionada em epígrafe e na sequência da abertura de concurso limitado, foram admitidas cinco firmas as quais apresentaram as propostas a seguir referidas e que serão acrescidas do IVA respectivo: -----

----- Mateus & Irmãos, Limitada, proposta no montante de doze milhões setecentos e quarenta e dois mil duzentos e noventa e um escudos e oitenta centavos, após correcção, com o prazo de execução de três meses; -----

----- Cerâmica Vala, Limitada, proposta no montante de dez milhões oitocentos e dez mil trezentos e noventa e três escudos, com o prazo de execução de três meses; -----

----- Armando Cunha, Limitada, proposta no montante de nove milhões oitocentos e quarenta e oito mil e novecentos escudos, com o prazo de execução de três meses; -----

----- Guedol - Engenharia, Limitada, proposta no montante de onze milhões quinhentos e quarenta e três mil cento e trinta e seis escudos, com o prazo de execução de três meses; -----

----- A.M. Rato Varanda, Limitada, proposta no montante de dez milhões setecentos e noventa e dois mil e cinquenta escudos, com o prazo de execução de três meses. -----

----- As propostas foram analisadas pela comissão constituída para o efeito, tendo esta concluído, conforme consta do relatório de análise das propostas, que a mais vantajosa para esta Câmara Municipal é a da concorrente Armando Cunha, Limitada, dado ser a de menor preço.----

----- Refiro que foi comunicado aos concorrentes, através de ofício, que o relatório de análise de propostas se encontrava à consulta, nos termos do artigo centésimo primeiro, do Decreto-Lei número cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março, não tendo sido, todavia, apresentada qualquer reclamação, ao mesmo.-----



-----Em face do que antecede, proponho:-----

----- Que se adjudique a empreitada em título, por série de preços à firma Armando Cunha, Limitada, pelo montante de nove milhões oitocentos e quarenta e oito mil e novecentos escudos, ao qual acresce quatrocentos e noventa e dois mil quatrocentos e quarenta e cinco escudos respeitante ao IVA, à taxa legal em vigor – cinco por cento - e com o prazo de execução de três meses, de acordo com o número um, do artigo centésimo trigésimo segundo, do Decreto-Lei cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março. -----

----- A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,

-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

**63 - Pº. 244-DIM/DAD/99 - E.B. 1 TERCENA – ADAPTAÇÃO DE ESPAÇOS PARA
BIBLIOTECA E REFEITÓRIO - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º AUTO DE MEDIÇÃO
DE TRABALHOS – CP 01.02.03.04.: -----**

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Pela Divisão de Administração Directa foi elaborado o primeiro e único auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de um milhão seiscentos e sessenta e cinco mil oitocentos e noventa e seis escudos, o qual corresponde a: -----

----- Trabalhos previstos - um milhão quinhentos e vinte e cinco mil quatrocentos e noventa escudos -----

----- Trabalhos a mais de natureza prevista – cento e quarenta mil duzentos e vinte escudos -----

----- Os trabalhos a mais referem-se a diferenças na medição das áreas dos pavimentos, carecendo de aprovação, implicando um encargo financeiro de nove vírgula dois por cento-----

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: -----

----- Aprovação dos trabalhos a mais no valor de cento e quarenta mil duzentos e vinte escudos; -----

----- Aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de um milhão setecentos e quarenta e nove mil cento e noventa e um escudos, o qual inclui a importância de oitenta e três mil duzentos e noventa e cinco escudos de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma Alcatintas – Sociedade de Tintas e Decorações, Limitada;

----- - Aprovação desta proposta em minuta.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

64 - Pº. 270-DIM/DSA/99 - INSTALAÇÃO DA REDE DE BAIXA TENSÃO NA QUINTA DE S. MARÇAL, OUTURELA/PORTELA - ADJUDICAÇÃO DE EMPREITADA – CP 05.03.03.01.:----

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Tendo em vista a execução da empreitada mencionada em epígrafe e na sequência da abertura de concurso limitado, foram admitidas quatro firmas as quais apresentaram as propostas a seguir referidas e que são acrescidas do IVA respectivo:-----

----- C.M.E. - Construção e Manutenção Electromecânica, Sociedade Anónima, proposta no montante de vinte e três milhões noventa e três mil e seiscentos escudos, com o prazo de execução de sessenta dias; -----

----- Alberto Roque, Limitada, proposta no montante de vinte e um milhões cento e onze mil novecentos e sessenta escudos, com o prazo de execução de sessenta dias;-----

----- João Jacinto Tomé, Sociedade Anónima proposta no montante de vinte e três milhões setecentos e cinco mil oitocentos e setenta escudos, com o prazo de execução de sessenta dias;-----

----- M.B. Pereira da Costa, Sociedade Anónima proposta no montante de vinte e três milhões oitocentos e cinquenta e três mil oitocentos e cinquenta escudos, com o prazo de execução de sessenta dias. -----

----- As propostas foram analisadas pela comissão constituída para o efeito, tendo esta concluído, conforme consta do relatório final de análise das propostas, que a mais vantajosa para esta Câmara Municipal é a da concorrente Alberto Roque, Limitada, dado ser a de menor preço.

----- Refiro que foi comunicado aos concorrentes, através de Telecópia, que o relatório de análise de propostas se encontrava à consulta, nos termos do artigo centésimo primeiro, do Decreto-Lei cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março, não tendo sido, todavia, apresentada qualquer reclamação, ao mesmo.-----



-----Em face do que antecede, proponho:-----

----- Que se adjudique a empreitada em título, por preço global à empresa Alberto Roque, Limitada, pelo montante de vinte e um milhões cento e onze mil novecentos e sessenta escudos, ao qual acresce um milhão cinquenta e cinco mil quinhentos e noventa e oito escudos, respeitante ao IVA, à taxa legal em vigor – cinco por cento - e com o prazo de execução de sessenta dias, de acordo com o número um, do artigo centésimo trigésimo segundo, do Decreto-Lei cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março; -----

----- A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,

-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

65 - Pº. 279-DIM/DAD/99 - BENEFICIAÇÃO DE SALA DE TROFÉUS DO PAVILHÃO DE PAÇO DE ARCOS - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS – CP 02.02.03.05.: -----

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Pela Divisão de Administração Directa foi elaborado o primeiro e único auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de um milhão setecentos e trinta e seis mil novecentos e vinte escudos, o qual corresponde a: -----

----- Trabalhos previstos – um milhão seiscentos e quarenta e um mil e setecentos escudos; -----

----- Trabalhos a mais de natureza prevista – noventa e cinco mil duzentos e vinte escudos. -----

----- Os trabalhos a mais referem-se a diferenças na medição das áreas dos pavimentos, carecendo de aprovação. -----

----- Os trabalhos a mais implicam um encargo financeiro de cinco vírgula oito por cento.

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: -----

----- Aprovação dos trabalhos a mais no valor de noventa e cinco mil duzentos e vinte escudos; -----

----- Aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de um milhão oitocentos e vinte e três mil setecentos e sessenta e seis escudos, o qual inclui a importância de oitenta e seis mil oitocentos e quarenta e seis escudos, de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma Copi – Construções Civis, Obras Públicas e Industriais, Limitada; -----

----- Aprovação desta proposta em minuta.” -----



-----|II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,

-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

66 - Pº 291-DIM/DAD/99 - SUBSTITUIÇÃO DE CAIXILHARIAS EM MORADIA SITA NA ROTUNDA DE PORTO SALVO/VILA FRIA - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º AUTO DE MEDAÇÃO DE TRABALHOS – CP 11.05.03.08.:-----

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Pela Divisão de Administração Directa foi elaborado o primeiro e único auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de três milhões duzentos e cinquenta mil escudos, o qual corresponde a:-----

----- Trabalhos previstos – três milhões cento e vinte mil escudos; -----

----- Trabalhos a mais de natureza não prevista – cento e trinta mil escudos.-----

----- Os trabalhos a mais de natureza não prevista, referem-se à colocação de quatro estores, cujo aproveitamento não foi possível. -----

----- Os trabalhos a mais implicam um encargo financeiro de quatro vírgula dois por cento.-----

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: -----

----- A aprovação dos trabalhos a mais no valor de cento e trinta mil escudos;-----

----- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de três milhões quatrocentos e doze mil e quinhentos escudos, o qual inclui a importância de cento e sessenta e dois mil e quinhentos escudos, de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma Projecconsult, Limitada;-----

----- Aprovação desta proposta em minuta.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

67 – Pº. 292-DIM/DAD/99 - OBRAS DE REMODELAÇÃO EM LOJA PARA O PARQUE DOS POETAS - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS – CP

11.05.03.14.:-----

----- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Pela Divisão de Administração Directa foi elaborado o primeiro auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de um milhão trezentos e trinta e quatro mil escudos, o qual corresponde a trabalhos previstos. -----

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: -----

----- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de um milhão quatrocentos mil e setecentos escudos, o qual inclui a importância de sessenta e seis mil e setecentos escudos, de IVA à taxa de cinco por cento, e o sequente pagamento à firma Projeconsult, Limitada; -----

----- - Aprovação desta proposta em minuta.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

68 – Pº. 1-DAE/DEVEU/99 - CONCURSO LIMITADO SEM PUBLICAÇÃO PRÉVIA DE ANÚNCIO PARA A CONSTRUÇÃO DE ZONAS VERDES DO Bº. BENTO JESUS CARAÇA, EM OEIRAS – ADJUDICAÇÃO – CP 05.04.02.02:-----

----- I – O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

----- “Para o concurso designado em epígrafe, foram consultadas cinco firmas, das quais quatro apresentaram as seguintes propostas: -----

----- - Plantiagro – Comercialização de Produtos para Agricultura, Limitada, proposta no montante de nove milhões setecentos e sessenta e cinco mil quatrocentos e cinquenta e seis escudos acrescido do IVA;-----

----- - Lusifor – Serviços Técnicos Especializados, Limitada, proposta no montante de onze milhões cento e cinquenta e sete mil setecentos e cinquenta e oito escudos, acrescido do IVA;-----

----- - Cespa – Compânia Espânola de Serviços Públicos Auxiliares, Sociedade Anónima, proposta no montante de nove milhões quatrocentos e vinte e quatro mil quatrocentos e noventa e quatro escudos, acrescido de IVA;-----

----- - Artemísia – Centro de Jardinagem, Limitada, proposta no montante de nove milhões trezentos e sessenta e três mil quatrocentos e treze escudos, acrescido do IVA. -----

----- Após análise destas propostas a Comissão de Apreciação concluiu que a mais vantajosa para esta Câmara Municipal é a da firma Artemísia, Limitada, por apresentar o preço mais baixo. -----

----- Em face do que antecede, proponho: -----

----- A adjudicação da construção de zonas verdes do Bairro Bento Jesus Caraça, em Oeiras, à firma Artemísia, Centro de Jardinagem, Limitada, pelo montante de nove milhões trezentos e sessenta e três mil quatrocentos e treze escudos, acrescido do IVA, nos termos da



alínea b), do número dois, do artigo quadragésimo oitavo, do Decreto-Lei número cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março. -----

----- A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,

-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

69 – REPARAÇÃO DO FOGO DEVOLUTO SITO NA RUA CONSUELO CENTENO, Nº. 3, 2º.

ESQº., Bº. ENCOSTA DA PORTELA – CP 05.01.03.07.: -----

----- I – O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “De acordo com a informação quinhentos e noventa e nove, de dois mil, do Departamento de Habitação, propõe-se: -----

----- Um – A adjudicação por ajuste directo à empresa “Sociedade de Construções José Moreira, Limitada, das obras de reparação do fogo referido em epígrafe pelo valor de setecentos e cinquenta e três mil e cem escudos, que acrescido do montante do IVA de trinta e sete mil seiscentos e cinquenta e cinco escudos, totaliza setecentos e noventa mil setecentos e cinquenta e cinco escudos. -----

----- Dois – Aprovação da proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

70 - REPARAÇÃO DO FOGO DEVOLUTO SITO NA RUA PROF. DELFIM DOS SANTOS, Nº.

4, 3º. ESQº., Bº. ENCOSTA DA PORTELA – CP 05.01.03.07.: -----

----- I – O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “De acordo com a informação seiscentos, de dois mil, do Departamento de Habitação, propõe-se:-----

----- Um – A adjudicação por ajuste directo à empresa “Sociedade de Construções José Moreira, Limitada”, das obras de reparação do fogo referido em epígrafe pelo valor de setecentos e trinta e oito mil e trezentos escudos, que acrescido do montante do IVA de trinta e seis mil novecentos e quinze escudos, totaliza setecentos e setenta e cinco mil duzentos e quinze escudos.

----- Dois – Aprovação da proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

71 – REPARAÇÃO DO FOGO DEVOLUTO SITO NA RUA TOMÁS DE LIMA, 8, R/C DTº. –

AUTO DE MEDIÇÃO ÚNICO – SITUAÇÃO DE FEVEREIRO/2000 - CP 05.01.03.07.: -----

----- I – O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “De acordo com a informação seiscentos e trinta, de dois mil, do Departamento de Habitação, propõe-se: -----

----- Um – O pagamento do auto de medição único (trabalhos contratuais), no valor de quatrocentos e quarenta e quatro mil seiscentos e vinte e três escudos, à firma Sociedade de Construções José Moreira, Limitada. -----

----- Dois – Aprovação da proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

**72 – REPARAÇÃO DE FOGO DEVOLUTO NA RUA TOMÁS DE LIMA, 14, 1º. ESQº - AUTO
DE MEDIÇÃO ÚNICO – SITUAÇÃO DE JANEIRO/2000 – CP 05.01.03.07.:-----**

----- I – O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “De acordo com a informação seiscentos e vinte e nove, de dois mil, do Departamento de Habitação, propõe-se: -----

----- Um – O pagamento do auto de medição único (trabalhos contratuais), no valor de novecentos e setenta e quatro mil novecentos e quarenta e seis escudos, à firma C.M.E. – Construções e Manutenção Electromecânica, Sociedade Anónima.-----

----- Dois – Aprovação da proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

73 - REPARAÇÃO DO FOGO DEVOLUTO SITO NO LARGO QT^a. DO JARDIM, 3, 3º. ESQº. -

AUTO DE MEDIÇÃO ÚNICO – SITUAÇÃO DE FEVEREIRO/2000 - CP 05.01.03.07.: -----

----- I – O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “De acordo com a informação seiscentos e trinta e um, de dois mil, do Departamento de Habitação, propõe-se: -----

----- Um – O pagamento do auto de medição único (trabalhos contratuais), no valor de seiscentos e trinta e dois mil setecentos e noventa e três escudos, à firma Sociedade de Construções José Moreira, Limitada. -----

----- Dois – Aprovação da proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

**74 – PROGRAMA Bº. DO POMBAL OBRAS DE CONSTRUÇÃO DO PARQUE URBANO E
POLIDESPORTIVO – RENOVAÇÃO URBANA - AUTO DE MEDIÇÃO Nº. 6 - CP 05.04.02.04.---**

----- I – O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “De acordo com a informação seiscentos e setenta e cinco, de dois mil, do Departamento de Habitação, propõe-se: -----

----- Um – O pagamento do auto de medição número seis, no valor de catorze milhões oitocentos e sessenta e três mil quatrocentos e sessenta escudos, à firma Irmãos Cavaco, Sociedade Anónima. -----

----- Dois – Aprovação da proposta em minuta.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

75 – Pº 222 – DIM/DSA/98 – PARQUES TARIFADOS EM ALGÉS – APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS – CP 11.05.03.19.: -----

----- I – O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Pela Divisão de Serviços de Apoio foi elaborado o primeiro auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de nove milhões seiscentos e noventa mil novecentos e quarenta escudos, o qual corresponde a trabalhos previstos.-----

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: -----

----- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de dez milhões cento e setenta e cinco mil quatrocentos e oitenta e sete escudos, o qual inclui a importância de quatrocentos e oitenta e quatro mil quinhentos e quarenta e sete escudos de IVA à taxa de cinco por cento, e o sequente pagamento a Fernando L. Gaspar;-----

----- - Aprovação desta proposta em minuta.”-----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

**76 – Pº 235/2000 APENSO AO S.P. 23/96 (3º VOLUME) – ALTERAÇÃO AO LOTEAMENTO –
CDH DO BAIRRO DO POMBAL – EDIFICADORA LUZ & ALVES, LDª.: -----**

----- I – O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Presidente:-----

----- “Vem a Edificadora Luz & Alves, Limitada, através do processo em título solicitar a alteração ao alvará de loteamento número catorze, de noventa e sete. -----

----- Analisado o assunto pelos serviços técnicos através da informação número quatrocentos e trinta e seis, de dois mil, do Departamento de Habitação, que consta do processo e informação número cento e sessenta e dois, de dois mil, da Divisão de Gestão Urbanística/Tráfego, informam que a solução apresentada respeita os condicionamentos pela CMO, pelo que consideram de aceitar a referida alteração nas condições descritas. -----

----- Na sequência das informações mencionadas proponho à Câmara que delibere:-----

----- - Aprovar a referida alteração ao loteamento condicionada à apresentação do projecto de execução de todas as novas infra-estruturas a criar.-----

----- - Comunicar ao requerente.”-----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

77 – PROCº. 11.017/99 APENSO AO 805/99 – PROJECTO DE LOTEAMENTO – FERREIRAS & MAGALHÃES, S.A.: -----

----- I – O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Presidente:-----

----- “Vem a firma Ferreiras & Magalhães, Sociedade Anónima, através do processo em título, solicitar o licenciamento do projecto de loteamento para a sua propriedade sita em Algés, com a área de sessenta e um mil e noventa e oito metros quadrados. -----

----- Analisado o assunto pelos respectivos serviços técnicos do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística, em sua informação número oitenta, de dois mil, da Divisão de Planeamento, que consta do processo, informam que o projecto não reúne condições por incumprimento das disposições do Plano de Pormenor do Alto de Algés, no que respeita a: -----

----- a) Princípios de ocupação e uso na área da unidade “oitenta e quatro”. -----

----- b) Agravamento da área bruta de construção. -----

----- c) Demolição do edifício existente, designado por unidade “setenta e dois”. -----

----- - Pelo exposto proponho à Câmara que delibere: -----

----- - Indeferir o pedido de loteamento por desconformidade com o Plano de Pormenor do Alto de Algés, conforme exposto nas alíneas mencionadas da referida informação oitenta, de dois mil, da Divisão de Planeamento, acrescentando-se: -----

----- A hipótese de execução de obras pelo titular do loteamento é uma questão que poderá ser equacionada no momento em que estiverem reunidas condições para aprovação do alvará de loteamento. -----

----- - Dar conhecimento ao requerente.” -----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como aprovar em minuta esta parte da acta. -----



O Presidente,

-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

**78 – PROCºS. 12.486-PL/99 E 7527-PL/99 APENSOS AO 545/99 – PEDIDO DE LOTEAMENTO –
MARIA DE LURDES LUDOVICE E OUTROS: -----**

----- I – O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Presidente:-----

----- “Vem Maria de Lurdes Ludovice e Outros, fazer a junção de elementos para um pedido de loteamento situado no Murganhal, freguesia de Paço de Arcos, constituída por várias parcelas do artigo cadastral número cento e oito.-----

----- Analisado o assunto pelos respectivos serviços técnicos em sua informação número novecentos e cinquenta, de noventa e nove, da Divisão de Planeamento, junto ao processo, referem que, face à análise produzida na informação setecentos e quarenta e dois, de noventa e nove (relativa aos antecedentes deste processo), e nas condições em seis.um, seis.dois e seis.três, da referida informação novecentos e cinquenta, de noventa e nove, da Divisão de Planeamento. -

----- Relativamente no que se refere à comparticipação para o realojamento das actuais ocupações do terreno, é de aceitar a proposta (informação setecentos e quarenta e dois, de noventa e nove), particularmente no que diz respeito à Cooperativa “Aluminocoop”, deverá ser resolvido pelo promotor. -----

----- Pelo exposto proponho à Câmara que delibere:-----

----- Aprovar o projecto de loteamento nas condições descritas na informação número novecentos e cinquenta, de noventa e nove, da Divisão de Planeamento, pontos seis.um, seis.dois e seis.três e informação setecentos e quarenta e dois, de noventa e nove, da Divisão de Planeamento.-----

----- Aceitar a proposta da comparticipação de três mil contos, por cada família residente devendo o realojamento da Aluminocoop ser resolvida pelo promotor. -----

----- Comunicar ao requerente.” -----



-----II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta.-----

O Presidente,

-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

79 – PROCº. 11.950/99 APENSO AO 7172 – PL/97 (3º, 4º E 5º VOLUMES) – ANÁLISE E INFORMAÇÃO DO PROJECTO DE INFRA-ESTRUTURAS (2º ADITAMENTO) – ANTIGA FÁBRICA DA PÓLVORA EM BARCARENA – HU2 E HU3 – UNIOEIRAS – UNIÃO DAS COOPERATIVAS DE HABITAÇÃO,U.C.R.L.: -----

----- I – O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Presidente:-----

----- “Vem a UNIOEIRAS – União das Cooperativas de Habitação U.C.R.L., através do processo em título, solicitar a aprovação do projecto das infra-estruturas referente a duas operações urbanísticas denominadas HU Dois e HU Três integrada na antiga Fábrica da Pólvora em Barcarena.-----

----- Os serviços técnicos desta Câmara informam através da informação número trinta, de dois mil, da Divisão de Gestão Urbanística, que consta do processo, que o projecto das infra-estruturas encontra-se em condições de ser aprovado, com o condicionamento de previamente à emissão do alvará, ser promovida a apresentação do projecto da rede de gás, já solicitado através do ofício Camarário número quarenta e seis mil setecentos e sessenta e três, de dezoito de Outubro de noventa e nove.-----

----- Pelo exposto proponho à Câmara que delibere:-----

----- Aprovar o projecto global das infra-estruturas, com o condicionamento de previamente à emissão do alvará ser promovida a apresentação do projecto de gás, conforme informação número trinta, de dois mil.-----

----- Dar conhecimento ao requerente remetendo-lhe cópia da informação dos SMAS número mil oitocentos e quarenta e oito/duzentos e sessenta e cinco, do DPO, de noventa e nove.” -----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem



como, aprovar em minuta esta parte da acta.-----

O Presidente,

-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

**80 – PROCºS. 8083-PL/99 E 6462-PL/97 (3º VOLUME) – PROJECTO DE LOTEAMENTO
(JUNÇÃO DE ELEMENTOS) – CARLOS EUGÉNIO BARROS VIDAL:**-----

----- I – O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Presidente:-----

----- “Vem Carlos Eugénio Barros Vidal, através do processo em título proceder à junção de elementos, para rectificação ao projecto de loteamento, aprovado, de um terreno sito em Paço de Arcos, Quinta de São Januário junto à povoação da Terrugem. -----

----- Analisado o assunto pelos respectivos serviços técnicos do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística, em sua informação número quarenta e dois, de dois mil, da Divisão de Planeamento, que consta do processo, concluíram que os elementos agora juntos para a rectificação ao projecto de loteamento, encontra-se em condições de merecer aprovação, nas condições referidas nos pontos quatro.dois, quatro.quatro, quatro.cinco e quatro.sexas, da informação junta ao processo. -----

----- - Pelo exposto proponho à Câmara que delibere: -----

----- - Aprovar o pedido de alteração ao loteamento nas condições indicadas nos pontos quatro.dois, quatro.quatro, quatro.cinco e quatro.sexas da informação quarenta e dois, de dois mil, da Divisão de Planeamento.-----

----- - Dar conhecimento ao requerente que o procedimento relativo à aprovação das condições técnicas para emissão do alvará de loteamento só terá andamento quando forem apresentadas novas plantas em conformidade com a rectificação agora requerida.” -----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

**81 – PAGAMENTO DE HONORÁRIOS DE ARQUITECTURA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA À
OBRA DA LOJA 1146 DA CMO NO CENTRO COMERCIAL OEIRAS PARQUE – CP
11.05.07.10.:-----**

----- I – O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Presidente:-----

----- “O projecto da Loja CMO no Centro Comercial Oeiras Parque – Loja mil cento e quarenta e seis foi adjudicado à firma Ferreira dos Santos – Arquitectura e Planeamento, Limitada. - -----

----- Uma vez que o custo total da obra orçou em vinte milhões trezentos e quarenta e oito mil duzentos e oitenta escudos, a firma projectista fixou os seus honorários de acordo com a tabela MOP em um milhão quatrocentos e setenta e um mil cento e oitenta escudos. -----

----- Sobre o montante de honorários acima referido efectivou-se um desconto de quinze por cento, deduzindo-se ainda uma verba de quatrocentos mil escudos já liquidada aos responsáveis pelos projectos de especialidades técnicas. -----

----- Assim sendo os honorários devidos pela CMO à firma Ferreira dos Santos – Arquitectura e Planeamento, Limitada referentes ao projecto de arquitectura e assistência técnica à obra totaliza o montante de oitocentos e cinquenta mil quinhentos e três escudos. -----

----- Nesse sentido proponho: -----

----- O pagamento da importância de oitocentos e cinquenta mil quinhentos e três escudos, mais IVA, à firma Ferreira dos Santos – Arquitectura e Planeamento, Limitada após a apresentação da correspondente factura. -----

----- A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

**82 – PROPOSTA Nº 617- “MOÇÃO SOBRE OS CENTROS DE SAÚDE NO CONCELHO DE
OEIRAS”:**-----

----- Relativamente à proposta mencionada em título, a Câmara por consenso decidiu mantê-la em agenda a fim de ser analisada na presença do Senhor Presidente, em próxima reunião. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

83 – EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA PISCINA E POLIDESPORTIVO NA OUTURELA –

AUTO DE MEDIÇÃO Nº 5 – CP 02.02.02.05: -----

----- I – O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Presidente:-----

----- “De acordo com o parecer da fiscalização, foram analisados os trabalhos da empreitada “Construção da Piscina e Polidesportivo – Outurela”, realizados pela firma Alberto Martins de Mesquita & Filhos, Limitada, no valor de quinze milhões duzentos e trinta e cinco mil quatrocentos e oitenta escudos, mais IVA, à taxa legal em vigor, pelo que se propõe o seu pagamento.”-----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

84 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À FUNDAÇÃO AMI – CP 04.01.13.03.:-----

----- I – A Senhora Vereadora Teresa Zambujo apresentou à Câmara a seguinte proposta:

----- “Um – Introdução -----

----- A Câmara Municipal de Oeiras tem vindo a colaborar com a Fundação AMI através da atribuição de subsídios para apoio às missões internacionais nos PALOP. -----

----- Estas missões visam ajudar ao desenvolvimento dos povos e ajuda de emergência, incluindo assistência médica e medicamentos, formação de pessoal, combate a epidemias e programas de vacinação, entre outros programas de apoio. -----

----- Os projectos previstos para o ano dois mil são: -----

----- apoio alimentar, medicamentoso, financeiro e/ou vestuário em África do Sul, Rússia, Uganda, Moçambique e Índia; -----

----- assistência médica na Bielorrússia e Zaire. -----

----- Em Portugal, presta assistência à população sem-abrigo através de seis Centros Porta Amiga existentes no país. -----

----- Dois – Proposta -----

----- Face ao exposto, proponho: -----

----- Dois.um - Atribuição de um subsídio no valor de quinhentos e cinquenta mil escudos à Fundação AMI, destinado às missões desenvolvidas nos PALOP e em Portugal; -----

----- Dois.dois - Cabimento contabilístico para esta importância; -----

----- Dois.três - Comunicação à Fundação AMI; -----

----- Dois.quatro - Pagamento sequente; -----

----- Dois.cinco - Aprovação em minuta.” -----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

**85 – MINUTA DE ESCRITURA DE ARRENDAMENTO DA QUINTA DE S. MIGUEL DOS
ARCOS:** -----

----- I – O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Presidente:-----

----- “No seguimento da aprovação em reunião de Câmara de dez de Março de mil novecentos e noventa e nove do contrato promessa de arrendamento da Quinta de São Miguel dos Arcos, a fim de aí funcionar a Fundação das Universidades e Conselho de Reitores, importa agora aprovar o contrato definitivo a fim de que possa ser subscrita a correspondente escritura. --

----- Em face do que antecede, submete-se a aprovação a minuta do contrato de arrendamento a que se alude, cujo primeiro outorgante foi substituído, em face do facto da sociedade infra identificada ter sucedido na titularidade do bem arrendado, àquela que havia subscrito o contrato promessa.-----

----- Primeiro - ..., na qualidade de procurador e em representação da sociedade incorporada de acordo com as Leis de Gibraltar Sumasi, Limited, com sede em Suite four, tenth floor International Commercial Centre, Second Main Street, Gibraltar-----

----- Segundos - ..., na qualidade de ... e em representação da Fundação das Universidades Portuguesas, pessoa colectiva número quinhentos e três milhões cento e vinte e quatro mil oitocentos e sessenta e nove, com sede em Paços das Escolas, Coimbra; e, -----

----- Isaltino Afonso Morais, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Oeiras e em sua representação, pessoa colectiva número quinhentos milhões setecentos e quarenta e cinco mil novecentos e quarenta e três, com sede no Largo Marquês de Pombal, em Oeiras-----

----- Pelo Primeiro Outorgante foi dito:-----

----- Que a sua representada é a proprietária do prédio urbano sito na Quinta de São Miguel dos Arcos, Rua Visconde de Porto Salvo, número vinte e quatro, freguesia de Paço de



Arcos, Concelho de Oeiras, com a área coberta de novecentos metros quadrados e com a área descoberta de treze mil trezentos e noventa e cinco metros quadrados, descrito na Primeira Conservatória do Registo Predial de Oeiras sob o número dois mil trezentos e oitenta e quatro – freguesia de Paço de Arcos, inscrito na respectiva matriz sob o artigo número mil e dezoito.-----

-----Que por escritura de dezoito de Abril de mil novecentos e noventa e sete, exarada a folhas noventa e três e seguintes do livro número duzentos e cinquenta e seis-G das notas do Primeiro Cartório Notarial de Lisboa foi constituída uma servidão de passagem de pé e carro, com o comprimento de quarenta e um metros e a largura média de oito vírgula noventa metros (área de trezentos e sessenta e cinco metros quadrados), devidamente assinalada em planta anexa à mesma escritura, a favor do prédio acima identificado (prédio dominante) e sobre o lote de terreno para construção com a área de dez mil quatrocentos e sessenta e quatro metros quadrados, designado por lote vinte e dois, sito na Quinta de São Miguel dos Arcos, freguesia de Paço de Arcos, Concelho de Oeiras, ainda omisso na respectiva matriz mas pedida a sua inscrição em quinze de Janeiro de mil novecentos e noventa e sete, descrito na Primeira Conservatória do Registo Predial de Oeiras com o número dois mil trezentos e setenta e oito – freguesia de Paço de Arcos (prédio servente).-----

-----Que pela presente escritura, dá de arrendamento às representadas dos Segundos Outorgantes o acima identificado prédio, com exceção apenas da casa do porteiro, com entrada pelo lote vinte e dois acima identificado, nos termos e com as cláusulas e condições constantes dos artigos seguintes:-----

-----Primeiro-----

-----O arrendamento tem por objecto a instalação e funcionamento dos Serviços da Fundação das Universidades, do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas e da Associação das Universidades de Língua Portuguesa e das unidades a eles ligadas.-----

-----Segundo-----

----- O arrendamento tem a duração efectiva de cinco anos, com início em um de Fevereiro de mil novecentos e noventa e nove e termo em trinta e um de Janeiro de dois mil e quatro.-----

-----Terceiro-----

----- O presente contrato de arrendamento renova-se, tacitamente, no fim do prazo por períodos sucessivos de um ano, se não for denunciado por qualquer das partes, nos termos estabelecidos na Lei e neste contrato. -----

-----Quarto-----

----- A denúncia do contrato de arrendamento ou da sua renovação em curso, por qualquer das partes, poderá ser efectuada mediante aviso prévio de cento e oitenta dias, através de carta registada. - -----

-----Quinto-----

----- A renda mensal é do valor de milhão duzentos e cinquenta mil escudos e será paga pela Fundação das Universidades Portuguesas no primeiro dia útil do mês anterior àquele a que respeitar, na sede da senhoria ou no local que, previamente e por escrito, esta vier a indicar para o efeito, sem prejuízo do facto de em idêntico prazo a Câmara fazer entrega à Fundação de quantitativo correspondente a um quinto do valor da renda. -----

-----Sexto-----

----- A renda mensal sofrerá as actualizações legalmente estabelecidas. -----

-----Sétimo-----

----- As arrendatárias não poderão efectuar quaisquer obras no prédio arrendado sem prévia autorização escrita da senhoria. -----

-----Oitavo-----

----- Ficam, contudo, desde já autorizadas as obras descritas na memória descriptiva que se arquiva e fica a fazer parte integrante desta escritura. -----



-----Nono-----

-----As obras ou benfeitorias introduzidas no prédio arrendado ficarão a pertencer à senhoria sem que as arrendatárias possam exigir qualquer indemnização ou compensação e sem que possam alegar o direito de retenção, ficando a senhoria com a faculdade de exigir, no termo do contrato, a reposição do prédio arrendado no seu estado actual. -----

-----Décimo-----

-----Exceptuam-se do disposto no artigo anterior quaisquer equipamentos ou materiais amovíveis, que possam ser retirados sem prejuízo do prédio. -----

-----Décimo Primeiro-----

-----O prédio arrendado foi entregue às arrendatárias, no início do arrendamento, no estado de conservação em que se encontrava, livre e devoluto de pessoas ou móveis.-----

-----Décimo Segundo-----

-----No termo do arrendamento, o prédio arrendado será entregue à senhoria devidamente limpo e em estado de conservação equivalente ao existente à data do início do arrendamento, salvaguardadas as deteriorações decorrentes de um uso prudente e normal. -----

-----Décimo Terceiro-----

-----As arrendatárias cuidarão da limpeza e da manutenção dos jardins e das infraestruturas do prédio arrendado, suportando os respectivos encargos. -----

-----Décimo Quarto-----

-----As arrendatárias obrigam-se ao pagamento dos fornecimentos de água, electricidade, gás, telefone e fax, relativos aos consumos praticados no prédio arrendado durante a vigência do arrendamento. -----

-----Décimo Quinto-----

-----As arrendatárias são as únicas responsáveis por dívidas, compromissos, indemnizações, compensações e encargos perante terceiros e no que se refere ao período de

vigência do arrendamento, independentemente dos termos, pontuais ou substanciais, com que forem assumidas, de tal modo que à senhoria não advenham quaisquer prejuízos, encargos ou responsabilidades.”-----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

86 – PROJECTO BASE DO CENTRO CULTURAL JOSÉ DE CASTRO: -----

----- I – O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Presidente:-----

----- “O Centro Cultural José de Castro que a Câmara pretende construir implanta-se no espaço constituído pelo edifício do antigo infantário Primeiro de Maio, logradouro ocupado actualmente por barracões e jardim (área adquirida recentemente) que pertencia à antiga Quinta do Palácio dos Viscondes de Garrett.-----

----- O projecto base junto ao processo, respeita os pressupostos apresentados no estudo prévio aprovado pela Câmara.-----

----- O edifício é constituído por duas áreas distintas ligadas por um átrio de triplo pé direito com cobertura envidraçada: -----

----- Um – Área de exposições, bar, instalações sanitárias e administração.-----

----- Dois – Área de auditório, camarins e regie. -----

----- No jardim prevê-se que sejam realizadas actividades culturais ao ar livre a partir do palco exterior adoçado ao volume do auditório. -----

----- Estima-se que a obra de construção civil ronde os cento e setenta e dois mil contos. -

----- Arranjos exteriores quinze mil contos. -----

----- Equipamento de cena cinquenta e seis mil contos. -----

----- Atendendo a que o projecto base está concluído, propõe-se a sua aprovação.”-----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como aprovar em minuta esta parte da acta. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

87 – TRANSFERÊNCIA DE VERBA PARA A JUNTA DE FREGUESIA DE LINDA-A-VELHA:--

----- I – O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Presidente:-----

----- “Apresentou á Junta de Freguesia de Linda-a-Velha o relatório das actividades que desenvolveu na sua área de jurisdição no decurso do último trimestre de mil novecentos e noventa e nove.-----

----- Após verificação dos documentos e acções executadas, submete-se à aprovação do Executivo: -----

----- a) a transferência de dois milhões e quinhentos mil escudos para a Junta de Freguesia de Linda-a-Velha no âmbito do Protocolo de Delegação de Competências assinado com aquela autarquia. - -----

----- b) a sua proposta em minuta.” -----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

88 – MINUTA DE ACORDO DE GEMINAÇÃO ENTRE A VILA DE OEIRAS E A CIDADE DA RÉGUA: -----

----- I – O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Presidente:-----

----- “Um - A Câmara Municipal de Oeiras tem definida uma política de geminações, assente nos valores de cooperação entre comunidades locais e as virtualidades do intercâmbio entre Municípios e Regiões de territórios diferentes.-----

----- Dois - O estabelecimento desta cooperação tem como princípio orientador a constatação universal, de que só através do aprofundamento de relações fraternas e solidárias, se poderá contribuir para a divulgação de culturas locais, e que, por outro lado é através do conhecimento mútuo, que as comunidades poderão respeitar melhor os seus próprios valores e os de outras, contribuindo assim para o seu enriquecimento.-----

----- Três - A Câmara Municipal de Oeiras tem vindo a desenvolver esta política com outros Municípios do nosso País, da Europa, da América e com Autarquias de Países de Expressão Oficial Portuguesa, de forma a aproveitar as potencialidades que estes acordos podem proporcionar, designadamente no âmbito do intercâmbio de experiências e conhecimentos. -----

----- Quatro - Desde que foi iniciada esta aproximação com outros Municípios, que a Câmara considerou tão ou mais justificado o intercâmbio com outras Autarquias de Portugal, sobretudo as que envolvam geminações com comunidades ligadas à figura do Conde de Oeiras e Marquês de Pombal. -----

----- Também com este propósito foi em mil novecentos e oitenta e nove criada a Associação dos Municípios Pombalinos, de que a CMO é fundadora, conjuntamente com os Municípios de Pombal e de Vila Real de Santo António (geminados com Oeiras, desde respectivamente mil novecentos e oitenta e oito e mil novecentos e oitenta e nove). A este Grupo



juntou-se o Município da Marinha Grande, também geminado com Oeiras desde o passado mês de Maio.-----

-----Cinco - A Câmara Municipal da Régua, após o conhecimento do desenvolvimento deste processo, manifestou o seu interesse em vir a integrar esta Associação, mas após a celebração de um Acordo de Geminación com a Câmara Municipal de Oeiras.-----

-----Neste sentido, e verificando-se também o interesse de Oeiras nesta aproximação, considera-se ser de iniciar este processo, baseado na ligação histórico - cultural ao Conde de Oeiras e Marquês de Pombal, como impulsionador do desenvolvimento da Vila de Oeiras, nos seus aspectos urbanos, agrícolas e industriais, e grande impulsionador da Instituição da Real Companhia do Vinho do Porto em cuja zona a Cidade da Régua se integra.-----

-----Seis - Neste contexto propõe-se:-----

-----a) Que, seja aprovada a minuta de acordo que a seguir se transcreve, que iniciará o processo de Geminación entre os Municípios de Oeiras e da Régua;-----

-----b) Que esta proposta seja aprovada em minuta”. -----

-----“Acordo de Geminación entre a Vila de Oeiras e a Cidade da Régua -----
É intenção das Câmaras Municipais de Oeiras e da Régua, atendendo a que :-----

-----Um-----

A história da Vila de Oeiras e da Cidade da Régua está profunda e irreversivelmente ligada à figura insigne de Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras em mil setecentos e cinquenta e quatro, impulsionador do desenvolvimento da Vila de Oeiras, nos seus aspectos urbanos, agrícolas e industriais e grande impulsionador da Instituição da Real Companhia do Vinho do Porto em cuja zona a Cidade da Régua se integra; -----

-----Dois-----

Existe um importante património histórico e cultural comum, ao qual as duas Autarquias pretendem atribuir papel relevante; -----

-----Três-----

Necessário se torna valorizar tal património, através de acções conjuntas, que dignifiquem os dois Municípios e chamem a atenção das populações, para que estas se apercebam que é forçoso defendê-lo e promover a sua divulgação; -----

-----Quatro-----

É do interesse da Vila de Oeiras e da Cidade da Régua, o desenvolvimento de um programa que intensifique o intercâmbio cultural, social e turístico, concretizando a pretensão da difusão recíproca destas actividades, de forma a aprofundar as boas relações de amizade e compreensão já existentes. -----

Celebrar um Acordo de Geminação, cujos princípios gerais deverão contemplar um total intercâmbio de todas as actividades sociais, desportivas, culturais, turísticas e económicas. -----

Com a finalidade de garantir a execução dos objectivos propostos, cada uma das Autarquias obriga-se a: -----

- a) Nomear uma Comissão encarregada de acompanhar as realizações constantes deste Acordo de Geminação; -----
- b) Levar ao conhecimento da outra, até trinta de Novembro, as actividades que se propõe desenvolver no ano seguinte, no âmbito do presente Acordo. -----

Oeiras, Paços do Concelho, aos...dias do mês de... de dois mil-----

O Presidente da Câmara Municipal de Oeiras – Isaltino Afonso Morais -----

O Presidente da Câmara Municipal da Régua – Vitor Manuel Ribeiro Fernandes de Almeida.” --

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

89 – PROJECTO DE EXECUÇÃO DE ESTRADA ALTERNATIVA DE ACESO AO BAIRRO E À FUTURA ESCOLA EB 2.3 DE CAXIAS – CP 05.04.02.17:-----

----- I – O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Presidente:-----

----- “O Bairro da Pedreira Italiana é servido apenas por uma estrada de acesso.-----

----- Imediatamente a sul do Bairro irá ter lugar a futura Escola EB Dois.Três de Caxias. Uma das condições para a sua construção prende-se com a necessidade de assegurar os devidos acessos à Escola. -----

----- Tal como o nome o denuncia, a Pedreira Italiana localiza-se rodeada por uma zona de pedra declivosa o que acentua o seu isolamento, apesar do seu contínuo crescimento. -----

----- É neste contexto que foi elaborado o Projecto de Execução da Estrada Alternativa ao Bairro, obra que necessitará de grande movimentação de terras, mas que para além de vir resolver a questão dos acessos (ao Bairro e a Escola), possibilita a estabilização dos terrenos e reorganização desta paisagem ferida pela actividade de antigas pedreiras. -----

----- O Projecto de Execução encontra-se concluído e a obra está orçamentada em noventa e nove milhões seiscentos e sessenta e sete mil novecentos e quarenta e um escudos. -----

----- A este respeito se informou na informação cento e sessenta e um, de dois mil, do Gabinete de Projectos Especiais. -----

----- Nesta conformidade, propõe-se:-----

----- - A aprovação do Projecto de Execução da Estrada Alternativa de acesso à Pedreira Italiana. -----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como aprovar em minuta esta parte da acta. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

90 – CEDÊNCIA DE TERRENO – PROMAX, S.A. – A.L. Nº 13/99:-----

----- I – O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Presidente:-----

----- “Através do requerimento número novecentos e oitenta, de dois mil, de vinte e cinco de Janeiro, vem a Sociedade Comercial denominada Promax – Promoção Imobiliária, Sociedade Anónima, pessoa colectiva número quinhentos e três milhões trezentos e sessenta e um mil quinhentos e vinte e seis, com sede na Rua António Sardinha, número quatro, segundo direito, Venteira-Amadora, titular do alvará de loteamento número treze, de noventa e nove, solicitar autorização para efectivação das cedências dos terrenos do referido alvará.-----

----- Assim, e de harmonia com o disposto na alínea h), do número um, do artigo sexagésimo quarto, da Lei número cento e sessenta e nove, de noventa e nove, de dezembro de Setembro, proponho que seja aceite por esta Câmara Municipal a cedência de terrenos com a área total de dezanove mil e setecentos metros quadrados, destinada a integrar os bens do domínio privado do Município.” -----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

**91 – PEDIDOS DE VISTORIA AO ABRIGO DO ARTº. 10º DO R.G.E.U. – NOTIFICAÇÃO
PARA EXECUÇÃO DE OBRAS – DFS Nº.S: 367, 382, 554, 555, 561, 577, 688, 798, 800, 821, 835,
920 E 932/00:** -----

----- I – O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Face às vistorias efectuadas pela respectiva Comissão resultantes de pedidos anteriormente requeridos pelos respectivos inquilinos, proponho, que esta Câmara Municipal delibere, em conformidade com o artigo décimo, do Regulamento Geral de Edificações Urbanas, notificar os proprietários dos imóveis abaixo discriminados a proceder às obras de beneficiação e salubridade, constantes dos respectivos autos de vistoria: -----

----- José da Cruz Loureiro, proprietário do prédio sito no Dafundo, Rua Direita do Dafundo, número setenta e nove, terceiro esquerdo. -----

----- Ana Maria Semião, proprietária do prédio sito em Oeiras, Rua de Belém, número vinte e dois, rés-do-chão direito. -----

----- Administração do prédio sito em Oeiras, Rua de Belém, número vinte e dois. -----

----- Administração do prédio sito em Linda-a-Velha, Rua Bernardo Santareno, número um. -----

----- José Roma, proprietário do prédio sito em Linda-a-Velha, Rua Bernardo Santareno, número um, rés-do-chão direito. -----

----- Maria do Rosário Nogueira, proprietária do prédio sito em Porto Salvo, Rua Rainha Dona Amélia, número vinte e oito, primeiro. -----

----- Lexdamus, Administração e Gestão de Imóveis, administrador do prédio sito em Carnaxide, Rua Amélia Rey Colaço, número dezoito. -----

----- Teresa Maria de Magalhães Rustangy, proprietária do prédio sito na Terrugem, Rua Angelique Roblle Barata, número seis, rés-do-chão direito. -----



-----M. Felix e Silva, Limitada, proprietário do prédio sito em Algés, Avenida Combatentes da Grande Guerra, número cento e trinta e oito, primeiro esquerdo. -----

-----Teresa Maria Correia Labrincha, proprietária do prédio sito em Carnaxide, Rua Almeida Garrett, número quatro, primeiro esquerdo. -----

-----Francisca Coelho Ferro Pires, proprietária do prédio sito na Cruz-Quebrada, Largo São João, número dois, primeiro esquerdo. -----

-----Hartmut Wittenburg, proprietário do prédio sito em Nova-Oeiras, Rua Quinta das Palmeiras, número setenta e nove, primeiro esquerdo. -----

-----Maria de Fátima Coelho Velade Ferreira, proprietária do prédio sito em Carnaxide, Rua Manuel Teixeira Gomes, número cinquenta e sete, quarto A.-----

-----Administração do prédio sito em Oeiras, Rua Pina Manique, Bloco C-Três. -----

-----Que mais seja deliberado dar conhecimento aos requerentes dos resultados das vistorias.” - -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta.-----

O Presidente,

-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

92 – ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÓMICO-FINANCEIRA TENDO EM VISTA A CONSTITUIÇÃO DE UMA EMPRESA MUNICIPAL DE GESTÃO DE EQUIPAMENTOS SÓCIO-CULTURAIS – CP 02.02.07.01:-----

----- I – O Senhor Vereador Arnaldo Pereira apresentou à Câmara a seguinte proposta: ---

----- “Reconhecida a necessidade de se encomendar um estudo de viabilidade económico-financeira, tendo em vista uma eventual constituição de uma empresa municipal de gestão de equipamentos sócio-culturais, foi efectuada uma consulta a dois técnicos da especialidade, que apresentaram as seguintes propostas:-----

----- - Doutor Vitor Tavares Castro – novecentos mil escudos acrescido de IVA. -----

----- - Doutor Luís Paulo Pereira – de um milhão e quinhentos mil escudos até um máximo de dois milhões e quinhentos mil escudos acrescido de IVA. -----

----- Assim sendo, propõe-se que a Câmara encomende o estudo de viabilidade económico-financeira ao técnico que apresentou a proposta de menores custos, ou seja, ao Doutor Vitor Tavares de Castro.” -----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

93 – PROTOCOLO DE ADESÃO À CRIAÇÃO DA “ORQUESTRA DE CÂMARA DE CASCAIS E OEIRAS” – CP 02.01.07.42.: -----

----- I – O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “No âmbito da colaboração intermunicipal entre as autarquias de Oeiras e de Cascais na área da Cultura propõe-se a criação de uma Orquestra de Câmara afecta a ambos os municípios. Trata-se de uma Associação sem fins lucrativos, dando continuidade a actividades meritórias do domínio musical já desenvolvidas como “Orquestra de Câmara de Cascais” (formalmente criada em mil novecentos e noventa e seis pela CMC, com o apoio técnico da Associação Internacional de Música da Costa do Estoril). -----

----- Esta orquestra desenvolverá a sua actividade no âmbito do ensino, divulgação e fomentação do gosto pela música. -----

----- Pelo exposto, e considerando ainda a necessidade de oferecer aos municípios e visitantes alternativas de actividade e desenvolvimento na área musical, propõe-se à CMO deliberar a aprovação do Protocolo de adesão deste município à criação da “Orquestra de Câmara de Cascais e de Oeiras”, o qual a seguir se transcreve.-----

----- Mais se propõe a sua aprovação em minuta.” -----

----- “Protocolo -----

Entre -----

A Câmara Municipal de Oeiras, pessoa colectiva número quinhentos milhões setecentos e quarenta e cinco mil novecentos e quarenta e três, com sede no Largo Marquês de Pombal, em Oeiras, representada pelo seu Presidente, Isaltino Afonso de Moraes, adiante designada abreviadamente por CMO-----

E -----

A Câmara Municipal de Cascais, pessoa colectiva número seiscentos e oitenta milhões dezasseis



mil e trinta e um, com sede no Largo Cinco de Outubro, em Cascais, representada pelo seu Presidente, José Luís Judas, adiante designada abreviadamente por CMC -----

E-----

A Orquestra de Câmara de Cascais e Oeiras, pessoa colectiva com o número quinhentos e quatro milhões seiscentos e dezassete mil setecentos e vinte e nove, com sede provisória na Quinta do Junqueiro, lote doze, terceiro B, dois mil setecentos e setenta e cinco - quinhentos e setenta e dois Parede, representada pelo seu Presidente da Direcção, Nikolay Sebastianov Lalov e por Aida Silva Cornélio, tesoureira e membro da Direcção, adiante designada abreviadamente por OCCO. -----

Considerando:-----

A – Que as Câmaras Municipais de Cascais e Oeiras vêm dando à cultura a dignidade que lhe é devida, assim procurando reforçar essa dimensão nos respectivos Municípios, estruturando-os para além das necessidades básicas e quotidianas e promovendo a implantação de comunidades modernas e integradas;-----

B – Que a OCCO, associação sem fins lucrativos, recém criada mas herdeira de actividades meritórias no domínio musical – atentas as individualidades que a integram – tem a potencialidade de alicerçar uma orquestra intermunicipal, polarizando o ensino, a divulgação e o gosto pela música; -----

C – Que é necessário oferecer aos municípios e aos visitantes, alternativas de actividade e desenvolvimento, com dimensão e prestígio que promovam os Concelhos de Cascais e Oeiras,---
É celebrado o presente Protocolo para a criação e funcionamento de uma Orquestra de Câmara, que se rege pelas seguintes cláusulas e cujas condições aqui se dão como transcritas e que as partes se obrigam a cumprir integralmente.-----

-----Primeira-----

-----Objecto e Fins-----

Um – A CMO e a CMC propõem-se patrocinar a actividade da OCCO por forma a promover a actividade da Orquestra, a formação de instrumentistas e a divulgação musical. -----

Dois – A OCCO propõe-se desenvolver um programa integrado de actividades nos domínios acima identificados que proporcione, na área dos municípios signatários, a existência de temporadas regulares anuais de espectáculos musicais e de actividades de formação de instrumentistas e de divulgação musical.-----

-----Segunda-----

-----Atribuições e Prerrogativas da CMO e CMC-----

Um – A CMO e a CMC comprometem-se a promover, apoiar e acompanhar as actividades da OCCO mediante conhecimento e aprovação prévias das mesmas. -----

Dois – A CMO e a CMC poderão fazer-se representar no Conselho Consultivo da OCCO nos termos estatutários desta.-----

Três – A CMO e a CMC atribuirão, cada uma delas, à OCCO, um subsídio anual de quinze milhões de escudos, o qual será actualizado em cada ano de acordo com a taxa oficial de inflação, sem habitação, publicada pelo INE e relativa ao ano anterior.-----

Quatro – Os subsídios previstos no número anterior serão atribuídos em três prestações anuais correspondentes a cinquenta por cento até final de Maio, quarenta por cento até final de Setembro e dez por cento até final de Dezembro.-----

Cinco – A todo o tempo, poderão a CMO e a CMC solicitar a demonstração da aplicação dos subsídios atribuídos. -----

-----Terceira-----

-----Atribuições e Prerrogativas da OCCO-----

Um – São atribuições da OCCO:-----

a) Organizar e realizar uma temporada anual nos Concelhos de Cascais e Oeiras com pelo menos dez concertos em cada autarquia;



b) Promover e implantar a formação de instrumentistas, ligando a actividade artística com a acção formativa; -----

c) Desenvolver iniciativas tendentes à divulgação da música;-----

d) Estabelecer com as Câmaras Municipais signatárias programas anuais de animação musical nas escolas dos respectivos Concelhos.-----

Dois – Deve a OCCO apresentar à CMO e à CMC, até trinta e um de Março de cada ano, um relatório de actividades desenvolvidas no âmbito deste protocolo, bem como um exemplar do seu relatório e contas anuais.-----

Três – Até ao final de Fevereiro, no seu primeiro ano de vigência deste protocolo, e até ao final de Outubro, nos anos seguintes, deve a OCCO apresentar à CMO e à CMC um plano de actividades para o ano subsequente.-----

-----Quarta-----

-----Prazo e Renovação-----

O presente protocolo vigorará pelo prazo de dois anos, com início na data da sua celebração, automaticamente renovável caso nenhuma das partes manifeste às outras vontade em contrário, com a antecedência mínima de noventa dias sobre o termo do prazo ou suas renovações.-----

-----Quinta-----

-----Denúncia-----

Um – O disposto na cláusula anterior não prejudica a denúncia do presente protocolo fundada em incumprimento.-----

Dois – A parte não faltosa notificará por escrito a parte faltosa, em prazo razoável, no sentido de sanar o incumprimento ou cumprimento defeituoso, após o qual, não havendo sanação, será o incumprimento havido como definitivo, podendo a parte não faltosa denunciar o protocolo. -----

... de Março de dois mil -----

a Câmara Municipal de Cascais – O Presidente – José Luís Judas-----

a Câmara Municipal de Oeiras – O Presidente – Isaltino Afonso Moraes -----
a Orquestra de Câmara de Cascais e Oeiras – O presidente da Direcção – Nikolay Savastianov
Lalov -----
a Orquestra de Câmara de Cascais e Oeiras – Tesoureira – Aida Silva Cornélio.” -----
----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

**94 – APROVAÇÃO DAS NORMAS REGULAMENTARES DO XIII SALÃO LIVRE DE HUMOR NACIONAL E XIV SALÃO NACIONAL HUMOR DE IMPRENSA – OEIRAS 2000 – CP
02.01.07.05.:-----**

----- I – O Senhor Vice Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “A Câmara Municipal de Oeiras, colabora desde mil novecentos e noventa e um, na organização do Salão Nacional de Caricatura (iniciativa do Doutor Osvaldo de Sousa, que lidera a criação da Sociedade dos Humoristas Portugueses – Humorgrafe), através do qual são atribuídos anualmente prémios nacionais de Jornalismo Gráfico – Humorístico. -----

----- À semelhança do ano anterior, o Salão realizar-se-á dividido em duas partes específicas: o Salão Livre de Humor Gráfico Nacional, que tem mantido viva a veia de antigos Cartoonistas, assim como descoberto novos valores; e o Salão Nacional de Humor de Imprensa, que conta com a participação de todos os Caricaturistas, Humoristas e Cartoonistas, que publicaram trabalhos em mil novecentos e noventa e nove, na Imprensa Portuguesa.-----

----- Considerando este evento, o de maior relevância para o Humor Gráfico Nacional, não só pelo número de artistas nacionais presentes, como pela qualidade das obras apresentadas, e de forma a dar continuidade a esta acção propõe-se: -----

----- Um – A aprovação das Normas Regulamentares que a seguir se transcrevem;-----

----- Dois – A realização do Décimo Terceiro Salão Livre de Humor – Oeiras Dois Mil, no período de dezasseis de Setembro a oito de Outubro, na Galeria Municipal Palácio Anjos, em Algés; -----

----- Três – A realização do Décimo Quarto Salão Nacional Humor de Imprensa – Oeiras Dois Mil, no período de dezassete de Junho a nove de Julho, na Galeria Municipal Lagar de Azeite, em Oeiras;-----

----- Quatro – Que o trabalho de organizar/programar, montar e desmontar as exposições



acima referidas, seja efectuado pelo Doutor Osvaldo de Sousa, Director da Humorgrafe. -----

-----Mais se propõe a aprovação em minuta.” -----

-----“Regulamento do Décimo Terceiro Salão Livre de Humor Nacional -----

-----Oeiras Dois Mil -----

-----Organização: Câmara Municipal de Oeiras -----

-----Produção: Humorgrafe -----

-----Um – Aberto à participação de todos os artistas gráficos com humor, que até ao momento não tenham sido galardoados no Salão Nacional Humor de Imprensa.-----

-----Dois – Cada artista pode enviar até cinco trabalhos, formato não superior a A Três, aberto a todas as técnicas e estilos, como caricatura, cartoon, desenho de humor, tira, prancha de banda desenhada... devendo estes vir identificados no verso com nome, morada e idade.-----

-----Três – Os trabalhos serão julgados por um júri constituído por: um representante da Câmara Municipal de Oeiras; o Presidente da Humorgrafe; um representante da Fundação Marquês de Pombal, um artista plástico e três caricaturistas convidados , sendo outorgados os seguintes prémios: -----

----- Grande prémio do Salão Livre (no valor de trezentos mil escudos) -----

----- Prémio Humor Salão Livre -----

----- Prémio Caricatura Salão Livre -----

----- Prémio Temático Salão Livre (este ano o tema proposto é “Solidariedade”)-----

----- Prémio Banda Desenhada Salão Livre (para trabalhos de Banda Desenhada em história de uma só prancha) -----

----- Prémio Humor Instituto de Juventude (para o melhor trabalho apresentado por jovens até aos vinte e seis anos) no caso deste Instituto patrocinar.-----

----- (no valor nominal de duzentos mil escudos cada). -----

----- Quatro – O júri outorga-se o direito de não expor trabalhos que não atinjam a

qualidade mínima exigida. -----

----- Cinco – Os trabalhos premiados ficam automaticamente adquiridos pela Humorgrafe como espólio do Museu do Humor. Todos os outros serão enviados após a exposição.-----

----- Seis – Os direitos de reprodução são propriedade da organização logo que seja para promoção desta Salão/Museu, e discutidos pontualmente com os autores, no caso de outras utilizações. -----

----- Sete – Os trabalhos devem ser enviados até trinta de Junho para o Doutor Osvaldo de Sousa – Décimo Terceiro Salão Livre de Humor Nacional – Sector de Acção Cultural – Câmara Municipal de Oeiras – Largo Marquês de Pombal – dois mil setecentos e oitenta – quinhentos e um Oeiras. -----

Oito – O Décimo Terceiro Salão Livre de Humor realiza-se de dezasseis de Setembro a oito de Outubro na Galeria Municipal Palácio Anjos (Algés). -----

----- Regulamento do Décimo Quarto Salão Nacional Humor de Imprensa -----

----- Oeiras Dois Mil -----

----- Organização: Câmara Municipal de Oeiras -----

----- Produção: Humorgrafe -----

----- Um – Aberto à participação de todos os artistas que publicaram trabalhos durante o ano de mil novecentos e noventa e nove, na imprensa portuguesa (nacional ou regional) em caricatura, cartoon, desenho de humor, ilustração, tira cómica, prancha, banda desenhada...-----

----- Dois - Cada artista pode enviar até oito trabalhos, devendo estes vir identificados no verso com nome, morada e jornal onde foram publicados. -----

----- Três – Os trabalhos serão apreciados por um júri constituído por um representante da Câmara Municipal de Oeiras, o Presidente da Humorgrafe, um representante da Fundação Marquês de Pombal, e outros elementos a estudar durante o ano. -----

----- Quarto – Serão outorgados os seguintes Prémios: -----



----- Grande Prémio do Décimo Quarto Salão Nacional de Humor de Imprensa (no valor de setecentos e cinquenta mil escudos) -----

----- Prémio Nacional de Caricatura de Imprensa (no valor de trezentos e cinquenta mil escudos) -----

----- Prémio Nacional Cartoon de Imprensa (no valor de trezentos e cinquenta mil escudos) -----

----- Prémio Nacional Humor de Imprensa (no valor de trezentos e cinquenta mil escudos)

----- Prémio Nacional Ilustração de Imprensa (no valor de trezentos e cinquenta mil escudos) -----

----- Cinco – O galardoado com o Grande Prémio, compromete-se para no ano seguinte realizar o cartaz/capa. -----

----- Seis – Os trabalhos premiados ficam automaticamente adquiridos pela Humorgrafe como espólio do Museu do Humor. Todos os outros serão enviados após a exposição. -----

----- Sete – Os direitos de reprodução são propriedade da organização logo que seja para promoção deste Salão/Museu, e discutidos pontualmente com os autores, no caso de outras utilizações. -----

----- Oito – Os trabalhos devem ser enviados até um de Maio para o Doutor Osvaldo de Sousa – Décimo Quarto Salão Nacional de Humor de Imprensa – Sector de Acção Cultural – Câmara Municipal de Oeiras – Largo Marquês de Pombal – dois mil setecentos e oitenta – quinhentos e um Oeiras. -----

----- Nove – O Décimo Quarto Salão Nacional de Humor de Imprensa realiza-se de dezassete de Junho a nove de Julho de dois mil na Galeria Municipal “Lagar de Azeite” (Oeiras).” - -----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,

-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

95 – CONCURSO LIMITADO SEM APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS PARA O FORNECIMENTO CONTÍNUO DE DIVERSOS PRODUTOS QUÍMICOS DESTINADOS À LIMPEZA E DESINFECÇÃO DOS MERCADOS MUNICIPAIS DURANTE O ANO DE 2000 – CP 08.02.06.03.: -----

----- I – O Senhor Vereador Emanuel Martins apresentou à Câmara a seguinte proposta:--

----- “Considerando a necessidade da aquisição de diversos produtos químicos para a limpeza e desinfecção dos Mercados Municipais, torna-se necessária a efectivação de um processo de consulta ao mercado, pelo que, proponho: -----

----- - A aprovação do programa de concurso e do caderno de encargos; -----

----- - A abertura de concurso ao abrigo da alínea c), do número um, do artigo septuagésimo oitavo, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de Junho; - -----

----- - A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

96 – PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DO PARQUE HABITACIONAL – OBRAS DE BENEFICIAÇÃO – AUTO DE MEDIÇÃO – CP 05.01.03.07.:-----

----- I – O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “De acordo com a informação seiscentos e treze, de dois mil, do Departamento de Habitação, propõe-se:-----

----- Um – O pagamento do auto de medição, no valor de um milhão quarenta e três mil setecentos e noventa e cinco escudos, à firma Sociedade de Construções José Moreira, Limitada.

----- Dois - Aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

**97 – OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE 303 FOGOS NA PORTELA DE CARNAXIDE – AUTO DE
MEDIÇÃO Nº 7 B – TRABALHOS A MAIS – CP 05.01.02.03.: -----**

----- I – O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “De acordo com a informação seiscentos e setenta e seis, de dois mil, do Departamento de Habitação, propõe-se: -----

----- Um – O pagamento do auto de medição número sete B (trabalhos a mais), no valor de dezanove milhões quinhentos e setenta e quatro mil quatrocentos e cinquenta e oito escudos, à firma Edificadora Luz & Alves, referente ao mês de Janeiro de dois mil.-----

----- Dois – Aprovação desta proposta em minuta.”-----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

**98 – OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE 303 FOGOS NA PORTELA DE CARNAXIDE – AUTO DE
MEDIÇÃO Nº 8-I – TRABALHOS NORMAIS DE INFRA-ESTRUTURAS – CP 05.01.02.03.: -----**

----- I – O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “De acordo com a informação seiscentos e sessenta e dois, de dois mil, do Departamento de Habitação, propõe-se: -----

----- Um – O pagamento do auto de medição número oito – I (trabalhos normais de infra-estruturas), no valor de dez milhões trezentos e quarenta e oito mil duzentos e quarenta e quatro escudos, à Firma Edificadora Luz & Alves, referente ao mês de Janeiro de dois mil. -----

----- Dois – A aprovação desta proposta em minuta.”-----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

**99 – OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE 303 FOGOS NA PORTELA DE CARNAXIDE – AUTO DE
MEDIÇÃO Nº 21 – TRABALHOS NORMAIS – CP 05.01.02.03.: -----**

----- I – O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “De acordo com a informação seiscentos e setenta e sete, de dois mil, do Departamento de Habitação, propõe-se: -----

----- Um – O pagamento do auto de medição número vinte e um (trabalhos normais), no valor de trinta e quatro milhões quinhentos e vinte e três mil quinhentos e vinte e oito escudos, à Firma Edificadora Luz & Alves, referente ao mês de Janeiro de dois mil. -----

----- Dois – Aprovação desta proposta em minuta.”-----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

100 – DIM/DEIM - 71/97 – JARDIM DE INFÂNCIA Nº 2 DE OEIRAS – APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 6º AUTO DE MEDUIÇÃO DE TRABALHOS (ÚLTIMO) – CP 01.01.03.03.:---

----- I – O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “No âmbito da empreitada designada em epígrafe, a empresa fiscalizadora O.P.P.I – Organização Portuguesa de Projectos Industriais, Sociedade Anónima, juntamente com o representante do adjudicatário procederam à elaboração do sexto auto de medição de trabalhos que importa em onze milhões seiscentos e dezassete mil seiscentos e cinquenta e nove escudos, o qual corresponde a:-----

----- Trabalhos previstos – sete milhões oitocentos e noventa e um mil quinhentos e oitenta e quatro escudos -----

----- Trabalhos a mais de natureza prevista – um milhão quinhentos e noventa e um mil quatrocentos e sessenta e cinco escudos -----

----- Trabalhos a mais de natureza não prevista – dois milhões cento e trinta e quatro mil seiscentos e dez escudos. -----

----- Segundo a informação número duzentos e trinta, de dois mil, do Serviço de Edifícios e Infra-Estruturas Municipais, os trabalhos a mais não se encontram todos aprovados, pois por se tratar de uma obra por série de preços, surgiram diferenças nas quantidades, assim temos: -----

----- Trabalhos a mais / Aprovados / Não Aprovados / Total -----

----- Trabalhos a mais de natureza prevista / um milhão oitenta mil e quarenta e cinco escudos (Despesa dezoito de Agosto de noventa e nove) / quinhentos e onze mil quatrocentos e vinte escudos / um milhão quinhentos e noventa e um mil quatrocentos e sessenta e cinco escudos -----

----- Trabalhos a mais de natureza não prevista / duzentos e trinta e nove mil e cem escudos (Despesa dezoito de Agosto de noventa e nove) um milhão quatro mil e quatrocentos



escudos (R.C. oito de Setembro de noventa e nove) / oitocentos e noventa e um mil cento e dez escudos / dois milhões cento e trinta e quatro mil seiscentos e dez escudos -----

----- Total / dois milhões trezentos e vinte e três mil quinhentos e quarenta e cinco escudos / um milhão quatrocentos e dois mil quinhentos e trinta escudos / três milhões setecentos e vinte e seis mil e setenta e cinco escudos. -----

----- A percentagem de trabalhos a mais realizados no presente auto é de dezassete vírgula oito por cento. ----- .

----- Os preços unitários para os trabalhos a mais de natureza não prevista mereceram parecer favorável da fiscalização. -----

----- Por se tratar do último auto de medição verificou-se ainda a existência de trabalhos a menos no montante de seiscentos e cinquenta e um mil quatrocentos e cinquenta escudos. ----- .

----- Os trabalhos a mais para os quais se pretende aprovação (um milhão quatrocentos e dois mil quinhentos e trinta escudos), tendo em conta o valor dos trabalhos a menos (seiscentos e cinquenta e um mil quatrocentos e cinquenta escudos), importam num agravamento de custos para a empreitada no montante de setecentos e cinquenta e um mil e oitenta escudos a que corresponde a percentagem parcial de três vírgula seis por cento e a total de trinta e oito vírgula um por cento. -----

----- Ainda segundo a mesma informação número duzentos e trinta, de dois mil, do Serviço de Edifícios Municipais os trabalhos foram executados em boas condições, pelo que, ---

----- Em face do que antecede, proponho:-----

----- A aprovação dos preços unitários para os trabalhos a mais de natureza não prevista;

----- A aprovação de trabalhos a mais no valor de um milhão quatrocentos e dois mil quinhentos e trinta escudos, mais IVA;-----

----- A aprovação de trabalhos a menos no montante de seiscentos e cinquenta e um mil quatrocentos e cinquenta escudos;-----

----- A aprovação do auto de medição de trabalhos número seis, no valor de onze milhões seiscentos e dezassete mil seiscentos e cinquenta e nove escudos, mais IVA;-----

----- Devido à aplicação de multa por incumprimento dos prazos contratuais, no montante de quatro milhões cento e oitenta e oito mil quatrocentos e quarenta e cinco escudos, dedução deste valor no presente auto por ser o último; -----

----- Pagamento restante do valor do auto, após dedução da multa, no montante de sete milhões quatrocentos e vinte e nove mil duzentos e catorze escudos (onze milhões seiscentos e dezassete mil seiscentos e cinquenta e nove escudos menos quatro milhões cento e oitenta e oito mil quatrocentos e quarenta e cinco escudos) acrescido de trezentos e setenta e um mil quatrocentos e sessenta e um escudos de IVA à taxa de cinco por cento à firma Construções Santos Costa & Rua, Limitada;-----

----- A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

101 - 1^a ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL 2000 – PPI E MOAF – SMAS: -----

----- I – A Senhora Vereadora Teresa Zambujo apresentou à Câmara a seguinte proposta:

----- “Considerando que: -----

----- Um - Na sequência da revisão às rubricas do Plano Plurianual de Investimentos - PPI foram necessárias efectuar as alterações constantes da informação e mapas em anexo que se resumem em: -----

----- Imobilizado em Curso: (menos) noventa e três mil e quinhentos contos -----

----- Terrenos e Recursos Naturais: (mais) seis mil contos -----

----- Edifícios e outras Construções: (mais) setenta e cinco mil contos -----

----- Equipamento Básico:(menos) seis mil e oitocentos contos-----

----- Equipamento Administrativo (mais) dezanove mil e trezentos contos-----

----- O Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora, reunido em reunião ordinária de treze de Março de dois mil, deliberou aprovar a Primeira Alteração Orçamental de dois mil constante dos respectivos mapas em anexo, tendo em conta a proposta de deliberação que se junta.-----

----- Face ao exposto proponho :-----

----- Um - A ratificação da aprovação da referida Alteração ; -----

----- Dois - A aprovação da presente proposta em minuta.” -----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

----- Os documentos em causa, dão-se aqui como transcritos, ficando arquivados em Pasta Anexa ao Livro de Actas, nos termos do artigo quinto, do Decreto-Lei número quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de Novembro de mil novecentos e sessenta e três, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei número trezentos e trinta e quatro, de oitenta e dois, de dezanove de Agosto. -----



O Presidente,

-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

102 – SISTEMA ADUTOR DA ZONA OCIDENTAL DO CONCELHO (SUBSISTEMA DE PORTO SALVO) CONDUTA ELEVATÓRIA DE VILA FRIA/PORTO SALVO – EMPREITADA POR AJUSTE DIRECTO: - SMAS:-----

----- I – A Senhora Vereadora Teresa Zambujo apresentou à Câmara a seguinte proposta:

----- “O Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora reunido em reunião ordinária de treze de Março de dois mil, deliberou aprovar, por ajuste directo, a adjudicação da empreitada supra referida à firma António Filipe Teodósio, Limitada, pelo valor total de trinta e um milhões cento e trinta e três mil quinhentos e oitenta e um escudos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, tendo em conta a proposta de deliberação junto ao processo.-----

----- Face ao exposto proponho:-----

----- Um - A ratificação da mencionada deliberação do Conselho de Administração dos SMAS, da aprovação da empreitada supra referida à firma António Filipe Teodósio, Limitada, pelo valor total de trinta e um milhões cento e trinta e três mil quinhentos e oitenta e um escudos, acrescido de IVA, à taxa legal em vigor;-----

----- Dois - Face à necessidade de dar execução imediata às relações contratuais e por motivos de urgência imperiosa, a dispensa de celebração de contrato escrito, nos termos da alínea b), do número um e número quatro, do artigo sexagésimo, do Decreto Lei cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito Junho;-----

----- Três - A aprovação da presente proposta em minuta.” -----

----- II – A pedido do Senhor Vereador Emanuel Martins, a Senhora Vereadora Teresa Zambujo esclareceu tratar-se de uma obra urgentíssima a fim de fazer face à estiagem, que se prevê acontecer mais cedo este ano, e que consiste na ligação a um reservatório da EPAL em Vila Fria. - -----



-----No uso da palavra o **Senhor Vereador Emanuel Martins** referiu que apesar de levar em consideração os esclarecimentos prestados pela Senhora Vereadora Teresa Zambujo e a preocupação que a época de estiagem tem que merecer por parte de todos, não se encontra em condições para votar esta proposta, motivo pelo qual se irá abster, para não inviabilizar a concretização da mesma. -----

-----Interveio, de seguida, o **Senhor Vereador Arnaldo Pereira** referindo que, de um modo geral, nunca coloca problemas às propostas do Conselho de Administração dos SMAS porque perfilha do ponto de vista de que os Serviços Municipalizados devem ter autonomia administrativa, financeira e de gestão, até precisamente para inviabilizar o argumento de que, sendo um organismo público, então sujeitos a normas pesadas de funcionamento, etc. -----

-----III – A Câmara, por maioria, com abstenção dos Senhores Vereadores Emanuel Martins e Maria Manuela Augusto, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,

-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

103 – PARQUEAMENTO PARA DEFICIENTE NA RUA PARQUE ANJOS, EM ALGÉS: -----

----- I – O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Através do requerimento datado de vinte e um de Dezembro de noventa e nove, registado nesta Câmara sob o número trinta e sete mil seiscentos e quarenta e três mil, de noventa e nove, Joaquim António Casa-Nova Peres, morador na Rua João Chagas, número quatro, quarto direito, em Algés, vem solicitar a criação de parqueamento para deficiente, junto ao número quatro da referida Rua, ou na Rua Parque Anjos, para o veículo de matrícula vinte e sete-vinte e nove-IJ.-----

----- Tendo concordado com o exposto na Informação número onze, de dois mil, da Divisão de Estudos e Projectos-Trânsito, proponho que a Câmara delibere aprovar:-----

----- - A criação de um lugar provisório de “parque privativo para deficiente” na Rua Parque Anjos, junto ao entroncamento com a Rua João Chagas, em Algés, para o veículo de matrícula vinte e sete-vinte nove-IJ;-----

----- - A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II- A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

104 – CRIAÇÃO DE SENTIDO ÚNICO NA RUA QUINTA DA TELHA, EM QUEIJAS:-----

----- I – O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Através do ofício registado nesta Câmara Municipal sob o número três mil seiscentos e noventa e cinco, em quatro de Fevereiro de dois mil, vem a Junta de Freguesia de Queijas, solicitar a criação de sentido único na Rua Quinta da Telha, desde o Largo Conde Rio Maior até ao Largo Primeiro de Dezembro, uma vez que se trata de uma rua antiga, muito estreita, sem condições para suportar os dois sentidos. -----

----- Tendo concordado com a Informação número setenta e três, de dois mil, Divisão de Estudos e Projectos – Trânsito, proponho que a Câmara delibere aprovar: -----

----- - A criação de sentido único Sul-Norte na Rua Quinta da Telha, desde o Largo Conde de Rio Maior até ao Largo Primeiro de Dezembro, em Queijas;-----

----- - A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes deliberou aprovar proposto.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

**105 – Pº 265 – DIM/DAD/98 – REPARAÇÃO/MANUTENÇÃO DE CALÇADAS EM OEIRAS,
PAÇO DE ARCOS E PORTO SALVO – APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 5º AUTO DE
MEDIÇÃO DE TRABALHOS – CP 09.01.03.03.:-----**

----- I – O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Pela Divisão de Administração Directa foi elaborado o quinto e último auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de dois milhões duzentos e trinta e oito mil cento e nove escudos, o qual corresponde a:-----

----- - Trabalhos previstos – seiscentos e trinta e oito mil cento e trinta e nove escudos -----

----- - Trabalhos a mais de natureza prevista – um milhão quinhentos e noventa e nove mil novecentos e setenta escudos -----

----- Em vinte nove de Julho de noventa e nove, foi aprovado antecipadamente trabalhos a mais, até ao valor da adjudicação.-----

----- Os trabalhos a mais foram aprovados na reunião de Câmara de treze de Outubro de noventa e nove.-----

----- Os trabalhos a mais implicam um encargo financeiro de quarenta e oito vírgula sete por cento.-----

----- Verificou-se ainda a existência de trabalhos a menos no montante de novecentos e onze mil e sessenta e oito escudos.-----

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: -----

----- - A aprovação dos trabalhos a menos no valor de novecentos e onze mil e sessenta e oito escudos; -----

----- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de dois milhões trezentos e cinquenta mil e catorze escudos, o qual inclui a importância de cento e onze



mil novecentos e cinco escudos de IVA à taxa de cinco por cento, e o sequente pagamento à empresa C.M.E. – Construção e Manutenção Electromecânica, Sociedade Anónima; -----
----- Aprovação desta proposta em minuta.” -----
----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,

-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

**106 – Pº 266 – DIM/DAD/98 – REPARAÇÃO/MANUTENÇÃO DE CALÇADAS EM ALGÉS,
DAFUNDÔ E LINDA-A-VELHA – APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 4º AUTO DE MEDIÇÃO
DE TRABALHOS – CP 09.01.03.03.: -----**

----- I – O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Pela Divisão de Administração Directa foi elaborado o quarto auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de oitocentos e vinte e dois mil duzentos e quarenta e cinco escudos, o qual corresponde a: -----

----- Trabalhos previstos – trezentos e noventa e oito mil trezentos e vinte e cinco escudos -----

----- Trabalhos a mais de natureza prevista – quatrocentos e vinte e três mil novecentos e vinte escudos. -----

----- Em vinte e nove de Junho de noventa e nove, foi aprovado antecipadamente trabalhos a mais, até ao valor da adjudicação. -----

----- Os trabalhos a mais foram aprovados na reunião de Câmara de treze de Outubro de noventa e nove -----

----- Os trabalhos a mais implicam um encargo financeiro de dezoito vírgula quatro por cento. -----

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: -----

----- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de oitocentos e sessenta e três mil trezentos e cinquenta e sete escudos, o qual inclui a importância de quarenta e um mil cento e doze escudos de IVA à taxa de cinco por cento, e o sequente pagamento à empresa C.M.E.–Construção e Manutenção Electromecânica, Sociedade Anónima;

----- - Aprovação desta proposta em minuta.” -----



-----II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,

-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

**107 – Pº 5/DH/00 – EMPREITADA DE OBRA PÚBLICA – ABERTURA DE CONCURSO
LIMITADO SEM APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS- PARQUE URBANO DO BAIRRO
DO POMBAL – EXECUÇÃO DE ARRUAMENTO E PARQUE DE ESTACIONAMENTO
(RENOVAÇÃO URBANA) – CP 05.04.02.05.: -----**

----- I – O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Segundo a informação número quatrocentos e setenta e quatro, de dois mil, do Departamento de Habitação, da Divisão de Promoção de Habitação, os trabalhos de movimentação de terras para implementação da via prevista em projecto, bem como os respeitantes a pavimentação não faziam parte do concurso de concepção/construção do Parque Urbano do Bairro do Pombal.-----

----- Tornando-se necessário proceder à execução do arruamento e parque de estacionamento, infra-estruturas necessárias e complemento dos trabalhos, procederam os serviços à elaboração do respectivo processo de concurso, constituído entre outros elementos, por convite, programa de concurso e caderno de encargos. -----

----- Para além disso a execução dos trabalhos, de acordo com o orçamento junto ao processo, está estimada em vinte e três milhões duzentos e cinquenta e dois mil e duzentos escudos. -----

----- Por esse facto e atendendo ao disposto no artigo quadragésimo oitavo, do Decreto-Lei número cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março e nomeadamente a alínea b), do seu número um, na nova redacção dada pela Lei número cento e sessenta e três, de noventa e nove, de catorze de Setembro, conjugado com o número três, do seu artigo quadragésimo sétimo, proponho que esta Câmara Municipal delibere: -----

----- - Abrir concurso limitado sem apresentação de candidaturas, com vista à adjudicação da empreitada designada em epígrafe;-----



----- Aprovar o processo de concurso, constituído por convite, programa de concurso, listagem de trabalhos, caderno de encargos e demais elementos que o constituem; -----

----- Designar a Comissão de Abertura das Propostas, constituída pelo Chefe da Divisão de Promoção de Habitação, que presidirá, engenheiro fiscal e Chefe da Repartição de Apoio Administrativo ao Departamento de Habitação; -----

----- Dispensar contrato escrito, atentas as disposições contidas sobre a matéria no Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de Junho e a deliberação tomada por esta Câmara Municipal, em reunião ordinária, realizada em vinte e três de Fevereiro do corrente ano; -----

----- Aprovar a presente proposta em minuta.” -----

----- II – Interveio a **Senhora Vereadora Maria Manuela Augusto** para se congratular com a construção deste Parque Urbano e Polidesportivo no Bairro do Pombal, embora lamente que esta estrutura não tenha sido pensada e construída aquando da construção do Bairro, ao que o **Senhor Vice-Presidente** respondeu que este processo foi alvo de um contencioso com o Ministério do Exército que embargou a obra e até chegou a pedir, inicialmente, cento e cinquenta mil contos pelo terreno. -----

----- III – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,

-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

108 – Pº 30-DIM/DAD/99 – PINTURAS EXTERIORES NA IGREJA DE NOSSA SENHORA DA ROCHA – LIQUIDAÇÃO DO 3º AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS – RECTIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO TOMADA NA REUNIÃO DE 08/03/00 – PONTO 81 – CP 02.03.03.02.: -----

----- I – O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Em reunião de Câmara realizada em oito de Março de dois mil, ponto oitenta e um, foi deliberado aprovar o terceiro auto de medição de trabalhos da empreitada em epígrafe. -----

----- Porém, por lapso foi indicado na proposta o montante global do auto de um milhão quatrocentos e cinco mil seiscentos e oitenta e oito escudos, com o IVA incluído à taxa de cinco por cento, quando deveria ter sido indicado o montante de um milhão quatrocentos e cinquenta e oito mil cento e oitenta e oito mil escudos, o qual inclui a importância de sessenta e nove mil quatrocentos e trinta e oito escudos de IVA à taxa de cinco por cento. -----

----- Em face do que antecede, proponho: -----

----- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de um milhão quatrocentos e cinquenta e oito mil cento e oitenta e oito escudos, o qual inclui a importância de sessenta e nove mil quatrocentos e trinta e oito escudos de IVA à taxa de cinco por cento, e o seguinte pagamento à firma Edisserra, Limitada; -----

----- Aprovação desta proposta em minuta.”-----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

109 – Pº 219 – DIM/DSA/99 – SISTEMA DE ALARME – ESCOLAS – APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DOS 1º, 2º, 3º E 4º AUTOS DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS – CP 01.05.05.05.: ---

----- I – O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Pela Divisão de Serviços de Apoio foram elaborados os primeiro, segundo, terceiro e quarto autos de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de quinhentos e vinte nove mil duzentos e trinta e oito escudos, um milhão quatrocentos e noventa mil e cinquenta e cinco escudos, um milhão quinhentos e sessenta e dois mil quinhentos e trinta e seis escudos e seiscentos e vinte e sete mil duzentos e quarenta e dois escudos, respectivamente, os quais correspondem a trabalhos previstos.-----

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: -----

----- - A aprovação dos primeiro, segundo, terceiro e quarto autos de medição de trabalhos no montante global de quatro milhões quatrocentos e dezanove mil quinhentos e vinte e cinco escudos, o qual inclui a importância de duzentos e dez mil quatrocentos e cinquenta e quatro escudos de IVA à taxa de cinco por cento, e o sequente pagamento à empresa Vigilarme-Sistemas de Segurança, Sociedade Anónima; -----

----- - Aprovação desta proposta em minuta.”-----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

110 – Pº 284-DIM/DSA/99 – INSTALAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA QUINTA DE S. MARÇAL, OUTURELA/PORTELA – ADJUDICAÇÃO DE EMPREITADA – CP 05.03.03.01.:-----

----- I – O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Tendo em vista a execução da empreitada mencionada em epígrafe e na sequência da abertura de concurso limitado, foram admitidas cinco firmas as quais apresentaram as propostas a seguir referidas e que são acrescidas do IVA respectivo:-----

----- M.B. Pereira da Costa, Sociedade Anónima, proposta no montante de vinte e quatro milhões novecentos e três mil e trezentos escudos, com o prazo de execução de sessenta dias;

----- Pinto & Bentes, Limitada, proposta no montante de vinte e quatro milhões novecentos e catorze mil e trezentos escudos, com o prazo de execução de oito semanas; -----

----- C.M.E. - Construção e Manutenção Electromecânica, Sociedade Anónima, proposta no montante de vinte e quatro milhões setecentos e setenta e sete mil escudos, com o prazo de execução de sessenta dias; -----

----- João Jacinto Tomé, Sociedade Anónima, proposta no montante de vinte e quatro milhões novecentos e dezasseis mil quatrocentos e setenta escudos, com o prazo de execução de sessenta dias;-----

----- Alberto Roque, Limitada, proposta no montante de vinte e quatro milhões vinte e três mil e quatrocentos escudos, com o prazo de execução de sessenta dias.-----

----- As propostas foram analisadas pela comissão constituída para o efeito, tendo esta concluído, conforme consta do relatório final de análise das propostas, que a mais vantajosa para esta Câmara Municipal é a da concorrente Alberto Roque, Limitada, dado ser a de menor preço.

----- Refiro que foi comunicado aos concorrentes, através de Telecópia, que o relatório de análise de propostas se encontrava à consulta, nos termos do artigo centésimo primeiro do



Decreto-Lei cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março, não tendo sido, todavia, apresentada qualquer reclamação, ao mesmo. -----

----- Em face do que antecede, proponho:-----

----- Que se adjudique a empreitada em título, por preço global à firma Alberto Roque, Limitada, pelo montante de vinte e quatro milhões vinte e três mil e quatrocentos escudos, ao qual acresce um milhão duzentos e um mil cento e setenta escudos respeitante ao IVA, à taxa legal em vigor –cinco por cento- e com o prazo de execução de sessenta dias, de acordo com o número um, do artigo centésimo trigésimo segundo, do Decreto-Lei cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março; -----

----- A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,

-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

111 – Pº 292 – DIM/DAD/99 – OBRAS DE REMODELAÇÃO EM LOJA PARA O PARQUE DOS POETAS – APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 2º AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS – CP

11.05.03.14.:-----

----- I – O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Pela Divisão de Administração Directa foi elaborado o segundo e último auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de um milhão novecentos e oitenta e dois mil setecentos e cinquenta escudos, o qual corresponde a: -----

----- - Trabalhos previstos – um milhão novecentos e setenta mil setecentos e cinquenta escudos -----

----- - Trabalhos a mais de natureza não prevista – doze mil escudos -----

----- Os trabalhos a mais referem-se à colocação de batentes para as portas, e implicam um encargo financeiro total para a obra de zero vírgula quatro por cento. -----

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: -----

----- - A aprovação dos trabalhos a mais no montante de doze mil escudos;-----

----- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de dois milhões oitenta e um mil oitocentos e oitenta e oito escudos, o qual inclui a importância de noventa e nove mil cento e trinta e oito escudos de IVA à taxa de cinco por cento, e o sequente pagamento à firma Projecconsult, Limitada;-----

----- - Aprovação desta proposta em minuta.”-----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

**112 – Pº 307 – DIM/DAD/99 – PAVIMENTAÇÃO DA RUA GENERAL NORTON DE MATOS –
APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS – CP
09.01.03.04.:-----**

----- I – O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Pela Divisão de Administração Directa foi elaborado o primeiro e único auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de três milhões duzentos e noventa e nove mil escudos, o qual corresponde a: -----

----- - Trabalhos previstos – três milhões duzentos e quarenta e dois mil escudos -----

----- - Trabalhos a mais de natureza prevista – cinquenta e sete mil escudos -----

----- Verificou-se ainda a existência de trabalhos a menos no valor de dezoito mil escudos.

----- Os trabalhos a mais implicam um encargo financeiro total para a obra de um vírgula dois por cento. -----

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: -----

----- - A aprovação dos trabalhos a mais no valor de cinquenta e sete mil escudos; -----

----- - A aprovação dos trabalhos a menos no valor de dezoito mil escudos; -----

----- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de três milhões quatrocentos e sessenta e três mil novecentos e cinquenta escudos, o qual inclui a importância de cento e sessenta e quatro mil novecentos e cinquenta escudos de IVA à taxa de cinco por cento, e o seguinte pagamento à firma Armando Cunha, Limitada; -----

----- - Aprovação desta proposta em minuta.”-----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----



O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

113 – Pº 18 – DIM/DAD/2000 – REMODELAÇÃO DO PARQUE INFANTIL DA RUA DA REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE, EM TERCENA – APROVAÇÃO DE PROCESSO DE CONCURSO – CP 10.01.03.13.: -----

-----I – O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

-----“Tendo em vista a execução da empreitada designada em epígrafe, procedeu-se à elaboração do respectivo processo de concurso, cujo preço base é de dez milhões setecentos e catorze mil e seiscentos escudos. -----

-----Em face do que antecede e de harmonia com o disposto na alínea b), do número dois, do artigo quadragésimo oitavo, do Decreto-Lei número cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março, com a redacção dada pela Lei número cento sessenta e três, de noventa e nove, de catorze de Setembro, proponho: -----

----- A abertura de concurso limitado; -----

----- A aprovação do processo de concurso; -----

----- A designação da Comissão de Abertura das Propostas, constituída por: -----

-----O Chefe da Divisão de Administração Directa, que presidirá; um Técnico da Divisão de Administração Directa e Chefe da Repartição de Apoio Administrativo ao Departamento de Infra-Estruturas Municipais; -----

----- A aprovação desta proposta em minuta.” -----

-----II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

114 – Pº 315 – DIM/DAD/99 – EXECUÇÃO DE CAMINHO PEDONAL JUNTO DO JARDIM DA QUINTA DO MARQUÊS – APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS – CP 10.01.03.16.:-----

-----I – O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

-----“Pela Divisão de Administração Directa foi elaborado o primeiro e único auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de dois milhões oitocentos e dois mil setecentos e trinta e um escudos, o qual corresponde a: -----

----- Trabalhos previstos – dois milhões setecentos e cinquenta e nove mil trezentos e sessenta e um escudos-----

----- Trabalhos a mais de natureza prevista – quarenta e três mil trezentos e setenta escudos. -----

-----Verificaram-se ainda trabalhos a menos no montante de seis mil novecentos e noventa e seis escudos.-----

-----Os trabalhos a mais implicam um encargo financeiro de um vírgula três por cento. ---

-----Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho:-----

----- A aprovação dos trabalhos a mais no valor de quarenta e três mil trezentos e setenta escudos; -----

----- A aprovação dos trabalhos a menos no valor de seis mil novecentos e noventa e seis escudos; -----

----- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de dois milhões novecentos e quarenta e dois mil oitocentos e sessenta e oito escudos, o qual inclui a importância de cento e quarenta mil cento e trinta e sete escudos de IVA à taxa de cinco por cento, e o sequente pagamento à firma Mateus & Irmãos, Limitada;-----

----- - Aprovação desta proposta em minuta.”-----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

**115 – Pº 9/99 – PROLONGAMENTO DA AV^a. SR. JESUS DOS NAVEGANTES – AUTO DE
MEDIÇÃO Nº 5 – CP 09.01.02.02.: -----**

-----I – O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

-----“Pela Comunicação Interna de Serviço número catorze, de dois mil, vem a fiscalização LEMO enviar o auto de medição número cinco relativo à empreitada do Prolongamento da Av. Sr. Jesus dos Navegantes, adjudicada ao agrupamento Tomás de Oliveira, Sociedade Anónima/Tecnovia, Sociedade Anónima. -----

-----Pelos elementos enviados, verifica-se que o valor do auto número cinco, importa em onze milhões seiscentos e noventa e seis mil cento e doze escudos, sendo a sua totalidade referente a trabalhos previstos.-----

-----Em face do que antecede, proponho:-----

----- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante de doze milhões duzentos e oitenta mil novecentos e dezoito escudos, o qual inclui a importância de quinhentos e oitenta e quatro mil oitocentos e seis escudos, de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento ao adjudicatário Tomás de Oliveira, Sociedade Anónima/Tecnovia, Sociedade de Empreitadas, Sociedade Anónima; -----

----- A aprovação desta proposta em minuta.” -----

-----II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

**116 – Pº 68 – DIM/96 – MOLHE DE ABRIGO DO PORTO DE RECREIO DE OEIRAS –
APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 2º AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS – CP
08.01.02.01.: -----**

-----I – O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

-----“Pela fiscalização da obra Proman, Centro de Estudos e Projectos, Sociedade Anónima, juntamente com o representante do adjudicatário, foi elaborado o segundo auto de medição de trabalhos, da empreitada designada em epígrafe, no montante de vinte milhões cinquenta e seis mil quatrocentos e noventa e quatro escudos, referente a trabalhos previstos. -----

-----Segundo a informação número duzentos e oitenta e um, de dois mil, da Divisão de Edifícios e Infra-Estruturas Municipais, os trabalhos foram executados em boas condições e merecem parecer favorável da fiscalização, pelo que, -----

-----Em face do que antecede, proponho:-----

----- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante de vinte e um milhões cinquenta e nove mil trezentos e dezanove escudos, o qual inclui a importância de um milhão dois mil oitocentos e vinte e cinco escudos, de IVA à taxa de cinco por cento, e o sequente pagamento ao Consórcio OFM, Sociedade Anónima/CPTP, Sociedade Anónima/Teixeira Duarte, Sociedade Anónima/Soares da Costa, Sociedade Anónima;-----

----- Comunicação ao Consórcio OFM, Sociedade Anónima/CPTP, Sociedade Anónima/Teixeira Duarte, Sociedade Anónima/Soares da Costa, Sociedade Anónima e à Proman; -----

----- A aprovação desta proposta em minuta.” -----

-----II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

**117 – Pº 82 – DIM/DEIM/97 – RECUPERAÇÃO DO PALÁCIO RIBAMAR, EM ALGÉS –
APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 11º AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS – CP
02.03.03.06.: -----**

-----I – O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

-----“No âmbito da empreitada designada em epígrafe, a firma fiscalizadora Renticom – Engenheiros Associados, Limitada, apresentou o décimo primeiro auto de medição de trabalhos, no montante de onze milhões setecentos e vinte e dois mil duzentos e quarenta e três escudos, referente a trabalhos previstos.-----

-----Segundo a informação número trezentos e cinquenta e sete, de dois mil, do Serviço de Edifícios Municipais e de acordo com a fiscalização os trabalhos foram executados em boas condições, pelo que, -----

-----Em face do que antecede, proponho:-----

----- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante de doze milhões trezentos e oito mil trezentos e cinquenta e cinco mil escudos, o qual inclui a importância de quinhentos e oitenta e seis mil cento e doze escudos, de IVA à taxa de cinco por cento, e o sequente pagamento à empresa Sociedade de Construções Soares da Costa, Sociedade Anónima; - -----

----- A aprovação desta proposta em minuta.” -----

-----II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

**118 – Pº 308 – DIM/DAD/99 – PAVIMENTAÇÃO DA ROTUNDA DA QUINTA DO MARQUÊS –
APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS – CP
09.01.03.04.: -----**

-----I – O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

-----“Pela Divisão de Administração Directa foi elaborado o primeiro e único auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de quatro milhões oitocentos e setenta e três mil e quinhentos escudos, o qual corresponde a:-----

----- Trabalhos previstos – quatro milhões e oitocentos mil escudos -----

----- Trabalhos a mais de natureza prevista – setenta e três mil e quinhentos escudos. -----

----- Os trabalhos a mais implicam um encargo financeiro total para a obra de um vírgula cinco por cento. -----

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho:-----

----- A aprovação dos trabalhos a mais no valor de setenta e três mil e quinhentos escudos; -----

----- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de cinco milhões cento e dezassete mil cento e setenta e cinco escudos, o qual inclui a importância de duzentos e quarenta e três mil seiscentos e setenta e cinco escudos de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma Armando Cunha, Limitada;-----

----- A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

119 – TAÇA CERS – DESLOCAÇÃO A ESPANHA DO CLUBE DESPORTIVO DE PAÇO DE ARCOS – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – CP 02.02.13.08.: -----

-----I – O Senhor Vereador Arnaldo Pereira apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

-----“A equipa de Hóquei em Patins do Clube Desportivo de Paço de Arcos, após ter eliminado o A.S. Bassano Hockey, participou na fase seguinte da Taça CERS, que se realizou em Espanha (Barcelona), no início do mês de Março.-----

-----A participação do clube nestas competições vem sendo habitual, e as classificações obtidas são de grande prestígio para o Concelho e para Portugal. No entanto, as despesas com deslocação, alojamento e alimentação atingem valores bastante elevados, exigindo um grande esforço financeiro por parte do Clube.-----

-----Deste modo, propõe-se a atribuição de uma comparticipação financeira, ao Clube Desportivo de Paço de Arcos, no valor de quinhentos mil escudos, no sentido de minimizar as despesas de participação.” -----

-----II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

120 – TORNEIO INTERNACIONAL DE ANDEBOL FEMININO-INTERCÂMBIO DESPORTIVO OEIRAS/S. VICENTE-ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL ASSOMADA – CP 02.02.13.08.: -----

-----I – O Senhor Vereador Arnaldo Pereira apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

-----“A Associação de Solidariedade Social Assomada, desenvolve desde mil novecentos e noventa e nove um projecto de intercâmbio desportivo entre jovens cabo-verdianos e portugueses. Este projecto consiste na deslocação a Cabo Verde de jovens residentes em Portugal, mas com origens cabo-verdianas, por forma a estabelecer contacto com as mesmas, enquadrado num torneio de andebol feminino. -----

-----No presente ano, a Associação pretende deslocar a equipa de andebol juvenil feminino a São Vicente, estando a partida marcada dia um de Julho próximo futuro. Assim, tendo em atenção a importância que o intercâmbio entre as culturas tem para as jovens que irão participar no torneio, bem como as despesas inerentes à deslocação, propõe-se à Câmara a atribuição de uma comparticipação financeira no valor de quinhentos mil escudos, no sentido de ajudar ao custeamento das despesas das viagens da equipa.” -----

-----II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como , aprovar em minuta esta parte da acta. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

**121 – APROVAÇÃO DO PROJECTO BASE DE RECUPERAÇÃO DO POLIDESPORTIVO
DESCOBERTO DO GRUPO DESPORTIVO UNIDOS CAXIENSES:**-----

-----I – O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Presidente: -----

-----“Na sequência da recuperação do edifício sede do Grupo Desportivo Unidos Caxienses (em fase de conclusão de obra), e visando requalificar o espaço adjacente, melhorando as condições relativas às práticas desportivas ao “ar livre”, procedeu-se à elaboração do projecto de remodelação do polidesportivo descoberto bem como das estruturas de apoio anexas – os balneários, a bancada, a vedação e a área envolvente.-----

-----Este estudo foi elaborado na sequência de diversos contactos com elementos da direcção da colectividade e basicamente consta de uma intervenção ao nível do edifício dos balneários (que está muito degradado), do campo desportivo (recuperando o pavimento e a vedação), da bancada (que está actualmente por acabar) e do espaço exterior envolvente através da repavimentação, iluminação, estrutura verde e mobiliário urbano.-----

-----Em face do exposto, propõe-se a aprovação do projecto base de Recuperação do Polidesportivo Descoberto do Grupo Desportivo Unidos Caxienses.” -----

-----II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

122 – ATRIBUIÇÃO DE TOPÓNIMOS NA FREGUESIA DE PORTO SALVO: -----

----- I – O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Existindo arruamentos sem designação, situados em Porto Salvo, para os quais é necessário atribuir designações topográficas, proponho à Câmara a aprovação dos topónimos a seguir discriminados, para os quais foi recebido parecer favorável da Junta de Freguesia de Porto Salvo, transmitido pelo ofício que ficou registado sob o número cinco mil e nove, de dezassete de Fevereiro, do corrente ano. -----

----- Rua Miguel Angelo Lopi - Prolongamento do arruamento existente, continuando a manter-se o seu início a Sul da Rua Carlos Queiroz e fim sem saída. -----

----- Rua Carlos Carneiro - Pintor (mil e novecentos/mil novecentos e setenta e um) -----

----- Arruamento com início na Rua Miguel Angelo Lopi e fim na Rua Conde de Rio Maior.” -----

----- “Curriculum de Topónimo -----

----- Nome: Carlos Carneiro -----

----- Data de Nascimento: vinte de Setembro de mil e novecentos -----

----- Falecido: dez de Outubro de mil novecentos e setenta e um -----

----- Actividade Profissional: Pintor -----

----- Filho de António Carneiro, estudou na Academia de Belas-Artes do Porto e em Paris, onde trabalhou longos períodos. -----

----- Artista de segunda geração do modernismo português, manteve-se alheio a quaisquer actividades decorativas. Herdeiro da visão intimista de seu pai, indiferente às sucessivas mudanças a que foi sujeito o fenómeno pictório, conservou durante toda a sua vida uma atitude independente. -----

----- Foi também um aguarelista extremamente sensível. Obteve o Prémio António

Carneiro (óleo) em mil novecentos e quarenta e seis, o Prémio Marques de Oliveira (desenho) em mil novecentos e cinquenta e dois e o Prémio Henrique Posão. -----

----- Está representado no Museu de Arte Contemporânia e nos Museus de Soares dos Reis (Porto), de Machado de Castro (Coimbra) e de Grão-Vasco (Viseu)." -----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

123 – CONCESSÃO DE MEDALHAS A BOMBEIROS DA ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS PROGRESSO BARCARENENSE: -----

-----I – O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“Nos termos do Regulamento das Condecorações Municipais, actualmente em vigor, e de acordo com a solicitação da Associação dos Bombeiros Voluntários Progresso Barcarenense, proponho que, em cerimónia solene comemorativa do centésimo vigésimo aniversário daquela Associação, que terá lugar no próximo dia nove de Abril de dois mil, sejam atribuídas as seguintes condecorações aos bombeiros voluntários que se distinguiram pelo zelo, dedicação e exemplar comportamento no exercício do seu cargo, comulativamente com o número de anos de serviço prestado:-----

----- Duas Medalhas Municipais de Dedicação Pública de Segunda Classe – dezoito anos de serviço -----

----- Uma Medalha Municipal de Dedicação Pública de Quarta Classe – seis anos de serviço. -----

----- Os bombeiros voluntários que reúnem as condições requeridas, para atribuição das referidas condecorações, de acordo com a proposta do Presidente da Direcção José Moreira Florêncio, são os que constam das listagens que a seguir se transcrevem.-----

----- Mais proponho que esta proposta seja aprovada em minuta.” -----

----- “Medalha Municipal de Dedicação Pública de Segunda Classe - (dezoito anos de serviço) -----

----- Vitor Manuel Carvalho Leal – Comandante -----

----- José Luís Santos Pinto – Bombeiro de primeira classe.-----

----- Medalha Municipal de Dedicação Pública de Quarta Classe – (seis anos de serviço) -

----- Norberto F. C. Teixeira Covas – Bombeiro de terceira classe.” -----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

124 – ABATE E ALIENAÇÃO DAS VIATURAS DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, MARCA VOLVO, MATRÍCULAS QM – 53 – 82; QM – 53 – 83 E RP – 43 – 27: -----

-----I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

-----“Um – Considerando que as viaturas mencionadas em título, adquiridas em mil novecentos e oitenta e sete se encontram de tal forma desgastadas e degradadas, tendo já sido sujeitas a inúmeras e dispendiosas reparações, não se justificando economicamente a sua manutenção ao serviço. -----

-----Dois – Considerando que as referidas viaturas se encontram presentemente imobilizadas não se justificando a sua permanência na frota de viaturas camarárias, propõe-se:---

-----Três – Que a Câmara delibere e aprove o abate das viaturas de recolha de resíduos sólidos urbanos, marca Volvo, matrículas QM – cinquenta e três – oitenta e dois; QM – cinquenta e três – oitenta e três e RP – quarenta e três – vinte e sete, sendo também aprovada a posterior alienação ao património municipal a favor de Associações de Bombeiros Voluntários do Concelho que eventualmente as venham solicitar. -----

-----Quatro – Que esta proposta seja aprovada em minuta.” -----

-----II - No uso da palavra o **Senhor Vereador Emanuel Martins** lembrou ter ficado assente que, quando houvesse abate de viaturas, viriam identificadas vários elementos tais como a Kilometragem, etc., ao que o **Senhor Vereador José Eduardo Costa** respondeu que, por lapso, esses elementos não constam de informação que acompanha a proposta, pelo que pede desculpa, mas irá providenciar para que , de futuro, tal não aconteça. -----

-----III – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

**125 – ABATE E ALIENAÇÃO DA MÁQUINA RETRO-ESCAVADORA MARCA CASE
MODELO 580 G:** -----

-----I – O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

-----“Um – Considerando que a máquina mencionada em título, adquirida em mil novecentos e oitenta e oito se encontra de tal forma desgastada e degradada, tendo já sido sujeita a inúmeras e dispendiosas reparações, não se justificando economicamente a sua manutenção ao serviço. -----

-----Dois – Considerando que a referida máquina se encontra presentemente imobilizada não se justificando a sua permanência na frota de viaturas camarárias, propõe-se:-----

-----Três – Que a Câmara delibere e aprove o abate da máquina retro escavadora marca Case modelo quinhentos e oitenta G, sendo também aprovada a posterior alienação ao património municipal, sob a forma de venda em hasta pública. -----

-----Quatro – Que esta proposta seja aprovada em minuta.” -----

-----II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

126 – ATRIBUIÇÃO EM REGIME DE VENDA DO FOGO SITO NO BAIRRO DR. FRANCISCO SÁ CARNEIRO, LARGO QUINTA DO JARDIM, Nº 4, 1º ESQUERDO, EM LAVEIRAS/CAXIAS: -----

-----I – O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

-----“Na sequência do despacho do Senhor Vereador da Habitação, datado de treze de Janeiro de dois mil, proponho: -----

-----Um – A atribuição em regime de venda, do fogo T Dois, ao agregado familiar de João Baptista Alves e Ângela Alves Rebelo, do fogo sito no Bairro Doutor Francisco Sá Carneiro, Largo Quinta do Jardim, número quatro, primeiro esquerdo, em Laveiras/Caxias, Freguesia de Paço de Arcos, Concelho de Oeiras, pelo preço de oito milhões quatrocentos e setenta e um mil escudos, correspondente ao valor máximo de venda pela CMO à data de celebração do contrato promessa de compra e venda, sendo o pagamento efectuado a pronto pagamento e sendo a escritura celebrada no Notário Privativo desta Câmara. -----

-----Dois – Que esta proposta seja aprovada em minuta.”-----

-----II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

127 – Pº 41 DIM/DAD/00 – SUBSTITUIÇÃO DA VEDAÇÃO DO CAMPO DE JOGOS DA ESCOLA BÁSICA 1 DE QUELUZ DE BAIXO – APROVAÇÃO DE PROCESSO DE CONCURSO
– CP 01.02.03.14.: -----

-----I – O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

-----“Tendo em vista a execução da empreitada designada em epígrafe, procedeu-se à elaboração do respectivo processo de concurso, cujo preço base é de oito milhões setecentos e setenta e dois mil e novecentos escudos -----

-----Em face do que antecede e de harmonia com o disposto na alínea b), do número dois, do artigo quadragésimo oitavo, do Decreto-Lei número cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março, com a redacção dada pela Lei número cento e sessenta e três, de noventa e nove, de catorze de Setembro, proponho:-----

----- A abertura de concurso limitado; -----

----- A aprovação do processo de concurso; -----

----- A designação da Comissão de Abertura das Propostas, constituída por: -----

-----O Chefe da Divisão de Administração Directa que presidirá; um Técnico da Divisão de Administração Directa e Chefe da Repartição de Apoio Administrativo ao Departamento de Infra-Estruturas Municipais; -----

----- A aprovação desta proposta em minuta.” -----

-----II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

128 – Pº 42 – DIM/DAD/00 – REMODELAÇÃO DO PARQUE INFANTIL DA RUA SÁ DE MIRANDA – ESCOLA BÁSICA 1 DE OEIRAS Nº 2 – APROVAÇÃO DE PROCESSO DE CONCURSO – CP 10.01.03.10.: -----

-----I – O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

-----“Tendo em vista a execução da empreitada designada em epígrafe, procedeu-se à elaboração do respectivo processo de concurso, cujo preço base é de oito milhões seiscentos e oito mil e cem escudos ----- .

-----Em face do que antecede e de harmonia com o disposto na alínea b), do número dois, do artigo quadragésimo oitavo, do Decreto-Lei número cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março, com a redacção dada pela Lei número cento e sessenta e três, de noventa e nove, de catorze de Setembro, proponho:-----

----- A abertura de concurso limitado; -----

----- A aprovação do processo de concurso; -----

----- A designação da Comissão de Abertura das Propostas, constituída por; -----

----- O Chefe da Divisão de Administração Directa, que presidirá; um Técnico da Divisão de Administração Directa e Chefe da Repartição de Apoio Administrativo ao Departamento de Infra-Estruturas Municipais; -----

----- A aprovação desta proposta em minuta.” -----

-----II – A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

129 – Pº 49 – DIM/DAD/00 – AVENIDA DOS COMBATENTES DA GRANDE GUERRA – (2º TROÇO), EM ALGÉS – APROVAÇÃO DE PROCESSO DE CONCURSO – CP 09.01.03.03.: -----

-----I – O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara seguinte proposta: -----

-----“Tendo em vista a execução da empreitada designada em epígrafe, procedeu-se à elaboração do respectivo processo de concurso, cujo preço base é de dezoito milhões duzentos e quarenta e quatro mil escudos. -----

-----Em face do que antecede e de harmonia com o disposto na alínea b), do número dois, do artigo quadragésimo oitavo, do Decreto-Lei número cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março, com a redacção dada pela Lei número cento e sessenta e três, de noventa e nove, de catorze de Setembro, proponho:-----

----- A abertura de concurso limitado; -----

----- A aprovação do processo de concurso; -----

----- A designação da Comissão de Abertura das Propostas, constituída por; -----

-----O Chefe da Divisão de Administração Directa, que presidirá; um Técnico da Divisão de Administração Directa e Chefe da Repartição de Apoio Administrativo ao Departamento de Infra-Estruturas Municipais; -----

----- A aprovação desta proposta em minuta.” -----

-----II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

130 – CONCURSO LIMITADO SEM APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS PARA A AQUISIÇÃO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE LAVAGEM E MANUTENÇÃO INTEGRAL DE TODOS OS CONTENTORES EXISTENTES NO CONCELHO, POR UM PERÍODO DE SEIS MESES – ADJUDICAÇÃO – CP 06.01.07.08.: -----

----- I – O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

----- “Tendo em vista a aquisição dos serviços de lavagem e manutenção integral de todos os contentores existentes no Concelho, por um período de seis meses, consultaram-se seis firmas, e responderam duas, uma das quais – Plastic Omnium, Sociedade Anónima – salientando que não lhe era possível apresentar proposta para prestar este serviço, uma vez que os seus contratos prevêem uma validade mínima de dois anos. -----

----- A outra proposta foi apresentada por:-----

----- Contenur Portugal, Sociedade Anónima, proposta no montante de vinte e quatro milhões novecentos e quarenta e três mil cento e vinte e nove escudos, e proposta alternativa no montante de dezoito milhões trezentos e trinta e nove mil quatrocentos e cinquenta e um escudos, ambas acrescidas do IVA; -----

----- Após a análise destas propostas, a Divisão de Higiene Pública concluiu que a proposta base – lavagem e manutenção integral de todos os contentores existentes no Concelho, com frequência quinzenal – apresentada pela empresa Contenur Portugal, Sociedade Anónima, reúne os requisitos exigidos no caderno de encargos e é vantajosa para este Município.-----

----- Em face do que antecede, proponho:-----

----- A adjudicação da prestação dos serviços de lavagem e manutenção integral de todos os contentores existentes no Concelho, pelo período de seis meses, à empresa Contenur Portugal, Sociedade Anónima, pelo montante global de vinte e quatro milhões novecentos e quarenta e três mil cento e vinte e nove escudos, acrescido do IVA, à taxa legal em vigor, ao

abrigo da alínea a), do artigo octogésimo quarto, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de Junho. -----

----- A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

**131 - PROCEDIMENTO COM CONSULTA PRÉVIA PARA TRANSFORMAÇÃO DE VIATURA
PESADA, MARCA IVECO, MATRÍCULA 63-36-CB, EM PRONTO-SOCORRO –
ADJUDICAÇÃO – CP 11.07.05.06.: -----**

-----I – O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

-----“Tendo em vista a transformação de viatura pesada, marca Iveco, matrícula sessenta e três – trinta e seis – CB, em pronto-socorro, consultaram-se quatro firmas, das quais duas apresentaram as seguintes propostas: -----

----- Duarte Rocha, Limitada, proposta no montante de cinco milhões oitocentos e cinquenta mil escudos com o IVA incluído; -----

----- Auto Reparadora Central do Jamor, Limitada, proposta no montante de oito milhões oitocentos e noventa e dois mil escudos, com IVA incluído. -----

----- Após análise destas propostas, a Divisão de Viaturas e Equipamento concluiu que a proposta mais vantajosa para este Município é a da firma Duarte Rocha, Limitada, não só por apresentar o preço mais baixo, como também por apresentar o prazo de entrega mais curto. -----

----- Em face do que antecede, proponho: -----

----- A adjudicação da transformação de viatura pesada, marca Iveco, matrícula sessenta e três – trinta e seis – CB, em pronto-socorro, à firma Duarte Rocha, Limitada, pelo montante de cinco milhões oitocentos e cinquenta mil escudos, com o IVA incluído, ao abrigo da alínea b), do número um, do artigo octogésimo primeiro e do número dois, do artigo centésimo quinquagésimo terceiro, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de Junho. -----

----- A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

132 – PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO PELOS DANOS CAUSADOS NA VIATURA 06-27-MS:-----

-----I – O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

-----“No dia vinte e cinco de Fevereiro findo, pelas nove horas e quinze minutos, a carrinha da Secção de Higiene e Limpeza de Porto Salvo, matrícula zero quatro – quarenta e cinco - HQ, conduzida pelo funcionário José Cebola Branco, passava pela Rua Vasco da Gama, junto ao número quinze, no Bairro Auto-Construção, deixou cair um barrote de madeira sobre a viatura Daewoo, matrícula zero seis – vinte e sete -MS, que se encontrava estacionada, causando uma amolgadela do lado superior esquerdo da parte de trás da viatura e um risco no pára-choques, assim vem o Senhor Jorge Manuel Santos Calisto, pedir indemnização pelos danos causados na sua viatura. -----

-----Em face do que antecede, proponho:-----

----- O pagamento do montante de cinquenta e seis mil setecentos e quarenta e cinco escudos ao Senhor José Manuel Santos Calisto, pelos danos causados na sua viatura; -----

----- A comunicação da presente deliberação ao município; -----

----- A aprovação desta proposta em minuta.” -----

-----II – A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

133 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA NOS EDIFÍCIOS MUNICIPAIS: -----

----- I – O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Presidente: -----

----- “Por deliberação de Câmara tomada em reunião ordinária de vinte e nove de Setembro de noventa e nove, foram adjudicados os serviços de limpeza nos edifícios municipais à firma Vadeca, Serviços de Limpeza, Limitada.-----

----- No entanto, aquando da elaboração do contrato com a adjudicatária, verificou-se que a correcta denominação, ou seja, a firma comercial da referida empresa é J.C. Donas, Limitada e não Vadeca que é marca usada pela empresa, de acordo com os documentos junto ao processo. --

----- Assim e por se tratar da mesma pessoa jurídica, propõe-se: -----

----- Um – A rectificação da denominação da firma comercial para J.C.Donas, Limitada; -

----- Dois – Que esta proposta seja aprovada em minuta.” -----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

134 – PROPOSTA N° 669 – “RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS DE 1999 DOS SMAS”: -----

-----Relativamente à proposta mencionada em título, a Câmara por consenso decidiu mantê-la em agenda a fim de ser analisada em próxima reunião, visto ter sido distribuída apenas hoje. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

135 – RECEITAS PARA O LEMO – PROPOSTA DE HONORÁRIOS REFERENTE A FISCALIZAÇÃO E CONTROLO DE QUALIDADE: -----

-----I – O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Presidente: -----

-----“Um – De acordo com a estratégia definida pelo LEMO e aprovada pela Câmara, uma das componentes dessa mesma estratégia consiste na promoção de acções de fiscalização e controlo de qualidade em obras com uma componente expressiva no domínio da geotecnia, para, numa óptica económico financeira, mais rapidamente alcançar a sua viabilização, outro dos objectivos estratégicos do LEMO. -----

-----Dois – Nessa perspectiva, o LEMO fiscaliza e procede ao controlo de qualidade de duas empreitadas de construção adjudicadas pelo Departamento de Infra-Estruturas Municipais, a saber, o prolongamento da Avenida Senhor Jesus dos Navegantes, em Paço de Arcos e a construção do novo Campo de Futebol da Associação Desportiva de Oeiras. -----

-----Três – Consequentemente, proponho que, numa óptica de proveitos contabilísticos para o LEMO se considerem os seguintes montantes, tradutores das acções de fiscalização e controlo de qualidade naquelas duas obras: -----

-----Três.um – Prolongamento da Avenida Senhor Jesus dos Navegantes -----

----- Valor da Obra (estimado) – quatrocentos mil contos -----

----- Três.um.um – Fiscalização -----

----- dois vírgula cinco por cento vezes quatrocentos mil contos igual a dez mil contos --

----- Três.um.dois – Controlo de Qualidade -----

----- um vírgula cinco por cento vezes quatrocentos mil contos igual a seis mil contos ---

----- Três.um.três – Apoio a Projecto -----

----- dez por cento vezes quatrocentos mil contos igual a quatro mil contos -----

----- Total da Avenida Senhor Jesus dos Navegantes – vinte mil contos -----
----- Três.dois – Campo de Futebol da ADO -----
----- - Valor da Obra (estimado) – trezentos e setenta mil contos -----
----- Três.dois.um – Fiscalização -----
----- - um vírgula cinco por cento vezes trinta e sete mil contos igual a cinco mil
quinhentos e cinquenta contos -----
----- Três.dois.dois – Controlo de Qualidade -----
----- - um vírgula cinco por cento vezes trinta e sete mil contos igual a cinco mil
quinhentos e cinquenta contos -----
----- Três.dois.três – Apoio a Projecto -----
----- - zero vírgula cinco por cento vezes trezentos e setenta mil contos igual a mil
oitocentos e cinquenta contos -----
----- Total do Campo da ADO – doze mil novecentos e cinquenta contos. -----
----- Quatro – O total das acções de fiscalização e controlo de Qualidade, no montante de
trinta e dois mil novecentos e cinquenta contos, resulta da incidência de um valor percentual
sobre o custo de cada uma das obras, valor que se situa, em grandeza, idêntico aos praticados por
empresas em acções com estas características.” -----
----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem
como, aprovar em minuta esta parte da acta. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

136 – ALIENAÇÃO EM HASTA PÚBLICA DE UMA LOJA SITUADA NO PAVILHÃO DE VENDAS NA PRAÇA D. MANUEL I, EM ALGÉS:-----

-----I – O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Presidente: -----

-----“Na sequência da rectificação do título de propriedade horizontal realizada através de escritura de modificação celebrada no dia onze de Fevereiro último, segundo a qual se procedeu à alteração do uso da fracção “G”, de bilheteiras para loja número seis destinada ao comércio, permitindo desta forma a sua alienação. -----

-----Nestes termos, proponho:-----

-----Primeiro – Que seja aprovada a venda em hasta pública da loja número seis, situada no Pavilhão de Vendas, na Praça Dom Manuel Primeiro, em Algés, a realizar no próximo dia onze de Maio pelas dez horas no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a qual se encontra inscrita na matriz sob o artigo dois mil e cinquenta e oito-G e descrita na Segunda Conservatória do Registo Predial de Oeiras sob a Ficha cinco mil trezentos e dezassete-G da Freguesia de Carnaxide. -----

-----Segundo – O valor base de licitação é de dez milhões de escudos, o lanço mínimo é de duzentos mil escudos, e o pagamento será efectuado da seguinte forma:-----

-----a) cinquenta por cento do valor da adjudicação no dia da hasta pública; -----

-----b) os restantes cinquenta por cento, noventa dias de calendário após a hasta pública, no acto da escritura. -----

-----Terceiro – Que esta proposta seja aprovada em minuta.” -----

-----II – A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

**137 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À CÂMARA MUNICIPAL DE S.VICENTE/CABO VERDE
PARA A REALIZAÇÃO DAS COMEMORAÇÕES NO ÂMBITO DO ACHAMENTO DO
BRASIL DA PASSAGEM PELO MINDELLO DA VIAGEM HISTÓRICA DE PEDRO ÁLVARES
CABRAL REALIZADA EM 1500:**

-----I – O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Presidente: -----

-----“Um – Introdução-----

-----Estão a decorrer este ano, as Comemorações do Achamento do Brasil e da viagem histórica de Pedro Álvares Cabral realizada em mil e quinhentos.-----

-----Para esse fim a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, criou a Comissão Organizadora Portuguesa, a que preside, para organizar as Comemorações no Mar-Brasil Quinhentos.-----

-----Desta Comissão Organizadora faz parte a Associação Nacional de Cruzeiros. -----

-----A viagem comemorativa de Lisboa a Calábria e Rio de Janeiro, onde decorrerão as festas comemorativas, tem como ponto de passagem a Cidade do Mindelo em Cabo Verde, pelo que a frota integrada na viagem estará neste porto entre vinte e quatro e vinte e oito de Março próximo. -----

-----Pelos Organizadores do evento, condecorados da Geminação entre Oeiras e Mindelo, foi sugerida a participação e o apoio das duas Câmaras Municipais nas Comemorações desta viagem histórica, através de uma recepção às tripulações e autoridades mais representativas. -----

-----Tendo em atenção o interesse destas Comemorações, e a possibilidade de parceria entre as Autarquias geminadas, a Câmara Municipal de Oeiras, através da atribuição de um subsídio de comparticipação à Câmara Municipal de São Vicente apoiará esta importante realização. -----

----- Dois – Proposta-----

----- Neste contexto, proponho: -----

----- Dois.um - A atribuição de um subsídio à Câmara Municipal de São Vicente/Cabo Verde no valor até três milhões de escudos destinados à participação na despesa a efectuar, para a organização da recepção no Mindelo, às tripulações e Autoridades representativas da Viagem Histórica; -----

----- Dois.dois - O cabimento contabilístico para o quantitativo indicado;-----

----- Dois.três - A autorização do pagamento por transferência bancária à Câmara Municipal de São Vicente até ao montante referido , mediante a apresentação dos comprovativos de despesa efectuada; -----

----- Dois.quatro - A comunicação à Câmara Municipal de São Vicente;-----

----- Dois.cinco - A aprovação em minuta.” -----

----- II – A Câmara, por maioria, com abstenção dos Senhores Vereadores Arnaldo Pereira e Emanuel Martins, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

**138 – ENCARGOS FINANCEIROS DE 1999 QUE FICARAM POR PAGAR EM 17 DE JANEIRO
DE 2000:** -----

-----I – O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo, Senhor Presidente: -----

-----“Determina o artigo vigésimo oitavo, do Decreto-Lei número trezentos e quarenta e um, de oitenta e três, de vinte e um de Julho, que os encargos regularmente assumidos relativos a anos anteriores serão satisfeitos de conta das verbas adequadas do orçamento que estiver em vigor no momento em que for efectuado o pagamento. -----

-----Proponho o pagamento das facturas constantes da relação junta ao processo que totalizam quatro milhões seiscentos e vinte e nove mil quinhentos e onze escudos, à medida das disponibilidades financeiras da Autarquia. -----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

**139 – AJUSTE DIRECTO PARA A COLOCAÇÃO DE GRUA NA VIATURA DE RECOLHA
PARA AS ILHAS ECOLÓGICAS – ADJUDICAÇÃO – CP 06.01.05.06.: -----**

----- I – O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

----- “Considerando a urgência na colocação de uma grua na viatura de recolha para as ilhas ecológicas, tendo em vista o avanço com o Projecto das Ilhas Ecológicas em Queluz de Baixo, consultaram-se quatro firmas, as quais apresentaram as seguintes propostas: -----

----- Sima - Máquinas Agrícolas e Industriais, Sociedade Anónima, proposta no montante de três milhões quinhentos e cinquenta mil escudos, acrescido do IVA; -----

----- Agroeça - Comércio de Máquinas Agrícolas, Limitada, proposta no montante de três milhões novecentos e cinquenta mil escudos, acrescido do IVA; -----

----- Silvia Dois - Sociedade de Máquinas e Representações, Limitada, proposta no montante de quatro milhões de escudos, acrescido do IVA; -----

----- Feofa - Fábrica de Equipamentos Hidráulicos, Limitada, proposta no montante de três milhões setecentos e trinta mil escudos, acrescido do IVA. -----

----- Após análise destas propostas, a Divisão de Higiene Pública concluiu que a proposta mais vantajosa para este Município é a da firma Sima, Sociedade Anónima, por reunir as características para fazer a remoção dos contentores subterrâneos para além de apresentar o preço mais baixo. -----

----- Em face do que antecede, proponho:-----

----- Que o procedimento a adoptar seja o ajuste directo, em face da urgência supra citada. -----

----- A adjudicação da colocação de grua na viatura de recolha para as ilhas ecológicas, à empresa Sima - Máquinas Agrícolas e Industriais, Sociedade Anónima, pelo montante de três milhões quinhentos e cinquenta mil escudos, acrescido do IVA, ao abrigo da alínea c), do

número um, do artigo octogésimo sexto, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa de nove, de oito de Junho. -----

----- A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

140 – PROPOSTA N° 675 – “REGULAMENTO MUNICIPAL SOBRE INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS RECINTOS DE ESPECTÁCULOS E DIVERTIMENTOS PÚBLICOS – RECTIFICAÇÃO”: -----

-----Relativamente à proposta mencionada em título, a Câmara por consenso decidiu mantê-la em agenda a fim de ser analisada em próxima reunião, visto ter sido distribuída apenas hoje. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

141 – MERCADO DE ALGÉS, BANCA Nº 90 – TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE: -----

----- I – O Senhor Vereador Emanuel Martins apresentou à Câmara a seguinte proposta: --

----- “Através do requerimento Diversos Fins duzentos e trinta e oito, de dois mil, de sete de Janeiro findo, vem o Senhor Abel Fernando Rodrigues Loureiro, solicitar a transferência de titularidade da banca número noventa do Mercado acima referido, para sua irmã Gracelina Rodrigues Loureiro da Cruz, concessionária de outra banca no mesmo mercado, tendo para o efeito apresentado um diagnóstico da doença do Hospital de Barcelona, que indica a situação de invalidez ou de redução a menos de cinquenta por cento da capacidade física normal do mesmo.-

----- Nos termos do artigo décimo oitavo, do Regulamento dos Mercados Municipais “as lojas e os lugares, seja de que natureza forem, não podem ser cedidos por trespassse, cessão ou outro meio que importe a transferência onerosa ou gratuita da licença de autorização de ocupação, sob pena de caducidade da respectiva licença... A Câmara Municipal poderá contudo autorizar a terceiros das respectivas lojas ou lugares, desde que ocorra um dos seguintes factos: -

- a) invalidez do titular;-----
- b) redução a menos de cinquenta por cento da capacidade física normal do mesmo; --
- c) outros motivos ponderosos e justificados verificados caso a caso”. -----

----- Em face do que antecede, proponho:-----

----- A autorização da transferência de titularidade da banca número noventa do Mercado de Algés, de Abel Fernando Rodrigues Loureiro para sua irmã Gracelina Rodrigues Loureiro da Cruz. -----

----- A comunicação da presente deliberação ao requerente; -----

----- A aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

142 – PROCESSO DISCIPLINAR Nº 44/99 INSTAURADO A RAÚL LOUREIRO FIGUEIREDO:

-----I – O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

-----“Nos termos do número dois, do artigo sexagésimo sexto, do Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local, proponho que seja aplicado ao funcionário Raúl Loureiro Figueiredo, com a categoria de jardineiro, a pena de repreensão escrita, nos termos do previsto no artigo décimo primeiro, número um, alínea a) e artigo vigésimo segundo, ambos do Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local (Decreto-Lei vinte e quatro, de oitenta e quatro, de dezasseis de Janeiro), em concordância e conformidade com as conclusões proferidas em sede de relatório final do presente processo. -----

-----II – Submetida a proposta a votação, através de escrutínio secreto em que se verificaram oito votos a favor, foi a mesma aprovada por unanimidade dos presentes.-----

-----Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

**143 – PROCESSO DISCIPLINAR N° 42/99 INSTAURADO A FRANCISCO DA SILVA PINTO E
JOSÉ MANUEL CEBOLA BRANCO:**-----

-----I – O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

-----“Nos termos do número dois, do artigo sexagésimo sexto, do Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local, proponho que seja aplicado ao funcionário Francisco da Silva Pinto, com a categoria de cantoneiro de limpeza, a pena de repreensão escrita, nos termos do previsto no artigo décimo primeiro, número um, alínea a); artigo décimo segundo e artigo vigésimo oitavo, todos do Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local (Decreto-Lei vinte e quatro, de oitenta e quatro, de dezasseis de Janeiro); ao trabalhador José Manuel Cebola Branco, com a categoria de cantoneiro de limpeza, a pena de multa graduada em três dias, a descontar na remuneração certa e permanente, num total de oito mil duzentos e sessenta escudos, nos termos da alínea c), do artigo vigésimo sétimo, do Decreto-Lei quarenta e nove mil quatrocentos e oito, de vinte e quatro de Novembro de mil novecentos e sessenta e nove, em concordância e conformidade com as conclusões proferidas em sede de relatório final do presente processo.-----

-----II – Submetida a proposta a votação, através de escrutínio secreto em que se verificaram oito votos a favor, foi a mesma aprovada por unanimidade dos presentes.-----

-----Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

**144 – DISTINÇÃO RECEBIDA PELO COORDENADOR DO G.R.P., EM MADRID, PELA
MELHOR COMUNICAÇÃO ESPANHOLA – ADECIN:-----**

-----A Câmara tomou conhecimento da seguinte informação subscrita pelo Senhor Presidente: -----

-----“Na semana passada, e na sequência do já aqui divulgado, o Coordenador do Gabinete de Relações Públicas recebeu em Madrid, a distinção pela melhor Comunicação Espanhola, ADECIN. -----

-----Esta outorga decorreu durante o congresso daquela Associação que assinalou o seu décimo quinto aniversário, com a presença de cerca de cem participantes, tendo igualmente sido distinguidas personalidades espanholas e um mexicano.” -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

145 – REQUERIMENTO REFERENTE À PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO N° 617 “MOÇÃO SOBRE CENTROS DE SAÚDE NO CONCELHO DE OEIRAS”: -----

-----I – O Senhor Vereador José Eduardo Costa solicitou à Câmara que seja apreciada e votada na reunião de hoje, a Moção referida em título, porque, não obstante na altura própria tenha concordado com o seu adiamento, lembrou-se agora que não vai estar presente nas próximas duas reuniões camarárias e como residente em Paço de Arcos, há mais de vinte anos, faz questão de votar a Moção. -----

-----No uso da palavra o **Senhor Vereador Emanuel Martins** opinou que a proposta em causa foi adiada com o consenso de todo o Executivo, pelo que não concorda que se volte agora atrás para a ir apreciar e votar, pois se tal acontecer ausentar-se-á da reunião, assim como a Senhora Vereadora Maria Manuela Augusto.-----

-----O Senhor **Vereador Arnaldo Pereira**, intervindo, disse não compreender porque é que os Senhores Vereadores do Partido Socialista não votam favoravelmente a Moção em causa, ao que o Senhor Vereador Emanuel Martins disse não estar em condições para votar um documento que lhe foi entregue agora e que não leu, até porque pretende lê-la com toda a atenção. -----

-----Intervindo, de novo, o **Senhor Vereador Arnaldo Pereira** disse estar de acordo com a Moção, mas a verdade é que se estabeleceu aqui uma orientação que deve ser levada em linha de conta, ou seja, relativamente às Moções ficou estabelecido que elas deveriam ser apresentadas com alguma antecedência e até analisadas na reunião de trabalho e está à vontade para falar porque até já fez uma intervenção relativamente ao PIDDAC por considerar que a CMO, no seu conjunto, devia manifestar aqui o seu protesto pela circunstância do PIDDAC dois mil, não só no que diz respeito a equipamentos de saúde, mas também no que concerne a equipamentos desportivos, estar muito aquém das expectativas e promessas criadas, o que aliás, vem de

encontro às posições que os Senhores Vereadores Socialistas aqui têm manifestado.-----

----- II – Na sequência destas intervenções, o **Senhor Vereador David Justino** apresentou o seguinte requerimento:-----

----- “Requeiro que seja sujeita a discussão e votação da Câmara a proposta de deliberação número seiscentos e dezassete, de dois mil, apresentada pelo Gabinete da Presidência (“Moção sobre Centros de Saúde no Concelho de Oeiras).”-----

----- III – Submetida à votação a admissão do referido requerimento foi a mesma aprovada com votos contra dos Senhores Vereadores Emanuel Martins e Maria Manuela Augusto e abstenção do Senhor Vereador Arnaldo Pereira.-----

----- O **Senhor Vereador Emanuel Martins**, intervindo, declarou que, considerando que esta Câmara já definiu há muito tempo os critérios aludidos pelo Senhor Vereador Arnaldo Pereira, ou seja, que não devem ser trazidos à reunião, no próprio dia, documentos que tenham forte teor político ou forte teor técnico e dado que a apresentação desta Moção não deu tempo para qualquer observação em tempo considerado justo, os Vereadores do Partido Socialista nem sequer discutirão a mesma e abster-se-ão do resto dos trabalhos. -----

----- Nesta sequência o Senhor Vereador Emanuel Martins e a Senhora Vereadora Maria Manuela Augusto ausentaram-se da reunião.-----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

146 – MOÇÃO SOBRE CENTROS DE SAÚDE NO CONCELHO DE OEIRAS: -----

----- I – O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte Moção, subscrita pelo Senhor Presidente: -----

----- “Perante a surpresa das declarações da Senhora Ministra da Saúde de que só avança com a construção e abertura dos hospitais de Torres Novas e de Tomar por serem compromissos já assumidos e que “não haverá orçamento para os quatro novos hospitais de Lisboa”, a CMO não pode deixar de se sentir indignada com a discriminação a que Oeiras tem sido votada. -----

----- Ponto prévio, a CMO não reivindica qualquer desses quatro Hospitais para o seu espaço Concelhio. -----

----- A CMO em legítima representação dos interesses dos seus cento e cinquenta e cinco mil habitantes quer todavia justiça na distribuição de equipamentos de saúde e seriedade nas negociações que o Ministério da Saúde estabeleceu com a CMO. -----

----- Efectivamente, mesmo não tendo em consideração o crescimento demográfico do Concelho nos últimos dez anos são visíveis e crescentes as necessidades de cuidados de saúde primários aos utentes que só poderão ser satisfeitas com novos equipamentos de saúde a edificar pelo Ministério da Saúde. -----

----- A CMO, atenta e preocupada com a situação e a saúde das populações, tem desde há cinco anos insistentemente vindo a solicitar ao Ministério da Saúde – entidade competente e responsável – a instalação de Extensões aos Centros de Saúde do Concelho, designadamente, as Extensões de Paço de Arcos e Barcarena, do Centro de Saúde de Oeiras e a Extensão de Algés, do Centro de Saúde de Carnaxide como as mais urgentes e embora sem a mesma urgência, mas mesmo assim de grande necessidade a extensão do Centro de Saúde de Carnaxide, em Queijas. --

----- A CMO, apesar de não ter qualquer responsabilidade legal, tem ao longo de todos estes anos mostrado disposição e vontade de resolver as carências de saúde concelhias para isso

dispondo-se a ceder gratuitamente terreno para edificação em Paço de Arcos, Barcarena, Algés e oportunamente em Queijas. -----

----- O reconhecimento dos problemas e a necessidade de novas Extensões de Saúde no Concelho é razão das múltiplas reuniões dos serviços da CMO com a Sub Região de Saúde, dos variadíssimos ofícios da Sub Região de Saúde com a CMO e pela inscrição em PIDDAC nos Orçamentos de Estado de mil novecentos e noventa e sete ao presente, de verbas avultadíssimas para a construção da Extensão de Paço de Arcos no montante global de quinhentos e cinquenta e seis mil cento e dezassete contos e previstas da seguinte forma: -----

----- a) Orçamento Geral de Estado para mil novecentos e noventa e sete, verbas PIDDAC para a construção da Extensão do Centro de Saúde de Oeiras - em Paço de Arcos – cinco mil contos em mil novecentos e noventa e sete, cento e setenta e cinco mil contos em mil novecentos e noventa e oito e cento e setenta mil contos e mil novecentos e noventa e nove, total de trezentos e cinquenta mil contos. A obra nem sequer se iniciou nem o projecto concluído. -----

----- b) Orçamento Geral de Estado para mil novecentos e noventa e oito, verbas PIDDAC para a construção da Extensão do Centro de Saúde de Oeiras - em Paço de Arcos – dois mil quinhentos e quinze contos em mil novecentos e noventa e sete, doze mil e quinhentos contos em mil novecentos e noventa e oito, sessenta mil contos em mil novecentos e noventa e nove, cem mil contos em dois mil e cento e setenta e quatro mil novecentos e oitenta e cinco contos nos anos seguintes, para um total de trezentos e cinquenta mil contos. A obra não se iniciou e do mesmo modo nem sequer o projecto. -----

----- c) Orçamento Geral de Estado para mil novecentos e noventa e nove, verbas PIDDAC para a construção da Extensão do Centro de Saúde de Oeiras - em Paço de Arcos – mais uma vez são consignadas verbas de novecentos e sete contos em mil novecentos e noventa e sete, onze mil setecentos e cinquenta contos em mil novecentos e noventa e oito, dois mil e quinhentos contos em mil novecentos e noventa e nove, trezentos mil novecentos e cinquenta e



nove contos para dois mil e duzentos e quarenta mil para o ano dois mil e um, totalizando agora quinhentos e cinquenta e seis mil cento e dezasseis contos o custo da obra. Ou seja, em mil novecentos e noventa e oito a obra custaria trezentos e cinquenta mil contos e em mil novecentos e noventa e nove o custo subiu para quinhentos e cinquenta e seis mil cento e dezasseis contos. --

----- Bem se pode dizer que o Ministério da Saúde não sabe o que anda a fazer! E o projecto continua por concluir. Logo como é que a obra pode sequer ser começada? -----

----- d) PIDDAC dois mil, verbas para a Extensão de Paço de Arcos – dez mil setecentos e quarenta e cinco contos até mil novecentos e noventa e oito, quinze mil quatrocentos e sessenta e um contos para mil novecentos e noventa e nove, dois mil e quinhentos para dois mil, trezentos e noventa e cinco mil setecentos e vinte e cinco para dois mil e um e cento e trinta e um mil seiscentos e oitenta e seis, totalizando quinhentos e cinquenta e seis mil cento e dezassete contos.

----- A obra não se iniciou e evidentemente não se iniciará no último prazo que nos foi indicado – primeiro trimestre do ano dois mil, para isso bastando ver a verba inscrita em PIDDAC para o ano de dois mil – dois mil e quinhentos contos. Mais uma vez nem sequer o projecto fica concluído em dois mil. É uma verdadeira saga! -----

----- A Câmara Municipal de Oeiras, que em todo esta processo tem tido um comportamento firme e determinado, mas também honesto e colaborante, desde logo através da cedência gratuita de terrenos e instalações e a disponibilidade total dos nossos Serviços, sente-se ultrajada! O comportamento de isenção e colaboração tido exigiria do Ministério da Saúde igual vontade e acção, mas não sendo ingénuos fomos enganados: -----

----- Toda a sorte de pequenos e grandes obstáculos nos têm sido postos, causando revolta pelo prejuízo causado aos Municípios Oeirenses na sistemática preterição de Oeiras das opções governamentais referentes à Saúde; -----

----- Como se não fosse suficiente, o PIDDAC de dois mil prevê para o ano em curso e para construção da Extensão de Saúde de Paço de Arcos, que normalmente já estaria construída e

em funcionamento, a insignificante verba de dois mil e quinhentos contos?!!! Perante tal ousadia outra coisa não nos ocorre senão o de dizer que há intenção deliberada de não cumprir com as promessas feitas, tomando opções discutíveis e contrárias aos interesses das populações de Oeiras! -----

----- O Concelho de Oeiras tem evidentes necessidades no âmbito dos cuidados de saúde que podem e devem ser supridas pelo órgão competente – o Governo. Estas necessidades, comumente reconhecidas pelo tecido social e por todos os partidos políticos, com realce para o Partido Socialista que apresentava mesmo em proposta eleitoral a criação não só de mais uma Extensão de Saúde, aliás necessária, também em Queijas mas até de um Hospital, estão agora mais longe de serem satisfeitas! -----

----- A CMO entende ter chegado o momento do Governo e da Assembleia da República se debruçarem sobre esta problemática decisiva para Oeiras exortando aquele a cumprir e de imediato a promessa de construção e abertura dos Centros de Saúde com especial destaque para a Extensão de Paço de Arcos.-----

----- Nestes termos proponho a aprovação desta proposta em minuta.” -----

----- II – Submetida a Moção à votação foi a mesma aprovada por maioria com abstenção do Senhor Vereador Arnaldo Pereira que declarou que, não obstante estar de acordo com o teor da Moção, absteve-se pelos argumentos que aduziu na discussão do ponto anterior.-----

----- Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta. -----

O Presidente,



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2000-----

147 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: -----

-----Às vinte e uma horas e trinta minutos, o Senhor Vice-Presidente declarou encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente acta, que vai ser por si assinada e pelo Director do Departamento de Administração Geral. -----

O Presidente,

O Director do Departamento de Administração Geral,